



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 40, de 2016

(Nº 155/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US\$ 32,480,000.00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 19 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília, 18 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Ministro de Estado do Meio Ambiente Interino encaminhou a este Ministério da Fazenda solicitação para a contratação de operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial, na qualidade de Agência Implementadora do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment Program - FIP), do Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund – SCF), no valor total de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – Projeto CAR FIP”, a ser executado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante os art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução nº 41, de 8 de dezembro de 2009 e Resolução nº 19, de 22 de dezembro de 2011, todas do Senado Federal.

3. O Projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tendo o Banco Central do Brasil efetuado o credenciamento da operação sob o ROF número TA741497.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN, de 22 de setembro de 2015, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, conforme disciplinado pela citada Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e pelo art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo se manifestado favoravelmente à contratação da operação de crédito pela República Federativa do Brasil.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade dos documentos apresentados, concluindo não haver óbice legal ao encaminhamento da operação de crédito à consideração do Senado Federal.

Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa pedido de autorização para contratação da operação de crédito em tela pela República Federativa do Brasil.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho

Em 14/07/2016/MF

DOCUMENTOS PARA O SENADO

PCFN

RFB (MIN. MEIO AMBIENTE)
BIRD

*Projeto de Regularização Ambiental de
Imóveis Rurais no Bioma Cerrado*

PROJETO CAR FIP

17944.000299/2015-30



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

PARECER PGFN/COF/Nº 1679 /2015.

Operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial, no valor total de até US\$ 32.480.000,00 (*trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América*), para financiamento parcial do “**Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – Projeto CAR FIP**”. Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V e VII; Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, Decreto-Lei nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 2000; Resolução nº 48, de 2007, alterada pela Resolução nº 41, de 2009 e Resolução nº 19, de 2011, todas do Senado Federal.

I

1. Trata-se de operação de crédito externo, em termos concessionários do Fundo de Investimento Florestal (*Forest Investment Program – FIP*), com recursos advindos do Fundo Estratégico do Clima (*Strategic Climate Fund – SCF*), a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial, na qualidade de Agência Implementadora do referido Programa de Investimento Florestal, do citado Fundo Estratégico do Clima, no valor total de até 32.480.000,00 (*trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América*), para financiamento parcial do “**Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – Projeto CAR FIP**”, a ser executado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

2. As formalidades prévias à contratação, prescritas na Constituição Federal, na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução nº 41, de 8 de



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

dezembro de 2009 e Resolução nº 19, de 22 de dezembro de 2011, todas do Senado Federal, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, foram obedecidas, a saber:

a) o senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente Interino por meio do Aviso nº 139/SECEX/GM/MMA, de 12 de dezembro de 2014 (cópia às fls. 63), formalizou pedido de contratação da operação de crédito em tela;

b) a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante a Recomendação nº 1327, de 27 de julho de 2012 (fls. 02), homologada pela, então, Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 16 de agosto de 2012, autorizou a preparação do Programa em tela. A COFIEX, ainda, mediante a Resolução nº 01/0249, de 11 de junho de 2014 (fls. 244), resolveu prorrogar o prazo de validade da citada Recomendação para até 20 de agosto de 2015, com vistas a permitir as negociações das minutas contratuais com o Banco Mundial, o que ocorreu entre os dias 21 e 22 de maio deste ano de 2015;

c) A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN, de 22 de setembro de 2015 (fls. 231-237), manifestou-se favoravelmente à contratação da operação de crédito pela República Federativa do Brasil e, outrossim, descreveu as condições financeiras da operação de crédito e demais informações pertinentes, das quais importa destacar:

c.1) o Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, conforme as autorizações acima citadas;

A handwritten signature in black ink is located at the bottom right of the page, below the text of item c.1).



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

c.2) o Parecer Técnico, Nota Técnica nº 026/2015/DRS/SEDR/MMA, de 24 de junho de 2015 (fls. 177-180-v), elaborado pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, bem como o Anexo I das minutas do Contrato de Empréstimo (fls. 121/128-v) destacam que o objetivo do Projeto é financiar a implementação do **“Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – Projeto CAR FIP”**, com foco no Cadastro Ambiental Rural, denominado CAR FIP, apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, como uma das iniciativas da União para apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, instituído pelo Novo Código Florestal, conforme a Lei nº 12.651, de 2012; a citada Nota Técnica destaca, entre outros aspectos do Projeto, os benefícios econômicos e sociais advindos das ações a serem implementadas por aquele Ministério;

c.3) as condições financeiras do empréstimo foram objeto da manifestação da STN e estão credenciadas no Sistema de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, sob o número TA741497, conforme Ofício nº 2167/2015-Depec/Dicin/Surec, de 6 de novembro de 2015 (fls. 417) e Ofício nº 2165/2015-Depec/Dicin/Surec, de 6 de novembro de 2015 (cópia à fls. 415);

c.4) a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos -SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informou que a operação de crédito externo em análise encontra-se amparada no Plano Plurianual 2012-2015, Lei nº 12.593, de 2012 com a devida atualização no Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, que estabelece o Objetivo 0229 – Promover a Recuperação de Áreas Degradadas, com Ênfase nas Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, por meio de Pesquisa e Instrumentos de Adequação e Regularização Ambiental de Imóveis Rurais;

c.5) a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP informou à Secretaria do Tesouro Nacional – STN deste Ministério da Fazenda, mediante Ofício N 02/SECAD/SOF/MP, de 1º de junho de 2015 (fls. 186-190), que as dotações da Lei Orçamentária de 2015 para ingresso de recursos, cobertura de contrapartida nacional e demais



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

encargos inerentes ao Projeto CAR-FIP totalizam R\$ 28.972.468,00, o que foi considerado, por aquela Secretaria, adequado para o presente exercício;

c.6) de acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União, informou a STN, para o 1º quadrimestre de 2015 (fls. 181) no item 20 do Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN (fls. 236, e atualizada para o 2º quadrimestre de 2015 (fls. 528) mediante o Memorando nº 76/2015/CODIP/SUDIP/STN/MF-DF, de 20 de novembro de 2015 (fls. 527), haver margem para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos dos arts. 6º e 7º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, com suas alterações;

c.7) destacou, a STN, no item 22 do citado Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN (fls. 236), que o Artigo IV do Contrato de Empréstimo (fls. 122) e o Artigo IX das *Standard Conditions* (Condições Gerais aplicáveis aos Contratos de Empréstimo efetuados pelo Banco Mundial com recursos do *Climate Investment Fund - SCF*), datada de 18 de fevereiro de 2014, às folhas 162 a 163, documento integrante do Contrato de Empréstimo, indicam as condições prévias para eficácia e validade do Contrato. Ressalta, contudo, não haver nenhum tipo de aumento de custo financeiro no caso do descumprimento das referidas condições dado que não há comissão de compromisso, taxa de administração ou multa relacionadas a atrasos em seu cumprimento;

c.8) foi verificada, ainda, pela Secretaria do Tesouro Nacional a observância, por parte da União, das restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, para a contratação de operações de crédito, conforme declarado no item 25 do citado Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN (fls. 236);

c.9) a Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente – CONJUR-MMA/CGU/AGU, emitiu o Parecer nº 511/2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp, datado de 11 de agosto de 2015, onde conclui pela legalidade das obrigações a serem



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

assumidas pelo MMA previstas na minuta de contrato de empréstimo para a execução do Projeto em tela (fls. 198/198-v); e

c.10) o MMA encaminhou a tradução das minutas contratuais (fls. 418 e seg.), as quais deverão seguir, juntamente com os demais documentos requeridos pelo Senado Federal, para análise e aprovação.

d) consoante o Parecer referido no item “c” retro, a Secretaria do Tesouro Nacional nada tem a opor à contratação da operação em apreço.

3. Segundo informação da Secretaria do Tesouro Nacional contida no item 12 do citado Parecer nº 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN (fls. 233), as condições financeiras do empréstimo foram inscritas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, sob o registro TA741497, conforme documentos anexados por aquela Secretaria às folhas 229 a 230-v do processo, devendo, portanto, ser providenciada a juntada aos autos da respectiva comunicação do Banco Central do Brasil, tão logo seja recebida nesta PGFN.

II

4. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial (na qualidade de Agência Implementadora do referido Programa de Investimento Florestal, do citado Fundo Estratégico do Clima), organismo internacional do qual o Brasil é país-membro e cujas condições gerais embasam a minuta contratual, onde se estipulam cláusulas usuais das operações de crédito celebradas com aquela instituição.

5. Na minuta contratual negociada de folhas 122 a 128-v, do processo, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública,



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

6. Cabe destacar que a referida minuta contratual faz mencionar no item 4 (a) da Seção I, do Anexo 2 ao contrato de empréstimo – Execução do Projeto – exigência do Banco Mundial para fins de obtenção do financiamento por meio de reembolso de gastos efetuados com o projeto pelo MMA, sobre a eventual possibilidade do Mutuário, a requerimento do executor do Projeto, no caso o Ministério do Meio Ambiente – MMA, celebrar um acordo de cooperação técnica visando à assistência técnica em determinadas tarefas que não possam ser efetuadas diretamente por aquele órgão.

7. Durante as negociações das minutas contratuais os representantes do Banco informaram aos representantes do governo brasileiro que a menção no contrato da possibilidade de celebração de um acordo com uma agência internacional de cooperação não representa obrigação do Mutuário em fazê-lo e que tal previsão faz-se necessária, contudo, para que, havendo a decisão do Mutuário em firmar um acordo para o presente caso, o Banco poderá autorizar que recursos do empréstimo sejam utilizados para cobrir tais despesas.

8. A fim de não restar dúvidas quanto a tais entendimentos foi que esta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN fez incluir na denominada *Minutes of Negotiation* (Minuta de Negociações ou ata de negociações) à folhas 357/358-v, item 13, informação sobre o atual arcabouço jurídico que envolve a celebração de tais acordos de cooperação técnica. Foi explicado que a competência para celebrar tais acordos em nome da República Federativa do Brasil, é do Ministério das Relações Exteriores – MRE representado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, cabendo àquele Ministério decidir pelo enquadramento das ações de execução naquele tipo de acordo, bem assim pela conveniência e oportunidade em firmá-los a teor do disposto no Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

9. O mutuário é a República Federativa do Brasil cabendo ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, a prática dos atos de natureza financeira previstos contratualmente, bem



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União - COF

Processo nº 17944.000299/2015-30

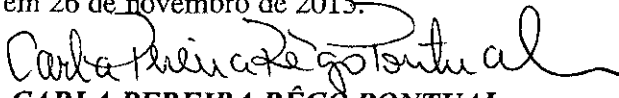
como fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos, da contrapartida, bem assim do ingresso dos recursos externos.

III

10. À vista de todo o exposto, entendemos não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito do Ministério do Meio Ambiente relativo à contratação da operação de crédito em tela. Nesse sentido, concluímos deva o assunto ser elevado à consideração do Senhor Ministro da Fazenda, a fim de que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal.

É o parecer que se submete à consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,
em 26 de novembro de 2015.



CARLA PEREIRA RÊGO PONTUAL

Assistente



ANA RACHEL FREITAS DA SILVA

Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração do senhor Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,
em 26 de novembro de 2015.



FABIANI FADEL BORIN

Coordenadora-Geral Substituta

Aprovo o parecer. À Secretaria Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 26 de novembro de 2015.



MAURÍCIO CARDOSO OLIVA
Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira Substituto



BANCO CENTRAL DO BRASIL



Ofício nº 2167/2015–Depec/Dicin/Surec
Pt. 1501611306

Brasília, 06 de novembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
MAURÍCIO CARDOSO OLIVA – Coordenador-Geral
Coordenadoria de Operações Financeiras da União – COF
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Esplanada dos Ministérios – Bloco “P” – 8º Andar – Sala 803
70048-900 – Brasília – DF Fax: 61 3412-1740

**Assunto: Credenciamento – ROF TA741497 – RFB – Ministério do Meio Ambiente
International Bank For Reconstruction And Development**

Senhor Coordenador-Geral,

Referimo-nos ao ROF TA741497, de 24/08/2015, por meio do qual a RFB – Ministério do Meio Ambiente solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o International Bank For Reconstruction And Development, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 32.480.000,00, destinados ao financiamento do Projeto CAR – FIP Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Cerrado.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 2165/2015–Depec/Dicin/Surec, o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou a RFB – Ministério do Meio Ambiente para negociar a referida operação, nas condições constantes do citado ROF.

Atenciosamente,

Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas
Chefe Adjunto

Em 22 de setembro de 2015.

ASSUNTO: República Federativa do Brasil/ Ministério Meio Ambiente. Operação de crédito externo, no valor de até USD 32.480.000,00 (trinta e dois milhões quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Mundial – BIRD. Recursos destinados ao Projeto CAR-FIP. **Pedido de autorização.**

Ref.: Processo 17944.000299/2015-30

Sr. Coordenador-Geral,

Trata o presente Parecer de pedido de autorização para que a República Federativa do Brasil contrate operação de crédito externo, por meio de acordo de empréstimo em termos concessionários, de interesse do Ministério do Meio Ambiente, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), atuando como agência implementadora do Programa de Investimento Florestal (FIP) com recursos do Fundo Estratégico do Clima (SCF), no valor de até USD 32.480.000,00 (trinta e dois milhões quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) cujos recursos serão destinados ao Projeto CAR – FIP Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais no Cerrado.

Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX

2. A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, por meio da Recomendação nº 1.327, de 27/07/2012 (fl. 02) homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 16/08/2012, autorizou a preparação da operação comercial, com a ressalva de que a aprovação do pleito não implique em compromisso de elevação dos referenciais monetários para a elaboração das propostas orçamentárias do órgão executor, nos respectivos exercícios estabelecidos no cronograma de desembolso da operação de crédito, nem durante a sua execução orçamentária, nos seguintes termos:

- I. Nome: Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais no Cerrado - CAR – FIP.
- II. Mutuário: República Federativa do Brasil.
- III. Executor: Ministério do Meio Ambiente - MMA.









- IV. Entidade Financiadora: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/FIP.
 - V. Valor do Empréstimo: até USD 32.480.000,00.
 - VI. Valor da Contrapartida: no mínimo de USD 17.500.000,00.
3. A resolução Nº 01/0249, de 11 de junho de 2014 (fl. 84), da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, prorrogou o prazo de validade da Recomendação nº 1.327, de 27/07/2012, até 20 de agosto de 2015, sem prejuízo dos demais termos da referida Recomendação. Cabe ressaltar que a negociação da minuta contratual ocorreu em 21 e 22 de maio de 2015.

Objetivos do Projeto, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício.

4. De acordo com as informações contidas na Nota Técnica nº026/2015/DRS/SEDR/MMA (fls. 177 a 180), o **objetivo** da operação em análise é financiar a implementação do Projeto para a Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado, com foco no Cadastro Ambiental Rural, denominado Projeto CAR-FIP, apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como uma das iniciativas da União para apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, instituído pelo Novo Código Florestal, conforme Lei nº 12.651/2012.
5. O Projeto CAR-FIP faz parte do Plano de Investimentos Florestal do Brasil, elaborado no contexto das iniciativas do Programa de Investimento Florestal (FIP), um dos três programas vinculados ao Fundo Estratégico do Clima (SCF).
6. Ainda segundo Nota Técnica nº026/2015/DRS/SEDR/MMA (fls. 177 a 180), o Plano de Investimentos Florestal do Brasil foi elaborado sob a coordenação Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Fazenda, com a participação do Ministério da Justiça (por meio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI), do Ministério das Relações Exteriores, e os respectivos ministérios envolvidos diretamente na execução dos projetos, o MMA, o MAPA, o MCTI e demais órgãos vinculados. Em maio de 2012, o Sub-Comitê do FIP concluiu a aprovação do Plano, com aporte ao Governo Brasileiro de USD 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Desse total, USD 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) serão destinados para o Projeto CAR-FIP como empréstimo concessional.
7. O Projeto CAR FIP, elaborado em 2013, foi aprovado no Sub-comitê do FIP em junho do mesmo ano e foi avaliado em diversas missões do Banco Mundial, iniciadas em outubro de 2013. Em setembro de 2014 foi finalmente aprovado sem ressalvas e seu prazo de implementação é de 4 anos a partir da data de assinatura do contrato de financiamento.
8. Sobre os **benefícios sociais e econômicos** do Projeto, de acordo a citada Nota Técnica, Projeto CAR-FIP está estruturado para apoiar os estados do bioma Cerrado e respectivos municípios selecionados na inscrição dos imóveis rurais no CAR. Além de apoiar as Organizações Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS na análise das informações ambientais dos cadastros inscritos e apoiar os proprietários e posseiros de imóveis rurais que tenham passivos em APPs e áreas de Reserva Legal na adesão aos Programas de Regularização Ambiental, instituídos pelo Novo Código Florestal. As áreas-alvo do projeto CAR também serão foco do Projeto de Fortalecimento do Programa Agricultura de baixo carbono - ABC, cujas linhas de crédito também apoiam a recuperação de áreas degradadas em APPs e RLs, e dos projetos Inventário Florestal do Bioma e Sistemas de Alerta de Incêndios e de Monitoramento (IF-1 e SNIF), que qualificam as

informações sobre as áreas florestais remanescentes mapeadas pelo CAR, fornecendo dados sobre a sua densidade e diversidade.

9. Além dos aspectos ambientais e institucionais já levantados, destaca-se o apoio aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais que serão diretamente assistidos, estimados em mais de 100 mil imóveis só nos municípios prioritários que fazem parte da lista do PPCerrado. Indiretamente, em todo o bioma, mais de um milhão de grandes, médios e pequenos agricultores se beneficiarão com ações de capacitação e mobilização. O CAR será obrigatório para todos os imóveis rurais e dará segurança jurídica aos agricultores que se inscreverem, permitindo também o acesso ao crédito agrícola, que, de acordo com a Lei nº 12.651/2012.

10. Dessa forma, a execução do Projeto fortalecerá a implementação de iniciativas estruturantes para o controle do desmatamento no Cerrado, contribuindo para as ações de monitoramento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado – PPCerrado, e alinhando-se às ações da Política Nacional de Mudanças do Clima – PNMC, que motivaram a elaboração do Plano de Investimento Florestal do Brasil.

Fluxo Financeiro

11. De acordo com a Nota Técnica nº026/2015/DRS/SEDR/MMA (fl. 180), o Cronograma Físico Financeiro (CFF) do Projeto prevê desembolsos de 2015 a 2019:

Quadro I – Cronograma Físico Financeiro, atualizado em junho de 2015.

Ano	Valor a desembolsar (USD milhões)
2015	3,20
2016	15,00
2017	12,50
2018	1,48
2019	0,30
Total	32,48

Condições Financeiras

12. Conforme minuta negociada do Contrato de financiamento (fls. 121 a 166), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF do Banco Central do Brasil, sob o registro TA741497, serão as seguintes:

↓

M

↓

Quadro II: Condições financeiras da operação de crédito.

Valor da Operação:	USD 32.480.000,00.
Credor:	Banco Mundial – BIRD, atuando como entidade implementadora (implementing entity) do FIP, com recursos do SCF.
Modalidade:	Empréstimo em termos concessionais do FIP.
Período de Desembolso:	De 2015 a 2019, de acordo com cronograma informado pelo MMA.
Carência	10 (dez) anos. Primeira amortização em 15/12/2025.
Amortização do Saldo Devedor:	60 (sessenta) parcelas semestrais e consecutivas, sendo as 20 (vinte) primeiras no valor de 1% do montante total do empréstimo e as 40 (quarenta) seguintes no valor de 2% do montante total do empréstimo. As datas de pagamento foram fixadas em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano. A primeira amortização está prevista para 15/12/2025 a última para 15/6/2055.
Juros Aplicáveis	Não há cobrança de taxa de juros, por tratar-se de empréstimo em termos concessionários do FIP/SCF.
Taxa de Serviço	Taxa de Serviço (<i>Service charge</i>) de 0,25% a.a sobre o saldo devedor, devido em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, calculada utilizando padrão internacional 30/360 e pagas ao BIRD.
Taxas de Administração	Não há cobrança de Taxa de Administração (<i>Management Fee</i>).
Front-end	Não há.
Comissão de Compromisso	Não há.
Taxas de Inadimplência	Não há.
Multa de cancelamento	Não há.

13. Foi anexado ao presente Parecer e à fl. 194, o cálculo do custo efetivo da operação. A Taxa Interna de retorno (TIR), calculada em 01/07/2015, foi de 0,25% a.a. e a *Duration* 18,21 anos. Considerando que o custo da curva de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional em 01/07/2015, para a mesma *duration* é de 5,71%, a.a., a operação encontra-se em patamares favoráveis a esta Secretaria.

14. Quanto às demais disposições contidas na Portaria MEFP 497/1990, na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007, alterada pela Resolução nº 41/2009 também do Senado Federal, há que se destacar o seguinte:

I - Inclusão no Plano Plurianual

15. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP, por meio do Ofício Nº 47/2015 – DECON/SPI/MP, de 19/06/2015 (fl. 182 a 185), informou que a operação de crédito externo em análise encontra-se amparada no Plano Plurianual 2012 - 2015 pelo Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, que estabelece o Objetivo 0229 – Promover a Recuperação de Áreas Degradadas, com Ênfase nas Áreas de Preservação Permanente e de reserva Legal, por meio de Pesquisa e Instrumentos de Adequação e Regularização Ambiental de Imóveis Rurais.

16. A SPI/MP informou, ainda, que o Projeto de Lei PPA 2016-2019 está em processo de elaboração e que a temática será contemplada no Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

II - Previsão Orçamentária

17. A Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP informou, mediante Ofício Nº 02/SECAD/SOF/MP, de 01/06/2015 (fl. 186 a 190), que as dotações na Lei Orçamentária de 2015 para ingresso de recursos, cobertura de contrapartida nacional e demais encargos inerentes ao Projeto CAR-FIP totalizam R\$ 28.972.468,00, divididos da seguinte forma:

- R\$ 24.825.468,00 (vinte e quatro milhões oitocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais) no Programa 8308 – Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação, fonte 148 – Operações de Crédito Externas;

- R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no Programa 8308 – Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação, fonte 100 – Recursos Ordinários; e

- R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) no Programa 0284 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, fonte 144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

18. O valor é considerado adequado, levando em conta que a execução integral do desembolso previsto para 2015 dependerá da taxa de câmbio vigente na respectiva data, cabendo eventuais ajustes no cronograma de desembolsos ou na previsão orçamentária.

III – Adequação à Programação Financeira do Tesouro Nacional

19. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 01/2015/SECEX/MMA, de 07/01/2015 (fl. 64), informa que fará, dentro das limitações impostas pelo cenário macroeconômico aos limites de empenho e pagamento daquela pasta ministerial, os esforços necessários para a priorização da dotação orçamentária relativa à execução do referido projeto.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

IV - Limites de Endividamento

20. Conforme estabelecido pelo inciso III, § 1º, art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de operações de crédito fica condicionada à observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal. De acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União – Anexo 6 para o 1º quadrimestre de 2015 (fl. 181), há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução SF 48/2007, de 21.12.2007, alterada pela Resolução SF 41/2009, de 08.12.2009.

Alcance das Obrigações Contratuais

21. O Contrato de Financiamento (fls. 121 a 129) cita o documento *Standard Conditions for Loans Made by the World Bank Out of the Climate Investment Funds* (fls. 153 a 166) como parte integrante do Contrato. As cláusulas das *Standard Conditions* são válidas, quando não entrarem em desacordo com as cláusulas do Contrato de Financiamento, prevalecendo, neste caso, as condições do Contrato.

22. O Artigo IV do Contrato de Financiamento (fl. 122) e o Artigo IX das *Standard Conditions* (fls. 162 a 163) abordam as condições prévias de efetividade do Contrato. Vale ressaltar que não está previsto nenhum tipo de aumento de custo financeiro no caso de descumprimento de tais cláusulas, dado que não há comissões de compromisso, taxas de administração ou multas relacionadas a atrasos ou cancelamentos.

23. Não há, ainda, previsão de nenhum tipo de multas ou taxas de inadimplência. Entretanto, inadimplência pode causar o vencimento antecipado do saldo devedor, se não sanadas no prazo de 30 (trinta dias), conforme previsto no Artigo VII, Seção 7.06 das *Standard Conditions*.

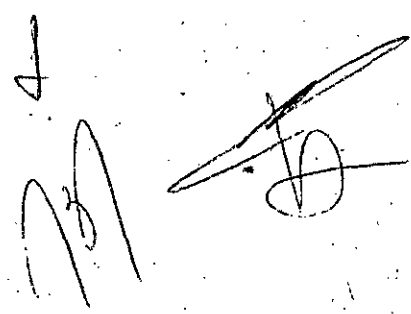
Demais Informações

24. Foram anexadas ao processo (fls. 201 a 226), as informações elaboradas por esta STN relativas às finanças da União, atualizadas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

25. Registre-se que foi verificada, na presente data, a observância, por parte da União, das restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, para a contratação de operações de crédito.

26. A Consultoria Jurídica Junto ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do Parecer nº 511/2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/rmp (fl. 198), de 11 de agosto 2015, informou sobre a ausência de ilegalidades nas obrigações assumidas pelo MMA.

27. Foi anexada ao processo (fls. 119 e 120) a Minuta da Negociação do contrato de financiamento.



Conclusão


28. Em vista do exposto, com base nas considerações realizadas, nada temos a opor à contratação da pleiteada operação de crédito.

À consideração, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/COF, para as providências de sua alçada, bem como cópia deste Parecer para a Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN.


HÉLIO HENRIQUE F. MIRANDA
Analista de Finanças e Controle


LEOPOLDO ARAUJO RODRIGUES
Gerente da GEOPE/CODIP

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.


JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS
Coordenador-Geral da CODIP

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.


ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, substituto

De acordo. Encaminhe-se o processo à PGFN/COF, como sugerido.


MARCELO BARBOSA SAINTIVE

Secretário do Tesouro Nacional

Mensagem ao Senado – Operação de Crédito “Projeto CAR FIP”

Trata-se de Mensagem ao Senado que solicita autorização para o MMA contratar operação de crédito com o Banco Mundial (agência implementadora do *Forest Investment Program* - FIP).

- Objeto: Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – CAR FIP¹
- Executor: MMA
- Valor: USD 32,4 milhões (contrapartida USD 17,5 milhões), a serem desembolsados conforme cronograma abaixo:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valor a desembolsar (em milhões)	USD 3,20	USD 15	USD 12,50	USD 1,48	USD 0,30	USD 32,48

Formalidades necessárias à contratação já cumpridas: aprovação pela COFIEIX; credenciamento pelo Banco Central; adequação com LRF; previsão no PPA e na LOA 2015 (R\$ 28,9 milhões); enquadramento nos limites do Senado Federal.

PGFN: sem óbice

STN: Sem óbice

¹ Para apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural instituído pelo Novo Código Florestal e que passa a ser obrigatório a partir de 2016.

PROCESSO Nº: 17944.000299/2015-30

INTERESSADO: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ASSUNTO: 01.24246-2 - OPERAÇÃO CRÉDITO EXTERNO - INTERNO -
CONTRATAÇÃO DIRETA

Encaminhe-se o presente processo à COF/PGFN para as providências de sua alçada.

Atenciosamente,


Leopoldo Araújo Rodrigues
Gerente da CODF

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PARECER Nº 511 /2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp
PROCESSO Nº 02000.002787/2014-83

INTERESSADO: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
REFERÊNCIA: Nota Técnica n.º 26/2015/DRS/SEDR/MMA

EMENTA: Constitucional. Administrativo. Contrato de Empréstimo. Programa CAR-FIP. Entidade Financiadora: Fundo Estratégico do Clima - SCF e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Cumprimento dos requisitos de negociação. Parecer Técnico do MMA pela aprovação. Parecer pela ausência de ilegalidade nas obrigações assumidas pelo MMA.

Senhora Coordenadora,

I. **RELATÓRIO**

A SEDR encaminha a esta Consultoria Jurídica solicitação de manifestação acerca da legalidade e exequibilidade das obrigações assumidas pelo Ministério do Meio Ambiente para a execução do Projeto CAR-FIP, a ser financiado pelo Fundo Estratégico do Clima - SCF e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, por meio de empréstimo internacional.

2. Consta às fls. 287/296 cópia do Acordo de Empréstimo e seus anexos, cujo conteúdo foi analisado pela área técnica, por meio da Nota Informativa n.º 26/2015, de 24 de junho de 2015 (fls. 297/300v).

3. É o breve relatório. Passa-se a opinar.

II. **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

4. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídicos das obrigações assumidas pelo MMA em razão do contrato de empréstimo.

5. Compulsando os autos, verifica-se que o contrato de empréstimo foi alvo de debates e negociações entre os representantes dos Órgãos executores e o BIRD, o que resultou na elaboração da minuta apresentada às fls. 287/296.

6. Sobre o tema, a área técnica apresentou uma síntese do arranjo

institucional do programa, bem como, concluiu pela que as obrigações assumidas são adequadas às atribuições do MMA, senão vejamos:

5. Conclusão

5.1. Assim, ratificando os argumentos acima apresentados, enfatizamos as justificativas mencionadas na Carta Consulta apresentada à COFLEX, em anexo, o Projeto CAR FIP permitirá que o governo federal intensifique seu apoio a um conjunto de estados e município do Cerrado para que implementem ações para a regularização ambiental dos imóveis rurais. Nesse sentido, deve apoiar prioritariamente a inscrição de imóveis rurais dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, disponibilizando infraestrutura para que os demais médios e grandes agricultores registrem-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e fortalecer também a capacidade técnica e operacional dos órgãos estaduais de meio ambiente nos procedimentos de análise e aprovação das informações cadastradas no SiCAR.

7. Atestou, ainda, que as suas atribuições junto ao Programa CAR-FIP estão plenamente compatíveis com as disposições da Lei n.º 12.651/2012, que instituiu o novo Código Florestal.

8. Assim sendo, resta a esta Consultoria Jurídica, exclusivamente, a análise da presença de vícios de legalidade quanto às obrigações assumidas pelo MMA para a execução do Programa CAR-FIP.

9. Após analisar a documentação acostada aos autos, é possível concluir pela inexistência de ilegalidade capaz de comprometer a assinatura do instrumento, posto que a contrapartida (financeira ou em bens e serviços) foi devidamente analisada pela unidade técnica (item 4.12 da Nota Técnica n.º 26/2015), atestou a adequação e exequibilidade das obrigações assumidas pelo MMA (Nota Técnica n.º 26/2015), restando, por fim, manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca dos aspectos financeiros concernentes ao empréstimo.

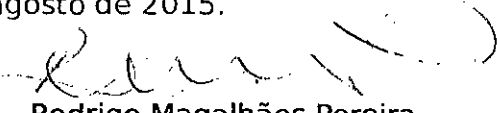
10. O texto da minuta do Programa (fls. 287/296), objeto de negociação por representantes dos órgãos competentes, foi devidamente rubricada, não havendo que se falar em nova análise de seu conteúdo.

III. CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, opina-se pela ausência de ilegalidade nas obrigações assumidas pelo MMA para a execução do Projeto CAR-FIP (fls. 287/296), posto que amparadas pela legislação vigente, conforme exposto na Nota Técnica n.º 26/2015.

À apreciação superior. Após, à SEDR para as providências cabíveis.

Brasília, 11 de agosto de 2015.


Rodrigo Magalhães Pereira
Advogado da União

De acordo. À consideração do Consultor Jurídico
Brasília, 11 de agosto de 2015.


Tânia Mara Arrais Monteiro
Coordenadora-Geral de Atos Contratos e Ajustes



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

NOTA TÉCNICA nº 026 /2015/DRS/SEDR/MMA

Brasília-DF, 24 de junho de 2015

ASSUNTO: Acordo de Empréstimo para a
implementação do Projeto para a Regularização
Ambiental de Imóveis Rurais no bioma Cerrado.

1. DESTINATÁRIO

Secretaria do Tesouro Nacional– STN

2. INTERESSADO

Ministério do Meio Ambiente - MMA

3. REFERÊNCIA

3.1. Programa de Investimento Florestal (FIP) que tem o Brasil entre seus membros, criado no âmbito do Fundo Estratégico do Clima (SCF), com a finalidade de catalisar políticas e medidas, bem como mobilizar fundos para facilitar a redução do desmatamento e da degradação florestal, promovendo uma gestão mais sustentável das florestas que contribuam para a redução das emissões e a manutenção dos estoques de carbono.

3.2. Plano de Investimento do Brasil aprovado no Subcomitê do FIP em Abril de 2012, que se insere no contexto da Política Nacional sobre Mudança do Clima e busca a promoção do uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Bioma Cerrado, contribuindo para a redução da pressão sobre as florestas remanescentes, diminuição das emissões de GEE e aumento do sequestro de CO₂.

3.3. Recomendação COFIEIX nº 1237, de 27 de julho de 2012, autoriza a preparação do **Projeto de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais no Bioma Cerrado**, a ser financiado por meio de Acordo de empréstimo em termos concessionários junto ao Programa de Investimento Florestal (FIP) no valor de US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares), envolvendo US\$ 17.500.000,00 de contrapartida do Governo Federal.

3.4. Resolução COFIEIX nº 01/0249, de 11 de junho de 2014, prorroga até 20 de agosto de 2015, o prazo autorizado para preparação do Projeto.

3.5. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

3.6. Lei 12.727/2012, que alterou a Lei 12.651, criando regras diferentes de recomposição de vegetação nativa nas margens de rios, de acordo com o tamanho da propriedade.

17

3.7. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

3.8. Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014, que estabelece normas gerais complementares aos programas de regularização ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.

3.9. Instrução Normativa MMA nº 02, de 5 de maio de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

3.10. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. Esta Nota Técnica visa atualizar o teor da Nota Técnica nº 72/2014/DRS/SEDR/MMA, de 10 de dezembro de 2014, elaborada para atender demanda da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, relativa a custo-benefício do Projeto, bem como demonstrar o interesse econômico e social da operação relativa ao Acordo de Empréstimo, em termos concessionários, no valor de US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares) entre o Governo Brasileiro, o Fundo Estratégico do Clima (SCF) e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) como entidade implementadora do Programa de Investimento Florestal – FIP. Assim, concluída a etapa de negociações do referido Acordo de Empréstimo, realizada no período de 19 a 22 de maio do corrente ano, entre o Banco Mundial, como representante do SCF/FIP, e o Governo Brasileiro por meio do Ministério da Fazenda, representado por sua Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria do Tesouro e o Ministério do Meio Ambiente, e tendo se firmado os entendimentos registrados em Ata datada de 21 de maio de 2015, bem como os consequentes ajustes na minuta contratual e no documento do Projeto, resta ratificar o conteúdo da referida Nota Técnica conforme texto abaixo, contemplando alterações e adequações decorrentes da citada negociação.

4.2. Reitera-se portanto, que a celebração do referido Acordo de Empréstimo proposto tem como objetivo implementar o Projeto para a Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado, com foco no Cadastro Ambiental Rural, denominado Projeto CAR FIP, apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como uma das iniciativas da União para apoiar a implementação do CAR, instituído pelo Novo Código Florestal, conforme Lei nº 12.651/2012.

4.3. O Projeto CAR FIP faz parte do Plano de Investimentos Florestal do Brasil, elaborado no contexto das iniciativas do Programa de Investimento Florestal (FIP), um dos três programas vinculados ao Fundo Estratégico do Clima (SCF) e contempla outros

Adriano

A

178

três a serem implementados com recursos de doação do mesmo Fundo, quais sejam: (a) Produção sustentável em áreas já convertidas para uso agropecuário (com base no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, ABC, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; (b) Informações florestais para uma gestão orientada à conservação e valorização dos recursos florestais do Cerrado pelos setores público e privado, pelo Serviço Florestal Brasileiro; e (c) Implementação de um sistema de alerta para prevenção de incêndios florestais e de um sistema de monitoramento da cobertura vegetal, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Tal Plano foi elaborado sob a coordenação da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Fazenda, em consulta a vários setores envolvidos, com a participação do Ministério da Justiça (por meio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI), do Ministério das Relações Exteriores, e os respectivos ministérios envolvidos diretamente na execução dos projetos, o MMA, o MAPA, o MCTI e demais órgãos vinculados.

4.4. O Plano de Investimento do Brasil foi aprovado, pelo Sub-Comitê do FIP, em maio de 2012, com aporte ao Governo Brasileiro de USD 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares). Desse total, USD 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares) serão destinados para o Projeto CAR FIP como empréstimo concessional, e USD 37.520.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte mil dólares) à título de doação para os outros projetos mencionados. O projeto envolve USD 17.500.000 de contrapartida que pode ser financeira ou não financeira. O MMA apresentou Carta Consulta à COFEIX, recebendo autorização para preparar o projeto por meio da Recomendação COFIEIX nº 1237, de 27 de julho de 2012. O Projeto elaborado em 2013 e aprovado no Sub-Comitê do FIP, em junho do mesmo ano. Avaliado em diversas missões do Banco Mundial foi finalmente aprovado sem ressalvas em setembro de 2014. O prazo de implementação é de 4 anos a partir da data de assinatura do Acordo de Empréstimo.

4.5. O foco do Projeto é o apoio a implantação do CAR no bioma Cerrado dada a sua vulnerabilidade frente aos crescentes índices do desmatamento na região, em geral provocados pela expansão da fronteira de produção agropecuária que avança cada vez mais em áreas de vegetação nativa, ameaçando seu equilíbrio e a conservação de estoques ambientais que garantam a reprodução da fauna, da flora e de seus recursos hídricos. Por outro lado, o Cadastro Ambiental Rural e os Programas de Regularização Ambiental, como principais dispositivos instituídos pela Lei nº 12.651, de 2012, para promover a conservação florestal, demandam investimentos urgentes do poder público para prover, particularmente nos estados do bioma, as condições para implantá-los, permitindo o registro, o controle e o monitoramento das informações e dados sobre a situação da vegetação nos imóveis rurais, especialmente das Áreas de Preservação Permanente – APP e de Reserva Legal - RL.

4.6. Ao contrário dos estados da região Amazônica que já contam com recursos do Fundo Amazônia disponibilizados para apoiar projetos de implantação do CAR, no valor de cerca de R\$ 315 milhões, o Governo Federal busca alternativas de financiamento que permitam fortalecer a estrutura legal e melhorar a capacidade técnica e tecnológica dos órgãos estaduais de meio ambiente, e ampliar a capilaridade de atuação destes nos municípios, criando as condições indispensáveis para fazer cumprir determinação do citado instrumento legal, de assistir os agricultores familiares, os

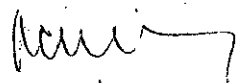
19. May

assentados da reforma agrária e os povos e comunidades tradicionais na inscrição de seus imóveis rurais no CAR.

4.7. Com esse objetivo, o Projeto CAR FIP está estruturado para: (1) apoiar os estados do bioma Cerrado, e respectivos municípios selecionados, na inscrição dos imóveis rurais no CAR, além de apoiar as Organizações Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS na análise das informações ambientais dos cadastros inscritos; e (2) apoiar os proprietários e posseiros de imóveis rurais que tenham passivos em APPs e áreas de RL na adesão aos Programas de Regularização Ambiental, instituídos pela citada lei florestal.

4.8. Nesse contexto, o Projeto CAR FIP e os demais projetos citados formam um circuito virtuoso de iniciativas combinadas e integradas. Por exemplo, as áreas-alvo do projeto CAR também serão foco do Projeto de Fortalecimento do Programa ABC e vice-versa, dada a alta demanda pelos benefícios deste Programa, cujas linhas de crédito também apoiam a recuperação de áreas degradadas em APPs e RLs, que serão quantificadas pelo CAR. Da mesma forma, os projetos Inventário Florestal do Bioma e Sistemas de Alerta de Incêndios e de Monitoramento (IFN e SNIF) qualificam as informações sobre as áreas florestais remanescentes mapeadas pelo CAR, fornecendo dados sobre a sua densidade e diversidade. Esses dois projetos combinam, por exemplo, esforços para permitir que as estimativas de estoque de carbono sejam mais precisas. Outra sinergia virá com a combinação das informações florestais e do sistema de monitoramento a ser desenvolvida pelos projetos. Assim desmatamentos e queimadas ilegais terão um instrumento poderoso quando o CAR e os sistemas de detecção por satélites forem integrados, permitindo que possíveis focos de incêndio ou desmatamento sejam detectados, a partir da combinação das informações disponibilizadas. E finalmente, pela contribuição para a prevenção de incêndios e promoção da regeneração natural nas áreas de Cerrado, o sistema de alerta proposto no projeto do SNIF conduzirá uma redução do risco de perda de áreas naturais, bem como minimizará perdas econômicas para os agricultores do Cerrado, contribuindo assim com os esforços direcionados pelo projeto FIP ABC.

4.9. Portanto, os recursos provenientes do FIP - Programa de Investimento Florestal são essenciais para o fortalecimento do processo, em curso, de mudança do paradigma na gestão florestal em escala nacional, somando-se aos esforços do Governo Federal para transformar o CAR em uma ferramenta gerencial tecnologicamente adequada e acessível a todos os agricultores (pequenos, médios e grandes). Esses recursos complementarão, ainda, ações do Ministério do Meio Ambiente já em andamento para a consolidação dos instrumentos para a implantação do CAR. Até aqui o MMA tem realizado várias ações de estruturação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental - SiCAR, disponibilizado esse Sistema aos estados com os respectivos módulos de inscrição, análise e monitoramento. Para isso adquiriu de imagens de satélite de alta resolução, realizou a sua classificação temática e produziu mosaicos para facilitar tanto a inscrição dos imóveis pelo agricultores em geral, como os passos seguintes de análise das informações cadastradas pelos órgãos estaduais de meio ambiente. Além disso, vem conduzindo a compra anual de novas coberturas desde 2012, a capacitação técnica de gestores públicos, tendo aberto curso de capacitação à distância para 30 mil agentes facilitadores das prefeituras, e outras entidades, cooperativas, sindicatos rurais em todo o país. Trata-se de um esforço condizente com o desafio de implementar em tempo hábil os principais instrumentos da política de regularização ambiental exigido pela lei



florestal, que estabeleceu o prazo de um ano, a partir de 06 de maio de 2014, prorrogado até 05 de maio de 2016, para a implementação do CAR em todo o território nacional. São mais de 5,2 milhões de imóveis rurais no país, dos quais cerca de 80% pertencente aos agricultores familiares e detentores de imóveis com até quatro módulos fiscais, portanto dependentes de apoio do poder público para a inscrição no CAR. Desse total, cerca de 826.058 são pequenos imóveis presentes no Cerrado.

4.10. Sobre o custo-benefício econômico e social do projeto, sem mencionar os aspectos ambientais e institucionais já levantados, destaca-se o apoio gratuito aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais que serão diretamente assistidos; estimados em mais de 114 mil imóveis nos municípios prioritários selecionados. Indiretamente, em todo o bioma, mais de um milhão de grandes, médios e pequenos agricultores se beneficiarão com ações de capacitação e mobilização, por meio de cartilhas, folders, e outras mídias. É importante mencionar que o CAR é obrigatório para todos os imóveis rurais e dará segurança jurídica aos agricultores que se inscreverem, permitindo também o acesso ao crédito agrícola, que, de acordo com a Lei nº 12.651/2012, será vedado aos agricultores que não possuírem o CAR a partir de 28/05/2017. Importante ressaltar que o CAR é a porta de entrada para que o agricultor possa aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA e suspender sanções ambientais por infrações cometidas até 22 de junho de 2008, e, além disso, conquistar certificações de mercado, e por fim, obter a regularidade ambiental exigida pela lei. O Projeto induzirá a etapa seguinte de recuperação dos passivos ambientais dos imóveis inscritos no CAR e nesse sentido, certamente, o desenvolvimento e aprimoramento da cadeia de restauração florestal com notável alavancagem de uma nova economia para o setor florestal, gerando trabalho, renda e novos negócios na economia rural. Monitoramento, fiscalização e controle sobre a conservação da vegetação, além da possibilidade de planejamento ambiental do imóvel rural, ganharão maior efetividade com a implementação do Projeto CAR FIP e a execução das etapas seguintes para a regularização dos imóveis rurais no Cerrado, entre outras previstas na Lei nº 12.651/2012.

4.11. A destinação do volume de recursos para esse Projeto, certamente ainda é insuficiente para cobrir toda demanda existente no país de forma a se obter o efeito transformacional desejado nos prazos estipulados pela legislação vigente. Entretanto, esse financiamento complementarará parte dos esforços de investimento planejados e em execução para apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural em todo o país. É importante ressaltar, que o referido projeto tem funcionado como um catalizador de iniciativas que integram o esforço de implementação do CAR no Cerrado, por meio de outros projetos similares, a exemplo de acordo de doação de EUR 23.000.000,00 (vinte e três milhões), pelo Governo Alemão, via KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) a ser assinado em agosto, que complementarará a implementação do CAR na região de transição entre os biomas Cerrado e o Amazônia. Outra iniciativa complementar no âmbito do Cerrado está sendo financiada pelo Governo Britânico, por meio do Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais – DEFRA, e apoiará municípios da Bahia e do Piauí no mesmo bioma. Além disso, importante mencionar que os estados do Tocantins e Maranhão tem territórios nos biomas Amazônia e Cerrado, e que parte dos municípios dos dois estados que estão na região amazônica já são financiados pelo Fundo Amazônia, cabendo ao Projeto CAR-FIP, complementar o apoio aos municípios que integram o bioma Cerrado.

17 11/11/17

4.12. As dotações no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, para a execução do Projeto, estão previstas na Ação 8308, do Programa nº 2036 do PPA (Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios) no valor de R\$ 62.825.486,00 (sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais). Para esta ação a previsão orçamentária para 2015 é de R\$ 33.825.486,00 (trinta e três milhões, oitocentos e vinte cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), dos quais R\$ 23.825.486,00 (vinte três milhões, oitocentos e vinte cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) são da fonte 148 (empréstimo) e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) de contrapartida. Outros recursos no valor de R\$ 27.667.600,00 (vinte sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais) de fonte 100, embora não estejam vinculados diretamente ao Projeto, serão também computados como contrapartida, uma vez que poderão custear aquisições de novas coberturas de imagens de satélite de alta resolução a serem utilizadas no monitoramento do CAR e implementação das políticas de gestão ambiental, em especial aquelas relacionadas ao combate do desmatamento. Esclarece-se que, de acordo com as regras do Banco Mundial aplicadas a operações dessa natureza, poderão ser computados gastos orçamentários em ações para a implementação do CAR, desde que efetivamente realizados em até um ano contado retroativamente à data de assinatura do Acordo de Empréstimo em questão. Isso possibilita, por exemplo, que se contabilize como contrapartida gastos efetuados dentro do exercício de 2014 que não excedam a esse prazo. O detalhamento da dotação orçamentária, contemplando as ações, rubricas e os respectivos valores, assim como a inscrição do Projeto junto ao SIAFI, constam do anexo II da Nota Técnica nº 72/2014/DRS/SEDR/MMA, de 10 de dezembro de 2014.

4.13. É importante ressaltar, que as condições financeiras deste empréstimo concessional são extremamente atrativas. O valor de USD 32.480.000,00 será pago em 40 anos, com uma carência de 10 anos, e uma taxa de serviços incidente sobre os recursos totais de 0.25% ao ano, a serem revertidos para o FIP. Trata-se de uma operação de crédito por demais favorável ao Governo Federal, considerando ainda que o FIP apoia a implementação do Plano de Investimentos do Brasil, contribuindo também com doações para apoiar políticas de combate ao desmatamento e de mudanças do clima, no valor total de 37.520.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte mil dólares) para a execução dos outros três projetos mencionados. As tabelas, a seguir detalham as condições financeiras e cronograma estimativo de desembolso previsto na minuta contratual negociada entre os representantes do Banco Mundial e da delegação do Governo Brasileiro.

Condições Financeiras	
Amortização:	81 parcelas semestrais
Data 1ª Amortização	15/06/2025
Data Última Amortização:	15/06/2065
Carência (anos)	10
Comissão de Compromisso:	0,00%
Taxa de Juros (USD):	0,00%
Taxa de Serviço	0,25%
Front-end fee:	0,00%
Front-end fee:	0,00%

14/11/14

180
2

Fonte Orçamentária (milhões de dólares)							
	2014*	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
148 - Empréstimo	—	USD 3,20	USD 15,00	USD 12,50	USD 1,48	USD 0,30	USD 32,48
Contrapartida	USD 3,00	USD 4,80	USD 6,35	USD 2,60	USD 0,50	USD 0,25	USD 17,50

* Contrapartida contabilizada desde que o gastos tenham sido efetivamente realizados dentro do prazo de um ano retroativo à data de assinatura do contrato.

5. CONCLUSÃO

5.1. Assim, ratificando os argumentos acima apresentados, enfatizamos às justificativas mencionadas na Carta Consulta apresentada à COFIEIX, em anexo, o Projeto CAR FIP permitirá que o governo federal intensifique seu apoio a um conjunto de estados e municípios do Cerrado para que implementem ações para a regularização ambiental dos imóveis rurais. Nesse sentido, deve apoiar prioritariamente a inscrição de imóveis rurais dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, disponibilizando infra-estrutura para que os demais médios e grandes agricultores registrem-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e fortalecer também a capacidade técnica e operacional dos órgãos estaduais de meio ambiente nos procedimentos de análise e aprovação das informações cadastradas no SiCAR.

5.2. A execução do Projeto fortalecerá a implementação de iniciativas estruturantes para o controle do desmatamento no Cerrado, entre as quais destacamos a sua contribuição nas ações de monitoramento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado – PPCerrado, e o alinhamento também com as ações da Política Nacional de Mudanças do Clima – PNMC, que motivaram a elaboração do **Plano de Investimento Florestal do Brasil**. Assim, o Projeto CAR FIP integra-se de forma sinérgica aos outros três projetos que compõem esse Plano e os complementa no enfrentamento das questões ambientais do bioma. Concluídas com êxito as etapas de negociações do Acordo de Empréstimo, qualquer outro óbice que inviabilize a sua aprovação, implicaria sérios prejuízos aos pactos institucionais firmados na fase de pré-negociação do citado Plano de Investimento, como a quebra da sinergia entre os seus projetos, comprometendo o resultado de indicadores previstos para avaliar redução das emissões de gases de efeito estufa, que teriam no CAR um instrumento de referência, comprometendo sobremaneira o esforço de planejamento dos investimentos estaduais e nacionais para a implantação do CAR nos prazos estabelecidos na Lei 12.651. Considerando as interfaces com os outras três iniciativas de projetos, um eventual entrave à implementação do Projeto CAR FIP traria ainda impactos negativos à confiabilidade do MMA nas negociações técnicas e políticas junto às instituições multilaterais de crédito, que têm feito expressivas doações a projetos que integram o Plano de Investimento, entre outros acordos de cooperação técnica e financeira com instituições como o KfW e DEFRA que aportam recursos não reembolsáveis significativos para projetos que serão executados de forma sinérgica e integrada. E por último, produziria efeito deletério às tratativas de apoio aos estados da região que participaram ao longo de três anos, do processo de planejamento das ações previstas para implementação do CAR e que contam com o aporte de recursos do projeto para fazer frente às atividades de inscrição dos imóveis rurais familiares em tempo hábil.

F. Weller

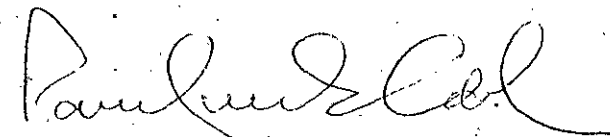
5.3. Ressalta-se, para concluir, que a implementação do projeto observará as atuais salvaguardas exigidas pelas normas brasileiras e pelo Banco Mundial, como entidade implementadora pelo FIP/SCF, e permitirá: (a) o desenvolvimento ou aprimoramento de políticas, normas, metodologias e protocolos para a implementação do CAR, tanto no nível nacional, estadual e municipal; (b) apoio à estruturação técnica e logística dos órgãos ambientais em geral que terão um poderoso instrumento para agir de acordo com o mandato de suas políticas de monitoramento e controle no Bioma Cerrado; (c) maior eficiência no estabelecimento de parcerias entre governo e instituições representativas de trabalhadores rurais para promover o cumprimento da legislação ambiental, e (d) estruturação de uma base de dados que permitirá um adequado planejamento ambiental e econômico dos territórios rurais. É oportuno enfatizar ainda, que existe uma conjuntura favorável de grande potencial de geração de benefícios ambientais, econômicos e sociais dado o novo contexto normativo motivado pela Lei 12.651/2012, que rege a proteção da vegetação nativa, assim como pela sinergia com as políticas públicas já mencionadas, entre outras, especialmente aquelas relacionadas ao crédito agrícola, cujo acesso, a partir de 2017, estará condicionado à inscrição do imóvel rural no CAR. Além disso, o Projeto fortalece um aspecto essencial desta política pública de regularização ambiental que é universalização, no âmbito dos Estados, de um sistema gerencial de dados do CAR que vai permitir orientar diversos instrumentos de outras políticas públicas que lhe serão aderentes ou subsequentes.



ALLAN MILHOMENS

Analista Ambiental (Matrícula 683262-8)
Gerente de Projetos /Diretor Substituto do DRS

De acordo, Encaminhe-se à Coordenação Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP/Secretaria do Tesouro Nacional.



PAULO GUILHERME CABRAL
Secretário da SEDR



Memorando nº 76/2015/CODIP/SUDIP/STN/MF-DF

Em 20 de novembro de 2015.

Ao Senhor Coordenador-Geral da COF/PGFN

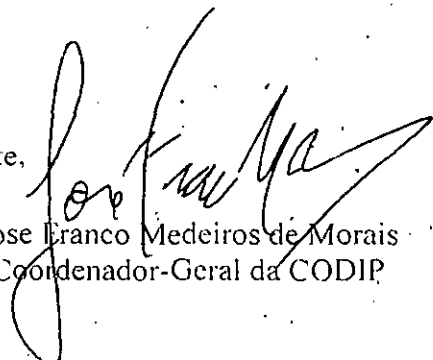
Assunto: Operação de Crédito Externo-Interno - Ministério do Meio Ambiente - MMA, junto ao Banco Mundial - BIRD

Refiro-me à operação de crédito externo, de interesse do Ministério do Meio Ambiente, com o Banco Mundial - BIRD, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois quarentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado – Projeto CAR-FIP.

2. Em atendimento a consulta para observância do estabelecido pelo inciso III, § 1º, art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000, em que determina que a contratação de operações de crédito fica condicionada à observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal informo que de acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal – Anexo 6, para o 2º quadrimestre de 2015, há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução SF 48/2007, de 21.12.2007, alterada pela Resolução SF 41/2009, de 08.12.2009.

3. A propósito, segue o Anexo 6 do Relatório de Gestão Fiscal.

Atenciosamente,


Jose Franco Medeiros de Moraes
Coordenador-Geral da CODIP

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE 2º QUADRIMESTRE DE 2015

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 18)

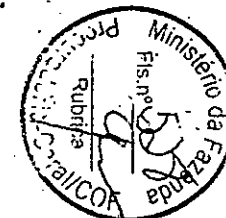
R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	174.076.658	26,56%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	248.949.047	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	236.534.437	36,01%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	361.977	0,055%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)	1.793.121	0,273%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.701.261	0,259%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	239.597	0,036%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)	1.050.972	0,160%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	998.424	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.337.436	1,574%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	14.450.808	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	13.728.325	2,090%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.455.433.279	221,58%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	282.033.552	42,94%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	394.114.586	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização, Refinanciamento e demais deduções)	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	394.114.586	60%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Fonte: SIAP - SINCONTGEINF

MARCELO BARBOSA SAINTIVE
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno





**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
SECRETARIA EXECUTIVA**

249ª REUNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/0249, de 11 de junho de 2014.

O Secretário-Executivo da Comissão de Financiamentos Externos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1.º do art. 11 da Resolução COFIEEX n.º 290, datada de 1.º de setembro de 2006, referente ao Regimento Interno da COFIEEX, e ouvido o Grupo Técnico da COFIEEX (GTEC) na sua 249ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2014,

Resolve,

Com relação à Recomendação COFIEEX n.º 1.327, datada de 27 de julho de 2012, referente ao projeto "Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado - CAR/FIP", de interesse do Ministério do Meio Ambiente, prorrogar o seu prazo de validade até 20 de agosto de 2015, sem prejuízo dos demais termos da referida Recomendação.

João Guilherme Rocha Machado
Secretário-Executivo



PROTOCOLO/SEGE/SAMF/DF
01/01684.005587 2014-003 200
Data 15/12/2014

Aviso n.º 139 /SECEX/GM/MMA

Brasília, 12 de dezembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

Assunto: Solicitação autorização para contratação de empréstimo junto ao FIP – Programa de Investimento Florestal, operado pelo BIRD, no valor de USD 32.480.000,00.

Senhor Ministro,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de pleitear autorização para contratação de empréstimo junto a organismo multilateral de crédito visando apoiar a execução do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado, aqui denominado de Projeto CAR-FIP, cujo objetivo é implementar o Cadastro Ambiental Rural no referido bioma. Sua preparação foi autorizada pela anexa Recomendação nº 1327, de 27 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 20 de agosto de 2012, Seção 3, pg. 129, por meio do Comunicado nº 10/2012, prorrogado pela Resolução Nº 01/0249, de 11 de junho de 2014. O financiamento almejado pelo Projeto será provido via empréstimo em termos concessionais no valor de USD 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares), em fase de negociação iniciada pelo convite do BIRD/Banco Mundial datado de 05/Novembro/2014. A contrapartida mínima estabelecida para o Projeto é de USD 17.520.000,00 (dezessete milhões e quinhentos e vinte mil dólares). Considerando gastos já efetuados pelo MMA elegíveis como contrapartida, seu valor estimado comprovável é de USD 26.430.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e trinta mil dólares).

2. O referido Projeto integra o Plano de Investimento do Brasil, elaborada no contexto das iniciativas do Programa de Investimento Florestal (FIP), um dos três programas vinculados ao Fundo Estratégico do Clima (SCF). Esse Plano foi desenvolvido sob a coordenação Secretaria de Assuntos Internacionais-SAIN do Ministério da Fazenda e contempla outros três projetos a serem implementados com recursos de doação do mesmo Fundo, a saber: Projeto FIP-ABC - Agricultura de Baixo Carbono, coordenado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado, coordenado pelo SFB (Serviço Florestal Brasileiro); Sistema de Alerta de Incêndios e Monitoramento da Cobertura Vegetal, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)



O financiamento total aprovado foi de USD 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares), dos quais os USD 37.520.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte mil dólares) restantes serão no via doação, voltada aos outros três projetos.

3. O Cadastro Ambiental Rural é instrumento de uma das políticas ambientais prioritárias deste governo, o qual foi instituído pela Lei 12.651/2012, cujo prazo de execução deve ser concluído em, no máximo, dois anos, a partir de 25 de maio de 2014. Esse Projeto tem sinergia com o setor produtivo agrossilvopastoril e contribuirá para o desenvolvimento econômico e social sustentável no segundo maior bioma do País. Desse modo, encaminho, anexa, a documentação proposta para o empréstimo, para análise do Ministério da Fazenda, composta das seguintes minutas:

- Acordo Legal (Legal Agreement)
- Documento de Avaliação do Projeto (Project Appraisal Document)
- Carta de Desembolso (Disbursement Letter)

Atenciosamente,

FRANCISCO GAETANI
Ministro de Estado do Meio Ambiente - Interino

MINISTERIO DA FAZENDA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

17944.000299/2015-30

STN-MF-DF

ÓRGÃO: 01.17944-6

27/03/2015



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIE X

98ª REUNIÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 4327, de 27 de julho de 2012.

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

A Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. **Nome:** Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado - CAR/FIP
2. **Mutuário:** República Federativa do Brasil
3. **Executor:** Ministério do Meio Ambiente - MMA
4. **Entidade Financiadora:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD/FIP
5. **Valor do Empréstimo:** pelo equivalente a até US\$ 32.480.000,00
6. **Valor da Contrapartida:** no mínimo de US\$ 17.500.000,00

Ressalva(s):

a) A aprovação do pleito não implica compromisso de elevação dos referenciais monetários para a elaboração das propostas orçamentárias do órgão executor, nos respectivos exercícios estabelecidos no cronograma de desembolso da operação de crédito, nem durante a sua execução orçamentária.

Carlos Augusto Vidotto
Secretário-Executivo

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Presidente

De acordo. Em 16 de agosto de 2012.

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Legal Department
NEGOTIATIONS DRAFT
Mariana Montiel/C. Portelo
May 22, 2015

SCF LOAN NUMBER _____-BR

Strategic Climate Fund Loan Agreement

(Environmental Regularization of Rural Lands in the *Cerrado* of Brazil Project-
Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado – CAR/FIP)

between

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

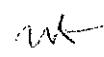
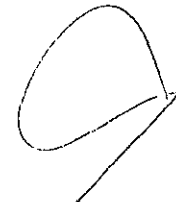
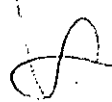
and

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT

acting as an Implementing Entity of the Forest Investment Program under the Strategic
Climate Fund

Dated

, 201_



SCF LOAN NUMBER _____ -BR

STRATEGIC CLIMATE FUND LOAN AGREEMENT

AGREEMENT dated _____, 201_, entered into between:

The FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Borrower") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("World Bank"), acting not in its individual capacity but solely in its capacity as Implementing Entity of the Forest Investment Program ("FIP") under the Strategic Climate Fund ("SCF").

The Borrower and the World Bank hereby agree as follows:

Article I

Standard Conditions; Definitions

- 1.01. The Standard Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) constitute an integral part of this Agreement.
- 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the Standard Conditions or in the Appendix to this Agreement.

Article II

Loan

- 2.01. The World Bank agrees to lend to the Borrower, on the terms and conditions set forth or referred to in this Agreement, the amount of thirty-two millions four hundred and eighty thousand United States Dollars (\$32,480,000) ("Loan"), to assist in financing the project described in Schedule 1 to this Agreement ("Project").
- 2.02. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with Section IV of Schedule 2 to this Agreement. The Borrower's representative for purposes of taking any action required or permitted to be taken pursuant to this Section is its Minister of the Environment or any person or persons delegated by it.
- 2.03. The Loan is funded out of the resources made available to the World Bank as an implementing entity of the SCF. In accordance with Section 3.02 of the Standard Conditions, the World Bank's payment obligations in connection with this Agreement are limited to the amount of funds made available to it from the SCF trust fund, and the Borrower's right to withdraw the Loan proceeds is subject to the availability of such funds.

- 2.04. The Service Charge payable by the Borrower on the Withdrawn Loan Balance shall be equal to one-fourths of one percent ($1/4$ of 1%) per annum.
- 2.05. The Payment Dates are June 15 and December 15 in each year.
- 2.06. The principal amount of the Loan shall be repaid in accordance with the repayment schedule set forth in Schedule 3 to this Agreement.
- 2.07. The Payment Currency is USD.

Article III The Project

- 3.01. The Borrower declares its commitment to the objectives of the Project. To this end, the Borrower shall carry out the Project through MMA, with the assistance of the Participating SEAs in accordance with the provisions of Article II of the Standard Conditions.
- 3.02. Without limitation upon the provisions of Section 3.01 of this Agreement, and except as the Borrower and the World Bank shall otherwise agree, the Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of Schedule 2 to this Agreement.

Article IV Effectiveness; Termination

- 4.01. The Additional Condition of Effectiveness consists of the following, namely, that the UGP has been established in a manner acceptable to the Bank.
- 4.02. The Additional Legal Matter consists of the following, namely that the Loan has been duly registered with the Borrower's Central Bank.
- 4.03. Without prejudice to the provisions of the Standard Conditions, the Effectiveness Deadline is the date ninety (90) days after the date of this Agreement

Article V Borrower's Representative; Addresses

5.01. The Borrower's Representative referred to in Section 10.02 of the Standard Conditions is its Ministry of Finance.

5.02. The Borrower's Address referred to in Section 10.01 of the Standard Conditions is:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar
Brasília, DF, 70048-900
Brazil
Facsimile: (55-61) 3412-1740

With copies to:

SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais, do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 5º andar
Brasília, DF, 70040-906
Brazil
Facsimile: (55-61) 2020-5006

And to:

Ministério do Meio Ambiente – MMA
Secretaria Executiva
Esplanada dos Ministérios - Bloco B1. B - 6º andar
Brasília, DF, 70068-900
Brazil
Facsimile: (55-61) 2028-1770/2015

5.03. The World Bank's Address referred to in Section 10.01 of the Standard Conditions is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America
Facsimile: (1-202) 477-6391

AGREED at _____, as of the day and year first
above written.

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

By

Authorized Representative

INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT
acting as an implementing entity of the
Forest Investment Program under the Strategic Climate
Fund

By

Authorized Representative

SCHEDULE 1 Project Description

The objective of the Project is to enhance the capacity of the Borrower's MMA and nine SEAs to receive, analyze and approve rural environmental cadaster entries and link them to SICAR; and support, in selected municipalities, landholding registration in the CAR.

The Project consists of the following parts:

Part 1: Strengthening SEAs' Capacity to Implement the CAR

Provision of support to MMA and Participating SEAs for: (a) the development, implementation of CAR and its integration with SICAR; (b) the provision of support for the structuring of teams within Participating SEAs and the set up and training of Participating SEAs and their teams to guide, receive and analyze cadasters; and (c) the provision of support to SEAs management teams involved in the execution of the Project.

Part 2: Registration of Landholdings in Selected Municipalities

Provision of support for the gathering and compilation of up-to-date environmental cadastral data containing information about smallholders, their landholdings and their enrollment in the CAR, through: (a) the carrying out of surveys, mapping and geo-referencing of land use and rural holdings in each of the Selected Municipalities; (b) the carrying out of a communications campaign and mobilization in the Selected Municipalities; (c) the establishment of service desks in Selected Municipalities aimed at guiding landholders to carry out the registration process and to assist landholders with the documentation required to file the registration with environmental agencies; (d) the carrying out of surveys, mapping, geo-referencing and enrollment of small landholdings in the CAR in each of the Selected Municipalities; and (e) the carrying out, when necessary, of an environmental assessment and a plan for the recovery of degraded areas of the small landholdings located in Selected Municipalities.

Part 3: Project Management, Monitoring and Evaluation

Provision of support for the technical and administrative management of the Project, including monitoring and evaluation activities.

SCHEDULE 2

Project Execution

Section I. Institutional and Other Arrangements

A. Institutional Arrangements.

1. The Borrower, through MMA, shall:
 - (a) prior to carrying out any Project activity which requires the assistance of a Participating SEA, enter into an agreement (the Technical Cooperation Agreement) with the relevant Participating SEA under terms and conditions approved by the World Bank for purposes of assisting MMA in the implementation of the Project, and thereafter maintain the pertinent Technical Cooperation Agreement throughout the implementation of the Project; and
 - (b) exercise its rights and carry out its obligations under each Technical Cooperation Agreement in such manner as to protect the interests of the Borrower and the World Bank and to accomplish the purposes of the Loan. Except as the World Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, terminate, waive or fail to enforce any of the Technical Cooperation Agreements or any of its provisions.
3. For the purposes of carrying out the Project, the Borrower, through MMA, shall, at all times during Project implementation:
 - (a) (i) create and maintain a unit (the UGP), responsible for the management, coordination, supervision, monitoring and evaluation of the Project; and (ii) maintain the special bidding committee (the CEL), responsible for the procurement of goods and services required under the Project; and
 - (b) maintain said unit and committee with a structure, responsibilities, and key staff with terms of reference, qualifications and functions acceptable to the World Bank to perform all Project related functions.
4. (a) For purposes of carrying out part of its obligations under the Project (in close coordination with the MMA and CEL), the Borrower, through MMA, may enter into an agreement with an international cooperation entity with qualifications, procurement and financial management experience acceptable to the Bank, under terms and conditions satisfactory to the Bank (the International Cooperation Agreement) which shall include, *inter alia*, the obligation of the above referred cooperation entity:
 - (i) to carry out the procurement of certain goods, Non-consultant services, and the selection of Individual Consultants under the Project in accordance

with the provisions set forth in Section III of this Schedule and in the Operational Manual; and (ii) to keep separate records and accounts in respect of such goods, Non-consulting services and Individual Consultants and to assist the Borrower in complying with its obligations under this Agreement.

- (b) The Borrower, through MMA, shall exercise its rights and carry out its obligations under the International Cooperation Agreement, in such manner as to protect the interests of the Borrower and the World Bank and to accomplish the purposes of the Loan. Except as the World Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce the International Cooperation Agreement, or any of its provisions.

5. The Borrower shall carry out the Project in accordance with a manual (the Operational Manual), satisfactory to the Bank, which shall include the rules, methods, guidelines, standard documents and procedures for the carrying out of the relevant Parts of the Project, including the following: (i) the detailed description of Project implementation activities and the detailed institutional arrangements of the Project; (ii) the Project administrative, accounting, auditing, reporting, financial, procurement and disbursement procedures; (iii) the monitoring indicators for the Project; and (iv) the ESMF. In the event that any provision of the Operational Manual shall conflict with this Agreement, the terms of this Agreement shall prevail.

B. Anti-Corruption

The Borrower shall ensure that the Project is carried out in accordance with the provisions of the Anti-Corruption Guidelines.

C. Environmental and Social Management Framework (ESMF)

The Borrower shall: (a) implement the Project in accordance with the ESMF (including provisions for natural habitats and forests); (b) adopt the procedures detailed in said ESMF for environmental screening, evaluation, implementation and monitoring of activities under the Project, including the procedures for the preparation of environmental management plans, if applicable, and (c) implement and/or cause to be implemented, the pertinent environmental management plans, if applicable, in accordance with their terms and in a manner acceptable to the Bank.

Section II. Project Monitoring, Reporting and Evaluation

A. Project Reports; Completion Report

1. The Borrower shall monitor and evaluate the progress of the Project and prepare Project Reports in accordance with the provisions of Section 2.06 of the Standard Conditions and on the basis of indicators acceptable to the World Bank. Each Project Report shall cover the period of six months, and shall be furnished to the World Bank not later than 45 days after the end of the period covered by such report.
2. The Borrower shall prepare the Completion Report in accordance with the provisions of Section 2.06 of the Standard Conditions. The Completion Report shall be furnished to the World Bank not later than six months after the Closing Date.

B. Financial Management; Financial Reports; Audits

1. The Borrower shall ensure that a financial management system is maintained in accordance with the provisions of Section 2.07 of the Standard Conditions.
2. The Borrower shall ensure that interim unaudited financial reports for the Project are prepared and furnished to the World Bank as part of the Project Report not later than one 45 days after the end of each calendar quarter, covering the quarter, in form and substance satisfactory to the World Bank.
3. The Borrower shall have its Financial Statements for the Project audited in accordance with the provisions of Section 2.07 (b) of the Standard Conditions. Each such audit of the Financial Statements shall cover the period of one fiscal year of the Borrower. The audited Financial Statements for each such period shall be furnished to the World Bank not later than six months after the end of such period.

Section III. Procurement

A. General

1. **Goods, Works and Non-consulting Services.** All goods, works and non-consulting services required for the Project and to be financed out of the proceeds of the Loan shall be procured in accordance with the requirements set forth or referred to in Section 1 of the Procurement Guidelines, and with the provisions of this Section.

2. **Consultants' Services.** All consultants' services required for the Project and to be financed out of the proceeds of the Loan shall be procured in accordance with the requirements set forth or referred to in Sections I and IV of the Consultant Guidelines, and with the provisions of this Section.

3. **Definitions.** The capitalized terms used below in this Section to describe particular procurement methods or methods of review by the World Bank of particular contracts, refer to the corresponding method described in Sections II and III of the Procurement Guidelines, or Sections II, III, IV and V of the Consultant Guidelines, as the case may be.

B. Particular Methods of Procurement of Goods, Works and Non-consulting Services

1. **International Competitive Bidding.** Except as otherwise provided in paragraph 2 below, goods, works and Non-consulting services shall be procured under contracts awarded on the basis of International Competitive Bidding.
2. **Other Methods of Procurement of Goods, Works and Non-consulting Services.** The following table specifies the methods of procurement, other than International Competitive Bidding, which may be used for goods, works and Non-consulting services. The Procurement Plan shall specify the circumstances under which such methods may be used:

(a) National Competitive Bidding (including the method known as " <i>pregão eletrônico</i> ", as provided in the Member Country's Law No. 10520, of July 17, 2002, under any e-procurement system acceptable to the Bank), subject to the following additional procedure, namely, that the bidding documents shall be acceptable to the World Bank
(b) Shopping (including the method known as " <i>pregão eletrônico</i> ", as provided in the Member Country's Law No. 10520, of July 17, 2002, under any e-procurement system acceptable to the World Bank)

C. Particular Methods of Procurement of Consultants' Services

1. **Quality- and Cost-based Selection.** Except as otherwise provided in paragraph 2 below, consultants' services shall be procured under contracts awarded on the basis of Quality and Cost-based Selection.
2. **Other Methods of Procurement of Consultants' Services.** The following table specifies methods of procurement, other than Quality and Cost-based Selection, which may be used for consultants' services. The Procurement Plan shall specify the circumstances under which such methods may be used: (a) Selection under a Fixed Budget; (b) Least Cost Selection; (c) Selection based on Consultants'

Qualifications; (d) Single-source Selection; (e) Selection of consultants under Indefinite Delivery Contract or Price Agreement; and (f) Procedures set forth in paragraphs 5.2 and 5.3 of the Consultant Guidelines for the Selection of Individual Consultants.

D. Review by the World Bank of Procurement Decisions

The Procurement Plan shall set forth those contracts which shall be subject to the World Bank's Prior Review. All other contracts shall be subject to Post Review by the World Bank.

Section IV. Withdrawal of Loan Proceeds

A. General

1. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with the provisions of Article III of the Standard Conditions, this Section and such additional instructions as the World Bank may specify by notice to the Borrower (including the "World Bank Disbursement Guidelines for Projects" dated May 2006, as revised from time to time by the World Bank and as made applicable to this Agreement pursuant to such instructions), to finance Eligible Expenditures as set forth in the table in paragraph 2 below.
2. The following table specifies the categories of Eligible Expenditures that may be financed out of the proceeds of the Loan ("Category"), the allocations of the amounts of the Loan to each Category, and the percentage of expenditures to be financed for Eligible Expenditures in each Category:

Category	Amount of the Loan Allocated (expressed in USD)	Percentage of Expenditures to be Financed (inclusive of Taxes)
(1) Goods, Non-consulting services, consultants' services, works, Training and Operating Costs under Part 1 of the Project	6,146,304.00	100%
(2) Goods, Non-consulting services, consultants' services, works, Training and Operating	25,178,219.00	100%

Costs under Part 2 of the Project		
(3) Goods, Non-consulting services, consultants' services, Training and Operating Costs under Part 3 of the Project	1,155,477.00	100%
TOTAL AMOUNT	32,480,000.00	

For the purposes of this Section:

- (a) the term "Operating Costs" means the reasonable incremental operational costs (which would not have been incurred absent the Project), related to Project technical and administrative management monitoring and supervision required under the Project, including *inter alia*, administrative and operational support, office equipment, supplies, travel costs (including accommodations, transportation costs and *per diem*), printing services, communication costs, utilities, maintenance of office equipment and facilities, vehicle operation and maintenance costs, and logistics services; and
- (b) the term "Training" means expenditures (other than those for consultants' services) incurred in connection with the carrying out of training, seminars, and workshops, including the reasonable travel costs (e.g. accommodations, transportation costs and *per diem*) of trainees and trainers (if applicable), catering, rental of training facilities and equipment, logistics and printing services, as well as training materials and equipment under the Project.

B. Withdrawal Conditions; Withdrawal Period

1. Notwithstanding the provisions of Part A of this Section no withdrawal shall be made for payments made prior to the date of this Agreement, except that withdrawals up to an aggregate amount not to exceed \$3,800,000 (three million eight hundred thousand Dollars) equivalent may be made within one year prior to this date, for Eligible Expenditures.
2. The Closing Date is February 28, 2020. The World Bank will only grant an extension of the Closing Date after the Borrower's Ministry of Finance has informed the World Bank that it agrees with such extension. **SCHEDULE 3**

Repayment Schedule

Date Payment Due	Principal Amount of the Loan repayable (expressed as a percentage)
On each June 15 and December 15: commencing December 15, 2025 to and including June 15, 2035	1%
commencing December 15, 2035 to and including June 15, 2055	2%

APPENDIX

Section I. Definitions

1. "Anti-Corruption Guidelines" means the "Guidelines on Preventing and Combating Fraud and Corruption in Projects Financed by IBRD Loans and IDA Credits and Grants", dated October 15, 2006 and revised in January 2011.
2. "CAR" means *Cadastro Ambiental Rural*, the national scale and mandatory public electronic register of rural landholdings, aimed at integrating information in a database for controlling, monitoring, environmental planning and deforestation combat (Law no. 12.651, art. 29 – Brazilian Forest Code).
3. "Category" means a category set forth in the table in Section IV of Schedule 2 to this Agreement.
4. "CEL" means *Comissão Especial de Licitações*, MMA's special bidding committee, created pursuant MMA's Ordinance Nº 264 of July 28, 2014, or any successor thereto acceptable to the World Bank.
5. "Cerrado Biome" means the savannah and dry forest biome in the central highlands of the Borrower's territory which covers an area equivalent to 200 million hectares over the following states: *Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Paraná, São Paulo and Tocantins*.
6. "Consultant Guidelines" means the "Guidelines: Selection and Employment of Consultants under IBRD Loans and IDA Credits and Grants by World Bank Borrowers" dated January 2011 (revised in July 2014).
7. "Environmental and Social Management Framework or ESMF" means *Marco de Gestão Ambiental e Social do Projeto CAR-FIP no Cerrado – MGAS*, the Borrower's framework dated October 1, 2014 acceptable to the World Bank, as published and available to the public on the website http://www.mma.gov.br/images/publicacoes/CAR/MGAS_CAR_FIP_MMA_dez.pdf, which contains the environmental protection measures in respect of the Project, including: (i) protection of natural habitats and forests; (ii) guidelines for the identification of existing environmental conditions and potential direct and indirect environmental impacts resulting from the carrying out of the Project; (iii) guidelines for the carrying out of environmental assessments and the preparation of environmental management plans, when applicable; (iv) the recommendation of mitigation measures for each negative impact identified; and (v) measures for enhancing each identified positive impact, as such framework may be amended from time to time with the prior agreement of the World Bank.

8. "FIP Design Document" is the design document for the Forest Investment Program, approved by the Strategic Climate Fund Trust Fund Committee and issued on July 7, 2009, and as said design may be amended from time to time in accordance with its terms.
9. "Forest Investment Program" or "FIP" means the program established under the Strategic Climate Fund in accordance with the Governance Framework adopted on November 18, 2008, by the Strategic Climate Fund for the purposes set forth in the FIP Design Document.
10. "International Cooperation Agreement" means the agreement between the Borrower, through MMA, and the international cooperating entity referred to in Section 1.4(a) of this Agreement.
11. "Implementing Entity of the Forest Investment Program under the Strategic Climate Fund" means the implementing entity of the FIP under the SCF in accordance with the terms of the Governance Framework of the Strategic Climate Fund.
12. "MMA" means *Ministério do Meio Ambiente*, the Borrower's Ministry of Environment.
13. "Non-consulting services" means surveys and other services of non-intellectual and non-advisory nature that can be procured on the basis of performance or measurable physical outputs.
14. "Operational Manual" means the manual dated August 19, 2014, and referred to in Section 1.5 of this Agreement.
15. "Participating SEA" means the SEAs of the following selected States: *Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, and São Paulo*, and the Federal District.
16. "Procurement Guidelines" means the "Guidelines: Procurement of Goods, Works and Non-consulting Services under IBRD Loans and IDA Credits and Grants by World Bank Borrowers" dated January 2011 (revised in July 2014).
17. "Procurement Plan" means the Borrower's procurement plan for the Project, dated August 29, 2014, and referred to in paragraph 1.18 of the Procurement Guidelines and paragraph 1.25 of the Consultant Guidelines, as the same shall be updated from time to time in accordance with the provisions of said paragraphs.
18. "SEA" means State Environmental Agency (*Órgão Estadual do Meio Ambiente*).

19. "Selected Municipalities" means municipalities located in the Borrower's *Cerrado* Biome and selected considering the following criteria: (i) deforestation rate greater than 25 km², (2009 to 2010); (ii) areas of remnant native vegetation greater than 20 percent of the municipality or existence of protected areas; and (iii) municipalities that are not financially supported by external funds to carry out a landholding cadaster.
20. "SICAR" means *Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural*, the Borrower's rural environmental cadaster system.
21. "Standard Conditions" means the Standard Conditions for Loans Made by the World Bank Out of the Climate Investment Funds, dated February 18, 2014.
22. "Technical Cooperation Agreement" means *Acordo de Cooperação Técnica*, any of the agreements referred to in Section A.1 of Schedule 2 to this Agreement.
23. "UGP" means the unit referred to in Section I.A:3(a)(i) of Schedule 2 to the Loan Agreement.



ANTONIO RIBEIRO DE AZEVEDO SANTOS
Tradutor Público e Intérprete Comercial

Junta Comercial do Distrito Federal – mat. nº 58
Espanhol - Portaria nº 27, de 6 de novembro de 2012.
Inglês - Portaria nº 9, de 15 de julho de 2015

SQS 302 bloco J apt. 507. Brasília, DF. CEP 70.338-100
CPF 703.144.201-00. Fones 061 3224 7213 e 061 9267 2777
ariazs@gmail.com || antonio@confluir.com.br



Tradução nº 270 - Livro 003 - Folha 080 - Data: 30 de setembro de 2015

Eu, abaixo assinado, Tradutor Público e Intérprete Comercial dos idiomas espanhol e inglês nesta praça do Distrito Federal, República Federativa do Brasil, com fé pública em todo território nacional, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob a matrícula nº 58, CERTIFICO e DOU FÉ de que me foi apresentado documento digital em versão Microsoft Word exarado em inglês para que o traduzisse para a vernáculo, o que aqui faço em virtude de meu ofício público, a pedido de parte interessada, para constar onde convier, como segue:

Departamento Jurídico
MINUTA PARA NEGOCIAÇÃO
Mariana Montiel/C. Portelo
22 de maio de 2015

EMPRÉSTIMO DO SCF Nº. _____-BR

Fundo Estratégico do Clima
Contrato de Empréstimo

Projeto Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado – CAR/FIP

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO
na qualidade de Entidade de Implementação do Programa de Investimento Florestal
do Fundo Climático Estratégico

Celebrado em _____ de 201_

[próxima página]

EMPRÉSTIMO DO SCF Nº. _____-BR

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO COM RECURSOS DO FUNDO ESTRATÉGICO DO CLIMA

CONTRATO celebrado em _____ de 201_ entre:

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (doravante o “Mutuário”) e o BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO (doravante o “Banco Mundial”), atuando exclusivamente na qualidade de Entidade de Implementação do Programa de Investimento Florestal (“FIP”) do Fundo Estratégico do Clima (“SCF”).

Fica acordado neste ato entre o Mutuário e o Banco Mundial o que se segue:



Artigo 1º

Condições Gerais; Definições

- 1.01. As Condições Gerais (conforme estabelecidas no Apêndice do presente Contrato) constituem parte integrante deste Contrato.
- 1.02. A menos que o contexto exija significado diverso, os termos em maiúsculas utilizados neste Contrato terão o significado dado pelas Condições Gerais ou pelo Apêndice do presente Contrato.

Artigo 2º

Empréstimo

- 2.01. O Banco Mundial compromete-se a conceder ao Mutuário, de acordo com os termos e condições estabelecidos ou referidos no presente Contrato, a importância de US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares norte-americanos) (doravante o "Empréstimo"), como aporte para o financiamento do projeto descrito no Anexo 1 do presente Contrato (doravante o "Projeto").
- 2.02. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo em conformidade com a Seção IV do Anexo 2 deste Contrato. O Mutuário será representado, no tocante a decisões sobre medidas necessárias ou previstas na presente Seção, pelo seu Ministro do Meio Ambiente ou qualquer pessoa ou pessoas a quem ele venha a delegar esta representação.
- 2.03. O Empréstimo é financiado com recursos disponibilizados ao Banco Mundial na qualidade de entidade de implementação do SCF. Consoante a Seção 3.02 das Condições Gerais, as obrigações de pagamento assumidas pelo Banco Mundial em virtude do presente Contrato estão limitadas à quantia dos recursos disponibilizados pelo fundo fiduciário SCF, razão pela qual o direito do Mutuário de sacar quantias do empréstimo estará sujeito à sua disponibilidade.

1

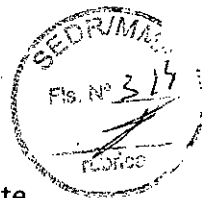
[próxima página]

-
- 2.04. A Taxa de Serviço que o Mutuário pagará pelo Quantia Sacada corresponde a um quarto de um por cento ($1/4$ de 1%) ao ano.
 - 2.05. As datas de pagamento são 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.
 - 2.06. O valor do principal do Empréstimo será amortizado de acordo com o cronograma de amortização constante do Anexo 3 do presente Contrato.
 - 2.07. A Moeda de Pagamento é o dólar dos Estados Unidos da América (US\$).

Artigo 3º

O Projeto

- 3.01. O Mutuário declara seu compromisso em relação aos objetivos do Projeto. Nesse sentido, o Mutuário executará o Projeto por intermédio do Ministério do Meio



Ambiente (MMA); com a assistência dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) Participantes, conforme o disposto no Artigo 2º das Condições Gerais.

- 3.02. Sem limitações ao disposto na Seção 3.01 do presente Contrato, e exceto por acordo diverso entre o Mutuário e o Banco Mundial, o Mutuário zelarà para que o Projeto seja conduzido conforme o disposto no Anexo 2 do presente Contrato.

Artigo 4º

Vigência; Resolução

- 4.01. A Condição Adicional para Entrada em Vigor consiste em que a Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) tenha sido estabelecida de forma aceitável para o Banco.
- 4.02. A Condição Jurídica Adicional consiste em que o Empréstimo tenha sido devidamente registrado perante o Banco Central do Mutuário.
- 4.03. Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, o Prazo para Entrada em Vigor é de 90 (noventa) dias, contado da data de celebração do Contrato.

Artigo 5º

Representante do Mutuário; Endereço

2

[próxima página]

- 5.01. O Representante do Mutuário referido na Seção 10.02 das Condições Gerais é o seu Ministério da Fazenda.
- 5.02. O Endereço do Mutuário referido na Seção 10.01 das Condições Gerais é:
Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar
Brasília, DF, 70048-900
Brasil
Fax: (55-61) 3412-1740

Endereço para envio de cópia da correspondência:

SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 5º andar
Brasília, DF, 70040-906
Brasil
Fax: (55-61) 2020-5006

E:

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Secretaria Executiva
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 6º andar
Brasília, DF, 70068-900
Brasil
Fax: (55-61) 2028-1770/2015



5.03. O Endereço do Banco Mundial referido na Seção 10.01 das Condições Gerais é:
International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
Estados Unidos da América
Fax: (1-202) 477-6391

Celebrado em _____, no dia, mês e ano acima indicados.

3

[próxima página]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por

Representante Autorizado

BANCO INTERNACIONAL PARA ARECONSTRUÇÃO
E O DESENVOLVIMENTO,
na qualidade de Entidade de Implementação do Programa de
Investimento do Florestal do Fundo Estratégico do Clima

Por

Representante Autorizado

4

[próxima página]

ANEXO 1

Descrição do Projeto

O Projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Mutuário e de nove Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) para receber, analisar e aprovar inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e transmiti-las ao SICAR; e auxiliar, nos municípios selecionados, na inscrição dos imóveis no CAR.

O Projeto consiste nos seguintes componentes:

Parte 1: Fortalecimento da capacidade dos OEMAs para implementar o CAR

Prestação de apoio ao MMA e aos OEMAS participantes para: (a) desenvolver e implementar o CAR e integrá-lo ao SICAR; (b) prestar assistência tendo em vista a estruturação de equipes nos OEMAS Participantes e a preparação e o treinamento dessas agências e de suas equipes para prestar orientação, receber e analisar cadastros; e (c) apoiar as equipes de gestão dos OEMAS envolvidas na execução do Projeto.

Parte 2: Inscrição dos imóveis nos municípios selecionados

Prestar apoio na coleta e compilação de dados cadastrais ambientais atualizados, com informações sobre os proprietários de pequenos imóveis rurais, suas propriedades e sua inscrição no CAR, por meio de: (a) pesquisas, mapeamento e georreferenciamento do uso do solo e dos imóveis rurais em cada município

selecionado; (ii) realização de uma campanha de comunicação e de mobilização nos municípios selecionados; (c) criação de balcões de atendimento nos municípios selecionados para prestar orientação aos proprietários sobre o processo de inscrição e a documentação exigida para dar entrada na inscrição junto aos órgãos ambientais; (a) pesquisas, mapeamento, georreferenciamento e inscrição dos pequenos imóveis rurais no CAR em cada município selecionado; e (e) realização, quando necessário, de avaliação ambiental e de plano de recuperação de áreas degradadas para pequenos imóveis nos municípios selecionados.

Parte 3: Gerenciamento, monitoramento e avaliação do Projeto

Prestar suporte para o gerenciamento técnico e administrativo do Projeto, incluindo as atividades de monitoramento e avaliação.

5

[próxima página]

ANEXO 2
Execução do Projeto

Seção I. Arranjos institucionais e diversos

A. Arranjos institucionais.

1. O Mutuário, por meio do MMA:

- (a) antes de realizar qualquer atividade do Projeto que requeira a assistência de um Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) Participante, celebrará acordo (Acordo de Cooperação Técnica) com o referido OEMA, conforme os termos e condições aprovados pelo Banco Mundial, com o propósito de auxiliar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na implementação do Projeto, e, posteriormente, manterá vigente o referido Acordo de Cooperação Técnica durante o período de implementação do Projeto; e
- (b) exercerá os seus direitos e cumprirá as suas obrigações no âmbito de cada Acordo de Cooperação Técnica de maneira a proteger os seus interesses e os do Banco Mundial e atingir os objetivos do Empréstimo. Salvo que o Banco Mundial concorde de outro modo, o Mutuário não cederá, alterará, revogará, rescindir, renunciará ou deixará de cumprir qualquer um dos Acordos de Cooperação Técnica ou qualquer uma das suas disposições.

3. Para fins de execução do Projeto, o Mutuário, por meio do MMA, em todos os momentos da sua execução:

- (a) (i) criará e manterá uma unidade de gerenciamento do projeto (UGP), que será responsável pela gestão, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação do Projeto; e (ii) manterá a comissão especial de licitação (CEL), responsável pela licitação dos bens e serviços necessários no âmbito do Projeto; e
- (b) manterá as referidas unidade e comissão estruturadas e com atribuições e pessoal-chave, com termos de referência, qualificações e funções



aceitáveis para o Banco Mundial, a fim de executar todas as funções relacionadas ao Projeto.

4. (a) Com o propósito de executar parte das respectivas obrigações previstas no Projeto (em estreita coordenação com o MMA e a CEL), o Mutuário, por meio do MMA, poderá celebrar acordo com entidade de cooperação internacional dotada das qualificações e experiência em licitações e gestão financeira consideradas aceitáveis pelo Banco, conforme termos e condições satisfatórios para o Banco (o "Acordo de Cooperação Internacional"), que incluirá, entre outras, a obrigação de a entidade de cooperação acima referida: (i) executar a aquisição de determinados bens e a contratação de serviços técnicos e a seleção de consultores individuais no âmbito do Projeto em conformidade com [...]

6

[próxima página]

[...] as disposições estabelecidas na Seção III do presente Anexo e no Manual Operacional; e (ii) manter registros e contas segregados para os bens, serviços técnicos e serviços prestados por consultores individuais, e auxiliar o Mutuário no cumprimento das obrigações estipuladas neste Contrato.

- (b) O Mutuário, por meio do MMA, exercerá os seus direitos e cumprirá as obrigações assumidas em virtude do Acordo de Cooperação Internacional de modo a assegurar os interesses do Mutuário e do Banco Mundial e atingir os objetivos do Empréstimo. Salvo que o Banco Mundial convenha de outra forma, o Mutuário não cederá, alterará, revogará, renunciará, rescindiré ou deixará de aplicar o Acordo de Cooperação Internacional ou qualquer uma das suas disposições.
5. O Mutuário executará o Projeto de acordo com um manual (Manual Operacional) considerado satisfatório pelo Banco, que conterá regras, métodos, diretrizes, documentos-padrão e procedimentos para a condução das Partes relevantes do Projeto, inclusive o que segue: (i) a descrição detalhada das atividades de implementação do Projeto e o detalhamento dos arranjos institucionais do Projeto; (ii) os procedimentos administrativos, contábeis, de auditoria, de elaboração de relatórios, de contratação e de desembolso do Projeto; (iii) os indicadores de monitoramento do Projeto; e (iv) o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Na hipótese de que qualquer disposição do Manual Operacional esteja em conflito com o presente Contrato, os termos deste prevalecerão.

B. Anticorrupção

O Mutuário zelaré para que o Projeto seja conduzido em conformidade com as disposições das Diretrizes Anticorrupção.

C. Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)



O Mutuário deverá: (a) implementar o Projeto de acordo com o MGAS (incluindo as disposições relativas a habitats naturais e florestas); (b) adotar os procedimentos descritos no MGAS relativos a triagem ambiental, avaliação, implementação e monitoramento das atividades previstas no âmbito do Projeto, inclusive os procedimentos para a elaboração de planos de gestão ambiental, se for o caso, e (c) implementar, por meios próprios ou por terceiros, os planos de gestão ambiental pertinentes, se for o caso, de acordo com seus termos e de forma aceitável para o Banco.

7

[próxima página]

Seção II. Monitoramento, elaboração de relatórios e avaliação do Projeto

A. Relatórios do Projeto; Relatório Final

1. O Mutuário deverá monitorar e avaliar o progresso do Projeto e preparar relatórios de acordo com o disposto na Seção 2.06 das Condições Gerais e com base em indicadores aceitáveis para o Banco Mundial. Cada Relatório do Projeto deverá cobrir o período de seis meses e ser entregue ao Banco Mundial no prazo de 45 dias, contado da data de encerramento do período coberto pelo relatório.
2. O Mutuário preparará o Relatório Final conforme o disposto na Seção 2.06 das Condições Gerais. O Relatório Final será entregue ao Banco Mundial no prazo de seis meses, contado a partir da Data de Encerramento.

B. Gestão Financeira; Relatórios Financeiros; Auditorias

1. O Mutuário deverá assegurar que o sistema de gestão financeira seja mantido em conformidade com o disposto na Seção 2.07 das Condições Gerais.
2. O Mutuário deverá assegurar que os relatórios financeiros provisórios não auditados do Projeto sejam elaborados e entregues ao Banco Mundial como parte do Relatório do Projeto no prazo de 45 dias, contado da data de encerramento de cada trimestre civil, cobrindo esse trimestre, em forma e conteúdo satisfatórios para o Banco Mundial.
3. O Mutuário deverá providenciar a auditoria de suas Demonstrações Financeiras do Projeto em conformidade com o disposto na Seção 2.07 (b) das Condições Gerais. Cada uma das auditorias das Demonstrações Financeiras cobrirá o período de um ano fiscal do Mutuário. As Demonstrações Financeiras auditadas de cada um desses períodos serão entregues ao Banco Mundial no prazo de seis meses, contado da data de encerramento do respectivo período.

Seção III. Aquisições

A. Geral

1. Bens, obras e serviços técnicos. Todos os bens, obras e serviços técnicos demandados pelo Projeto e a serem financiados com recursos do Empréstimo deverão ser licitados conforme as exigências estabelecidas ou citadas na Seção I das Diretrizes para Aquisições e o disposto nesta Seção.

8

319

[próxima página]

2. **Serviços de consultoria.** Todos os serviços de consultoria que o Projeto demande e que sejam financiados com recursos do Empréstimo deverão ser licitados conforme as exigências estabelecidas ou citadas nas Seções I e IV das Diretrizes para Consultores e o disposto nesta Seção.
3. **Definições.** Os termos em maiúsculas usados a seguir nesta Seção para descrever métodos de aquisição específicos ou métodos de avaliação de contratos pelo Banco Mundial referem-se ao método correspondente descrito nas Seções II e III das Diretrizes para Aquisições, ou nas Seções II, III, IV e V das Diretrizes para Consultores, conforme o caso.
- B. **Métodos específicos para aquisição de bens, obras e serviços técnicos**
 1. **Licitação Pública Internacional.** Salvo quando o parágrafo 2 a seguir dispuser de outra forma, bens, obras e serviços técnicos serão adquiridos pela modalidade Licitação Pública Internacional.
 2. **Outros métodos para aquisição de bens, obras e serviços técnicos.** A tabela a seguir lista os métodos de aquisição além da Licitação Pública Internacional que poderão ser empregados para bens, obras e serviços técnicos. O Plano de Aquisições especificará as circunstâncias nas quais tais métodos poderão ser empregados:

(a) Licitação Pública Nacional, incluída a modalidade conhecida como "pregão eletrônico", prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou qualquer outro sistema eletrônico de compras aprovado pelo Banco, sujeito à aceitação do documento de licitação pelo Banco Mundial.

(b) Comparação de Preços - modalidade *Shopping* (incluída a modalidade conhecida como "pregão eletrônico", prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou qualquer outro sistema eletrônico de compras aprovado pelo Banco Mundial).

- C. **Métodos específicos para contratação de serviços de consultoria**
 1. **Seleção Baseada em Qualidade e Custo.** Salvo quando o parágrafo 2 a seguir dispuser em contrário, os serviços de consultoria serão adquiridos pela modalidade Seleção Baseada em Qualidade e Custo.
 2. **Outros métodos para contratação de serviços de consultoria.** A tabela a seguir lista os métodos de aquisição além da Seleção Baseada em Qualidade e Custo que poderão ser empregados para serviços de consultoria. O Plano de Aquisições especificará as circunstâncias nas quais tais métodos poderão ser empregados: (a) Seleção com Orçamento Fixo; (b) Seleção Baseada no Menor Custo; (c) Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor; [...]

[próxima página]

[...] (d) Seleção de Fonte Única; (e) Seleção de consultores sob a modalidade Contrato por Preço Global; e (f) os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 5.2 e 5.3 das Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores.

D. Exame pelo Banco Mundial das decisões de aquisição

O Plano de Aquisições conterá os contratos que estarão sujeitos à revisão prévia do Banco Mundial. Todos os demais contratos estarão sujeitos à revisão posterior do Banco Mundial.

Seção IV. Saque de Recursos dos Empréstimos

A. Geral

1. O Mutuário poderá efetuar saques de recursos do Empréstimo conforme o disposto no Artigo 3º das Condições Gerais, nesta Seção e nas instruções que o Banco Mundial venha a ditar mediante notificação ao Mutuário (incluídas as "Diretrizes de Desembolso para Projetos do Banco Mundial", de maio de 2006, revistas de tempos em tempos pelo Banco e aplicáveis a este Contrato conforme tais instruções), destinadas ao financiamento de Despesas Admissíveis, conforme previsto na tabela do parágrafo 2 a seguir.
2. A tabela a seguir lista as categorias de Despesas Admissíveis elegíveis a recursos do Empréstimo ("Categoria"), as quantias do empréstimo a serem destinadas a cada categoria e o percentual das Despesas Admissíveis coberto, por categoria:

Categoria	Valor alocado do Empréstimo (em US\$)	Porcentagem coberta das despesas (impostos inclusos)
(1) Bens, serviços técnicos, serviços de consultoria, obras, capacitação e custos operacionais previstos na Parte 1 do Projeto:	6.146.304,00	100%
(2) Bens, serviços técnicos, serviços de consultoria, obras, capacitação e [...]	25.178.219,00	100%

10

[próxima página]

[...] custos operacionais previstos na Parte 2 do Projeto:		
(3) Bens, serviços técnicos, serviços de consultoria, capacitação e custos operacionais previstos na Parte 3 do Projeto:	1.155.477,00	100%
VALOR TOTAL	32.480.000,00	



Para efeitos do disposto nesta Seção, os termos:

- (a) "Custos Operacionais" refere-se aos custos operacionais incrementais de praxe (que não teriam sido incorridos na ausência do Projeto) relacionados à gestão, monitoramento e supervisão técnica e administrativa do Projeto incorridos no âmbito do Projeto, inclusive, entre outros, apoio administrativo e operacional, equipamentos de escritório, suprimentos, custos de viagem (inclusive acomodações, custos de transporte e diárias), serviços de impressão, custos de comunicação, serviços públicos, manutenção de equipamentos e instalações de escritórios, uso e manutenção de veículos e serviços de logística; e
- (b) "capacitação" refere-se às despesas (exceto com serviços de consultoria) com cursos de treinamento, seminários e workshops, inclusive despesas de viagem de praxe (p.ex., hospedagem, transporte e diárias) de participantes e instrutores (se aplicável), serviços de alimentação, aluguel do local e de equipamentos para os cursos de treinamento, logística e serviços de impressão, bem como materiais e equipamentos de treinamento no âmbito do projeto.

B. Condições dos saques; Período dos saques

1. Não obstante o disposto na Parte A da presente Seção, não serão permitidos saques para pagamentos efetuados antes da data de celebração deste Contrato, ressalvados os destinados a Despesas Admissíveis incorridas no período de até um ano antes dessa data cujo valor agregado não ultrapasse o equivalente a US\$ 3.800.000 (três milhões, oitocentos mil dólares).
2. A Data de Encerramento é 28 de fevereiro de 2020. O Banco Mundial somente concederá extensão da Data de Encerramento após o Ministério da Fazenda do Mutuário informar ao Banco Mundial que concorda com essa extensão.

11

[próxima página]

ANEXO 3
Cronograma de amortização

Data de vencimento da parcela	Principal do Empréstimo a ser amortizado (expresso em porcentagem)
Em 15 de junho e 15 de dezembro:	
Iniciando em 15 de dezembro de 2025 até, inclusive, 15 de junho de 2035	1%
Iniciando em 15 de dezembro de 2035 até, inclusive, 15 de junho de 2055	2%

12

[próxima página]



APÊNDICE

Seção I. Definições

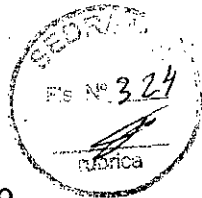
1. "Diretrizes Anticorrupção" refere-se ao documento "Diretrizes para a Prevenção e o Combate à Fraude e à Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID", datado de 15 de outubro de 2006 e revisto em janeiro de 2011.
2. "CAR" refere-se ao Cadastro Ambiental Rural, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, cuja finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (Lei nº 12.651, Art. 29 - Código Florestal Brasileiro).
3. "Categoria" refere-se a categorias listadas na tabela da Seção IV do Anexo 2 deste Contrato.
4. "CEL" refere-se à Comissão Especial de Licitações, criada conforme a Portaria nº 264 do MMA, de 28 de julho de 2014, ou a qualquer sucessor desta considerada aceitável para o Banco Mundial.
5. "Bioma Cerrado" refere-se ao bioma de savana e floresta decidua do Planalto Central do território do Mutuário, que cobre uma área equivalente a 200 milhões de hectares e as seguintes unidades federativas: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Paraná, São Paulo e Tocantins.
6. "Diretrizes para Consultores" refere-se ao documento "Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial", datado de janeiro de 2011 e revisto em julho de 2014.
7. "Marco de Gestão Ambiental e Social" ou "MGAS" refere-se ao Marco de Gestão Ambiental e Social ou MGAS do Projeto CAR-FIP no Cerrado - MGAS, documento marco do Mutuário datado de 1º de outubro de 2014 e aprovado pelo Banco Mundial, publicado e disponível ao público no website http://www.mma.gov.br/images/publicacoes/CAR/MGAS_CAR_FIP_MMA_dez.pdf, que contém as medidas de proteção relacionadas ao Projeto, inclusive os seguintes: (i) proteção dos habitats naturais e das florestas; (ii) diretrizes para a identificação de condições ambientais existentes e de possíveis impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes da execução do Projeto; (iii) diretrizes para a realização de avaliações ambientais e a preparação de planos de gestão ambiental, quando aplicáveis; (iv) medidas de mitigação recomendadas para cada impacto negativo identificado; e (v) medidas para potencializar cada impacto positivo identificado, uma vez que o documento marco pode ser objeto de revisão, a qualquer momento, com a anuência prévia do Banco Mundial.

323
Rubrica

8. "Documento de Concepção do FIP" é o documento que concebe o Programa de Investimento Florestal, aprovado pelo Comité do Fundo Fiduciário do Fundo Estratégico do Clima e publicado em 7 de julho de 2009, e eventuais alterações ao longo do tempo, conforme seus termos.
9. "Programa de Investimento Florestal" ou "FIP" refere-se ao programa criado no âmbito do Fundo Estratégico do Clima, de acordo com a Estrutura de Governança adotada em 18 de novembro de 2008 pelo Fundo Estratégico do Clima para os fins enumerados no Documento de Concepção do FIP.
10. "Acordo de Cooperação Internacional" refere-se ao acordo celebrado entre o Mutuário, por meio do MMA, e a entidade de cooperação internacional mencionada na seção I.4 (a) do presente Contrato.
11. "Entidade de Implementação do Programa de Investimento Florestal do Fundo Estratégico do Clima" refere-se à entidade responsável pela execução do FIP do SCF, conforme os termos da Estrutura de Governança do Fundo Estratégico do Clima.
12. "MMA" refere-se ao Ministério do Meio Ambiente do Mutuário.
13. "Serviços técnicos" refere-se a levantamentos e outros serviços de natureza não intelectual e que não sejam de consultoria que podem ser contratados com base em desempenho ou em resultados tangíveis mensuráveis.
14. "Manual Operacional" refere-se ao manual datado de 19 de agosto de 2014, mencionado na Seção I.5 deste Contrato.
15. "OEMA Participante" refere-se aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente das seguintes UFs: Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, São Paulo e Distrito Federal.
16. "Diretrizes para Aquisições" refere-se ao documento "Diretrizes para Aquisição de bens, obras e serviços técnicos financiados por empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial", datado de janeiro de 2011 e revisto em julho de 2014.
17. "Plano de Aquisições" refere-se ao plano de aquisições do Mutuário aplicável ao Projeto, datado de 29 de agosto de 2014, mencionado no parágrafo 1.18 das Diretrizes para Aquisições e no parágrafo 1.25 das Diretrizes para Consultores, e suas atualizações periódicas, conforme o disposto nos referidos parágrafos.
18. "OEMA" significa Órgão Estadual do Meio Ambiente.

[próxima página]

-
19. "Municípios Selecionados" refere-se aos municípios localizados no bioma Cerrado do Mutuário e selecionados de acordo com os seguintes critérios: (i) taxa de desmatamento superior a 25 km² (2009 a 2010); (ii) áreas de vegetação nativa remanescentes maiores do que 20% do município, ou existência de áreas protegidas; e (iii) municípios que não recebem apoio financeiro com recursos externos destinados ao cadastramento de imóveis.



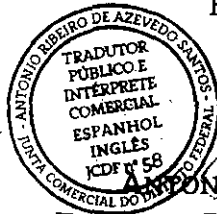
20. "SICAR" significa Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural do Mutuário.
21. "Condições Gerais" refere-se ao documento "Condições Gerais para Empréstimos do Banco Mundial com recursos dos Fundos de Investimento Climático", datado de 18 de fevereiro de 2014.
22. "Acordo de Cooperação Técnica" refere-se a qualquer um dos acordos contemplados Seção A.i do Anexo 2 do presente Contrato.
23. "UGP" refere-se à unidade de que trata a Seção I.A.3(a)(i) do Anexo 2 do Contrato de Empréstimo.

15

[Fim do documento]

Nada mais continha o referido documento, que fielmente traduzi para o vernáculo, conferi, achei conforme e dou fé.

Brasília, 30 de setembro de 2015



ANTONIO RIBEIRO DE AZEVEDO SANTOS
TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL

Esta tradução não expressa qualquer juízo de valor sobre o documento apresentado, nem sobre o seu conteúdo. Cabe ao destinatário sempre verificar a autenticidade, veracidade, legalidade e regularidade do documento original à luz da legislação aplicável.

A presente tradução consta de 13 página(s), numerada(s) sequencialmente da folha 80 à 92. Emolumentos: R\$1.620,00.

Resultado do Tesouro Nacional

[illegible]

MINISTRO DA FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Marcelo Barbosa Sainlive

SUBSECRETÁRIOS
Gildenora Batista Dantas Milhomem
Lício Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Otávio Ladeira de Medeiros
Paulo Fontoura Valle
Priscilla Maria Santana

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

ÉQUIPE
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fábio Felipe Daquilha Prates
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailson Weilly Silveira

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.dfstn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
20048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade da tarefa, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional – v. 21, n. 08 (agosto 2015) – Brasília: STN, 1995.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2014	2015	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/15 Jan-Ago/14	Jan-Ago/14
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	183.423,4	180.493,2	-2.930,2	-1,6%
Emissão de Títulos	119.670,9	43.996,8	-75.674,1	-63,2%
Remuneração das Disponibilidades	30.173,7	38.869,3	8.695,7	28,8%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.800,0	4.621,8	1.821,8	65,1%
Resultado do Banco Central	30.778,9	93.005,4	62.226,5	202,2%
2. DESPESAS NO BACEN	143.206,9	134.800,7	-8.406,2	-5,9%
Resgate de Títulos	119.712,0	101.192,4	-18.519,5	-15,5%
Encargos da DPMF	23.495,0	33.608,2	10.113,3	43,0%
3. RESULTADO (1 - 2)	40.216,5	45.692,5	5.476,1	13,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liquidação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OEs.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Descrição	2014		2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto/15 Jul/15				
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.042,0	17.566,9	8.113,0	-9.453,3	-51,8%	2.071,6	34,3%	
Emissão de Títulos	0,0	9.930,7	0,0	-9.930,7	-	0,0	-	
Remuneração das Disponibilidades	5.610,6	6.833,7	7.266,9	433,3	6,3%	1.656,3	29,5%	
Remuneração das Aplc. Financeiras das Ugs	431,3	802,4	846,7	44,2	5,5%	415,3	96,3%	
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2. DESPESAS NO BACEN	0,0	26.550,7	0,0	-26.550,7	-	0,0	-	
Resgate de Títulos	0,0	19.877,7	0,0	-19.877,7	-	0,0	-	
Encargos da DPAMF	0,0	6.672,9	0,0	-6.672,9	-	0,0	-	
3. RESULTADO (1 - 2)	6.042,0	-8.983,8	8.113,0	17.097,4	-	2.071,6	34,3%	

Obs: Dados sujeitos à alteração.
1/ Valores ajustados pelo conceito de "liquidação", que correspondem à disponibilização, por parte da TNA, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de DB's.

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	8
Despesas do Governo Central.....	9
Previdência Social.....	12
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Receitas do Governo Central.....	16
Transferências do Tesouro Nacional.....	17
Despesas do Governo Central.....	18
Previdência Social.....	19
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Receitas do Governo Central.....	21
Transferências do Tesouro Nacional.....	22
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	24

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.7 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Descrição	2015	2016	Diferença	
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/15	Jan-Ago/16
DEBITOS TOTAIS	713.886,3	713.886,3	713.886,3	-0,00
Despesas do Tesouro	474.903,3	474.903,3	474.903,3	-0,00
Personal e Encargos Sociais *	154.767,3	154.767,3	154.767,3	-0,00
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	1.628,7	1.628,7	1.628,7	-0,00
Contas e Capital	287.994,3	287.994,3	287.994,3	-0,00
Ativos do FAF	16.994,3	16.994,3	16.994,3	-0,00
Ativos e Seguros Desempenho	16.994,3	16.994,3	16.994,3	-0,00
Aluguel	9.339,9	9.339,9	9.339,9	-0,00
Seguros Desempenho	27.766,8	27.766,8	27.766,8	-0,00
Ativ. Seguros Derivados	2.378,6	2.378,6	2.378,6	-0,00
Despesas do FAF	167,3	167,3	167,3	-0,00
Subsídios e Subvenções Específicas *	6.782,7	6.782,7	6.782,7	-0,00
Operações Oficiais de Crédito e Resgate/Resgate de Passivos	3.478,7	3.478,7	3.478,7	-0,00
Equipeção de ativos agropecuários	407,9	407,9	407,9	-0,00
Equipeção de ativos rural e agropecuário *	71,3	71,3	71,3	-0,00
Política de ativos agrícolas	736,9	737,2	362,3	-40,20
Equipeção Empreitada do Governo Federal	6,4	114,7	308,3	37,90
Equipeção Aquisição do Governo Federal	683,7	68,4	427,1	-615,40
Garantias à Sustentação do Projeto	327,7	386,4	58,6	17,90
Personal	577,3	2.324,3	2.645,3	467,90
Equipeção Empreitada do Governo Federal	473,9	3.963,9	3.963,2	828,80
Carência de Faltas Legais *	508,2	-96,5	-1.907,7	-2.355,90
Agência	6,0	4.073,0	6,0	4.067,00
Prova	256,2	397,4	-96,3	15,90
Equipeção Empreitada do Governo Federal	823,3	513,5	-1.097,7	-177,90
Carência de Faltas Legais *	264,4	254,1	54,3	902,90
Programa especial de subsídio de juros (PESA) *	388,2	308,8	3,3	-1,10
Aluguel	6,0	46,8	46,8	40,80
Carência	6,0	6.000,0	6,0	5.994,00
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	6,0	6.000,0	6,0	5.994,00
Segurança de ativos agrícolas - Lei nº 9.132/1995	6,0	6,0	6,0	0,00
Fundo de terra INCRA *	56,3	56,8	12,4	0,00
Funcionário	397,3	43,8	15,6	-36,20
Receitas	6,0	2,4	2,4	-3,60
Programa de Assistência ao Investidor - PFI	117,2	7.497,4	7.380,2	7.263,00
Operações de Intermediação Produtiva Orientada (COAPO)	136,1	411,4	275,3	218,30
Operações de crédito destinadas a pessoas com deficiência (POPCO) *	8,9	31,4	22,5	149,80
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	6,0	6,0	6,0	0,00
Fundo Setorial Ambiental (FSA) *	37,7	361,9	264,1	382,10
Capitalização à Empresa	6,0	6,0	6,0	0,00
Subs. Parcela à Normalização por Custo de Energia Elétrica de acordo	316,6	647,2	330,6	308,70
Subvenções Econômicas	158,1	6,0	154,1	102,00
Equipeção aos Fundos FIA/FND/PCO	6,0	11,4	11,4	5,40
Subsídio	6,0	6,0	6,0	0,00
Receitas de Subvenções aos Fundos Regionais	6,0	42,2	42,2	36,20
Benefícios Assistenciais (OAS e MAP) *	1.389,5	6.153,8	643,1	25,50
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	36.414,3	36.926,6	517,1	1,00
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	676,6	547,1	-46,5	-7,90
Capitalização de Provedores	6,0	6,0	6,0	0,00
Ativos e CDE	7.146,7	3.327,8	-4.818,7	-421,90
Outros Debitos de Contas e Capital	117.992,3	208.809,4	-17.540,8	-4,90
Serv. Judiciais e Processuais	515,4	812,3	297,8	57,90
Legislação	3.388,3	3.177,1	-26,3	3,10
Atividade	5.983,9	6.788,8	786,9	12,90
Crédito - Atendimento ao Cliente (PAC)	3.334,7	3.988,4	5.593,6	46,90
Programa de Atualização do Grupos - PAC	48.113,5	27.942,9	-39.365,5	-15,60
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	14.113,5	18.322,2	-1.208,4	-27,80
Fundo Constitucional DF	5.938,5	5.938,5	6.724,9	389,90
Outros Operacionais	1.000,0	2.188,8	788,8	43,60
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	144.943,4	132.497,3	13.500,6	8,30
M. de Saúde	49.243,4	60.001,6	1.800,7	-5,10
M. de Des. Social	23.186,8	38.719,4	4.888,9	2,90
M. de Educação	17.116,2	22.740,9	-4.388,3	16,90
Outros	32.405,5	36.041,9	-1.946,6	12,90
Comunicação RFPs *	12.538,2	17.017,7	5.175,5	43,90
Complementação do MTS (LE nº 1.200/02)	438,4	4.862,8	1.575,5	212,90
Transferência do Tesouro ao Banco Central	6.891,9	8.446,8	-421,9	-62,90
Benefícios Previdenciários	770.581,1	777.981,1	7.317,9	6,90
Benefícios Previdenciários - Unimais *	287.944,4	211.662,7	3.782,4	1,30
Serv. Judiciais e Processuais	2.962,6	7.041,2	321,4	-6,90
Benefícios Previdenciários - Aluguel *	42.438,7	62.344,4	-1.189,7	-6,90
Serv. Judiciais e Processuais	2.003,8	944,2	-1.416,6	-15,90
Despesas do Banco Central	2.345,7	2.829,2	168,5	6,00
Ativos	6,0	6,0	6,0	0,00
Parcela especial do CPM *	10.943,5	11.982,7	312,2	1,90
Ativ. Serv. Judiciais e Processuais	1.044,4	1.097,4	109,2	1,90

City, Texas, January 1, 1900.

1. *Journal of Management Education* 25(1): 10-12

© 1998 by the author(s). All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage or retrieval system, without permission in writing from the publisher.

© 2005 by The McGraw-Hill Companies, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This book is published by The McGraw-Hill Companies, Inc., 1221 Avenue of the Americas, New York, NY 10020-1346. This book is published by The McGraw-Hill Companies, Inc., 1221 Avenue of the Americas, New York, NY 10020-1346. This book is published by The McGraw-Hill Companies, Inc., 1221 Avenue of the Americas, New York, NY 10020-1346.

¹⁴ Este document este disponibil în limba română la 1 iunie 2010, după ce s-a finalizat procesul de traducere.

© 2000 Blackwell Science Ltd, *Journal of Internal Medicine* 247: 399–405

የጋራ ምርቶችን ለማግኘት ማቅረቢያ

El mundo de hoy es demasiado peligroso para ser ignorante y tonto. Es preciso saber.

© Copyright de prima ediţiune 2004, Editura Enciclopedia Română, Bucureşti, România. Toate drepturile sunt rezervate. Este permisă reproducerea integrală sau parţială a conţinutului acestei lucrări în scopuri educative, culturale sau de cercetare, cu condiţia să se menţioneze sursa de provenienţă. Este interzisă reproducerea integrală sau parţială a conţinutului acestei lucrări în scopuri comerciale sau de publicitate. Este interzisă reproducerea integrală sau parţială a conţinutului acestei lucrări în scopuri de difuzare în mass-media. Este interzisă reproducerea integrală sau parţială a conţinutului acestei lucrări în scopuri de difuzare în mass-media. Este interzisă reproducerea integrală sau parţială a conţinutului acestei lucrări în scopuri de difuzare în mass-media.

© 2008 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 263: 105–114

© 2010 by the author(s). Published by the American Psychological Association. This article is intended solely for the personal use of the individual user and is not to be disseminated broadly. This article is intended solely for the personal use of the individual user and is not to be disseminated broadly.

Die Deutsche Literaturwissenschaft ist eine der größten und ältesten Disziplinen der Geisteswissenschaften. Sie beschäftigt sich mit der Geschichte, Theorie und Praxis der Literatur. In der Regel wird sie in der Fachrichtung Germanistik unterrichtet. Die Deutsche Literaturwissenschaft ist eine der größten und ältesten Disziplinen der Geisteswissenschaften. Sie beschäftigt sich mit der Geschichte, Theorie und Praxis der Literatur. In der Regel wird sie in der Fachrichtung Germanistik unterrichtet.

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central

A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Discriminação do Resultado	Jan-Ago						Ago				
	R\$ Milhões		Variação (2015/2014)				R\$ Milhões		Variação (2015/2014)		
	2014	2015	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)		2014	2015	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	803.790,1	878.832,3	75.042,1	9,3%	-4,8%		99.872,7	95.492,8	-4.379,9	-4,4%	-12,7%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	141.041,8	145.618,6	4.576,8	3,2%	-4,7%		17.410,5	15.606,9	-1.803,6	-10,4%	-12,9%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	662.748,3	733.213,6	70.465,3	10,6%	-4,8%		82.462,2	79.885,9	-2.576,3	-3,1%	-12,9%
IV. DESPESA TOTAL	657.055,8	697.226,6	40.170,8	6,1%	2,1%		32.912,2	83.967,7	51.055,5	155,1%	17,5%
V. FUNDO SOFRENDO DO BRASIL - FSBL											
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	4.692,5	-14.013,0	-18.705,5	-400,8%			-10.450,0	-5.081,8	5.368,3	51,4%	-55,6%
Despesa financeira	78.242,6	11.096,6	-67.146,0	-85,9%	25,2%		4.220,9	269,5	-3.951,4	-93,6%	
Provisões financeiras - Provis	34.023,5	44.714,5	10.691,0	31,4%	21,0%		5.861,2	5.153,6	-707,6	-12,1%	19,2%
Parcela central	293,0	779,2	486,2	165,9%			68,2	1.481,1	1.412,9	2.056,9%	
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,13%	-0,37%	-0,50%								

Frente: Tesouro Nacional
Obj.: Dados relativos a alterações

Em agosto de 2015, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 5,1 bilhões, contra déficit de R\$ 10,5 bilhões em agosto de 2014. Este resultado, comparado com o mesmo mês do ano anterior, é explicado pela redução de R\$ 8,9 bilhões nas despesas totais e de R\$ 803,6 milhões nas transferências a Estados e Municípios, parcialmente compensado pela diminuição de R\$ 4,4 bilhões na receita total. O decréscimo das despesas totais foi devido, majoritariamente, à redução nos itens (i) Despesas do FAT; (ii) Outras Despesas de Custeio e Capital e (iii) Benefícios Previdenciários.

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2014, também a preços correntes, houve decréscimo de R\$ 18,7 bilhões no resultado primário do Governo Central, passando de um superávit de R\$ 4,7 bilhões em 2014 para déficit de R\$ 14,0 bilhões em 2015. Em proporção ao PIB de cada período, o resultado primário passou de 0,13% nos dois primeiros quadrimestres de 2014 para -0,37% do PIB em 2015. Em termos reais, esse resultado é reflexo principalmente da redução da Receita Líquida Total (4,8%), parcialmente compensada pela diminuição da Despesa Total (2,1%). Parte significativa desse resultado deve-se ao crescimento real de 21,0% do déficit da Previdência. A queda na arrecadação é explicada principalmente pelos indicadores macroeconômicos relevantes para arrecadação de tributos, desoneracoes tributárias, compensações tributárias e queda na receita de dividendos.

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2015 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Ago		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	691.025,3	848.601,3	157.576,0	22,8%
Receitas do Tesouro	655.995,5	819.389,5	163.394,0	24,9%
Receitas da Previdência Social	232.693,4	227.302,1	-5.391,3	-2,3%
Receitas do Banco Central	2.336,3	1.969,7	-366,6	-15,7%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	156.670,4	149.289,1	-7.381,3	-4,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	534.354,9	699.312,2	164.957,3	30,9%
IV. DESPESA TOTAL	718.676,1	713.049,5	-5.626,6	-0,8%
Despesas do Tesouro	455.882,1	437.619,5	-18.262,6	-4,0%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	270.388,3	277.901,1	7.512,8	2,8%
Despesas do Banco Central	2.365,7	2.529,2	163,5	6,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB)	0,0	0,0	0,0	0,0%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV-V)	-184.321,2	-113.737,3	70.583,9	38,3%
Tesouro Nacional	43.442,9	32.480,8	-10.962,1	-25,2%
Previdência Social (RGPS)	-37.694,8	-45.599,1	-7.904,2	21,0%
Banco Central	-29,3	-559,5	-530,2	1.806,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

A preços constantes de agosto de 2015, comparativamente a 2014, houve decréscimo de R\$ 19,4 bilhões no resultado primário do Governo Central entre janeiro e agosto de 2015, passando de um superávit de R\$ 5,7 bilhões em 2014 para déficit de R\$ 13,7 bilhões em 2015. Esse resultado é explicado pela queda na receita líquida total (4,8%), uma vez que as despesas apresentaram redução real (2,1%).

Essa redução na receita líquida total é explicada pelo efeito conjugado dos indicadores macroeconômicos relevantes para a arrecadação tributária, das compensações tributárias, bem como da queda da receita de dividendos e de cota parte de compensações financeiras. O impacto desses fatores foi parcialmente compensado pelo ganho de receitas de concessões devido à outorga nos setores aeroportuários e de telecomunicações, e majorações de alíquotas de tributos.

Vale destacar o decréscimo real de R\$ 18,3 bilhões (4,0%) nas despesas do Tesouro Nacional, ocorrido apesar do acréscimo nas despesas com subsídios e subvenções, sobretudo devido aos pagamentos do PSI (aumento de R\$ 7,4 bilhões), compensação ao RGPS (aumento de R\$ 5,2 bilhões) e complementação do FGTS (aumento de R\$ 3,6 bilhões).

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015	Diferença	
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/15	Jan-Ago/14
DESPESA TOTAL	607.059,8	607.226,6	166,8	0,0%
Despesas do Tesouro	413.048,7	427.912,2	14.863,5	3,6%
Personal e Encargos Sociais	241.278,8	180.716,7	-60.562,1	-25,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.472,2	1.501,4	29,2	2,0%
Curto e Capital	268.078,9	238.786,8	-29.292,1	-10,9%
Despesa do FAT	33.378,4	30.967,2	-2.411,2	-7,2%
Aluno e Seguro Desemprego	33.060,9	30.742,3	-2.318,6	-7,0%
Aluno	4.032,2	3.856,4	-175,7	-4,4%
Seguro Desemprego	25.033,8	26.885,9	1.852,1	7,4%
d/q Seguro Desemp	2.090,6	2.194,8	104,2	5,0%
Demais Despesas do FAT	318,5	245,5	-73,0	-22,9%
Subsídios e Subvenções Econômicas	6.186,1	18.793,1	12.607,0	203,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.125,2	15.771,5	12.646,3	404,6%
Equitação de custo agropecuário	549,0	1.165,1	616,1	112,2%
Equitação de custo agropecuário	43,8	913,3	869,5	1.985,2%
Equitação de custo agropecuário	466,6	438,9	-27,7	-6,0%
Equitação de custo agropecuário	7,6	114,0	106,4	1.386,8%
Equitação de custo agropecuário	261,3	40,4	-220,9	-84,6%
Garantia à Sustentação de Preços	297,1	382,3	85,2	28,7%
Prontal	517,4	3.235,4	2.718,0	525,3%
Equitação de custo agropecuário	427,2	3.341,1	2.913,9	682,0%
Concessão de Financiamento	90,3	98,5	8,2	9,1%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0%
Prontal	319,8	290,5	-29,3	-9,2%
Equitação de custo agropecuário	563,6	500,9	-62,7	-11,1%
Concessão de Financiamento	241,8	210,4	-31,4	-13,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	275,9	292,5	16,6	6,0%
Alcool	0,0	47,6	47,6	0,0%
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Securitização de dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo da terra/ INCRA	510	560	50	9,8%
Funcalé	53,2	62,7	9,5	17,9%
Revista	0,0	2,4	2,4	0,0%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	105,9	7.307,8	7.201,9	6.798,2%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	118,1	302,3	184,2	156,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	5,0	5,0	0,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	86,0	348,3	262,3	305,0%
Capitalização à Engem	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	286,1	635,4	349,3	122,1%
Subvenções Econômicas	142,1	0,0	-142,1	-100,0%
Equitação dos Fundos FOM/PRODE/CO	0,0	11,1	11,1	0,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0%
Recursos de Recuperação de Subvenções	0,0	-52,2	-52,2	0,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.862,9	4.065,4	1.202,5	42,0%
Benefícios Atendidos (LDA e Rely)	25.830,5	28.278,8	2.448,3	9,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	567,3	566,3	-1,0	-0,2%
Capitalização de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0%
Auxílio à CDE	6.451,8	1.150,0	-5.301,8	-82,0%
Outras Despesas de Custo e Capital	196.502,7	195.446,9	-1.055,7	-0,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	464,1	287,5	-176,6	-38,0%
Legislativo	1.083,6	1.151,7	68,1	6,3%
Judiciário	5.399,3	6.584,5	1.185,2	21,9%
Crédito Extraordinário (Extr-PAQ)	3.084,7	1.856,7	-1.228,0	-39,8%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	42.292,1	27.016,4	-15.275,7	-36,1%
d/q Minha Casa Minha Vida - MCMV	12.898,6	10.096,3	-2.802,3	-21,7%
Fundo Constitucional DF	747,2	4.180,8	3.433,6	459,5%
Outras Obrigações	1.677,6	2.528,9	851,3	50,8%
Discricionárias	130.080,7	129.350,4	-730,3	-0,6%
Min. da Saúde	37.080,7	58.884,7	21.804,0	58,8%
Min. da Des. Social	19.068,6	20.249,9	1.181,3	6,2%
Min. da Educação	24.459,3	22.217,0	-2.242,3	-9,2%
Demais	28.522,1	28.568,8	46,7	0,2%
Compensação RGPS	11.310,8	17.111,4	5.800,6	51,3%
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	400,0	3.526,3	3.126,3	781,6%
Transf. do Tesouro ao Banco Central	1.701,9	2.467,7	765,8	44,9%
Benefícios Previdenciários	187.533,7	186.964,7	-569,0	-0,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	120.404,8	119.979,5	-425,3	-0,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	66.328,3	66.985,2	656,9	1,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	977,2	921,0	-56,2	-5,8%
Despesas do Banco Central	2.134,4	2.475,7	341,3	16,0%
Monetário	0,0	0,0	0,0	0,0%
Paralisação do CPS	1.896,3	18.405,6	16.509,3	870,4%
Outro	1.140,4	1.170,8	30,4	2,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Ajustado para efeito de "ampliação efetiva", que corresponde ao valor de ajuste efetivo no Cota Única.

2/ Exclui a parcela atribuída ao CPMR de reverter os juros.

3/ Valor líquido de Previdência Social é o valor líquido em caixa do RPPS por concessão de aposentadoria e RPPS por concessão de aposentadoria e RPPS por concessão de aposentadoria.

4/ Inclui despesas com subsídios aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com subsídios aos fundos regionais.

5/ Inclui despesas com subsídios aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com subsídios aos fundos regionais.

6/ Concessão de empréstimos regionais.

7/ Inclui "Monetário" (concessão de empréstimos regionais) e "Paralisação do CPS" (concessão de empréstimos regionais).

8/ Concessão de crédito extraordinário (Extr-PAQ) e concessão de crédito extraordinário (Extr-PAQ) e concessão de crédito extraordinário (Extr-PAQ).

9/ Os dados de Assistência Social (EACS) e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) são baseados nos dados apresentados pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2015, a publicação mensal dos dados de Assistência Social (EACS) e FNAS é feita pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10/ Despesas com subsídios e subvenções são apresentadas no Anexo 1 do Relatório de Gestão do Tesouro Nacional, conforme disposto no artigo 11 da Lei nº 11.757/2008.

Receitas do Governo Central


TESOURO NACIONAL

As receitas totais do Governo Central apresentaram decréscimo real de R\$ 42,3 bilhões (4,8%) em relação ao acumulado de janeiro a agosto de 2014. As principais variações da receita do Tesouro foram nos seguintes itens:

- redução de R\$ 12,1 bilhões (68,8%) em Dividendos: sobretudo devido aos recebimentos do BNDES e da Petrobras, os quais em 2014 totalizaram R\$ 7,5 bilhões até agosto, sem correspondente em 2015;

- decréscimo de R\$ 11,9 bilhões (12,4%) em IRPJ e de R\$ 6,1 bilhões (11,9%) em CSLL: decréscimos reais nos recolhimentos por estimativa e por lucro presumido;

- decréscimo de R\$ 10,8 bilhões (35,0%) em Cota Parte de Compensações Financeiras: efeito dos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles a queda no preço internacional do petróleo;

- diminuição de R\$ 4,9 bilhões (3,5%) na Cofins e de R\$ 1,1 bilhão no Pis/Pasep: sobretudo devido ao decréscimo real no volume de vendas, parcialmente compensado por arrecadação extraordinária de R\$ 1,1 bilhão em fevereiro de 2015;

- aumento de R\$ 7,5 bilhões (6,8%) na arrecadação do IRRF: aumento dos ganhos de capital, com impacto no IRRF – Rendimentos do Capital, e arrecadação atípica em maio de 2015 no valor de R\$ 1,0 bilhão, com impacto no IRRF – Remessas ao exterior;
- aumento de R\$ 6,8 bilhões (38,4%) em Demais-Outras Receitas: impacto do parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014, cujos recolhimentos em 2014 iniciaram-se somente a partir do mês de agosto, enquanto em 2015 vem sendo computados ao longo de todo o período analisado. Mencione-se ainda o crescimento de 159,2% da arrecadação de depósitos judiciais e arrecadação extraordinária de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em decorrência de débitos em atraso; e
- incremento de R\$ 2,5 bilhões (83,6%) nas receitas de concessões: recebimento no mês de maio de 2015 referente à outorga aos setores aeroportuários (R\$ 1,2 bilhão) e de telecomunicações (1,7 bilhão) e em agosto

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)



Discriminação	2014	2015	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago		
DIVIDENDOS	17.593,7	5.491,5	-12.102,2	-68,8%
Banco do Brasil	1.494,2	1.795,3	301,1	20,2%
BNB	107,3	253,9	146,6	136,6%
BNDES	8.675,6	0,0	-8.675,6	-100,0%
Caixa	4.315,3	3.051,6	-1.263,6	-29,3%
Correios	0,0	0,0	0,0	
Eletrobras	254,1	0,0	-254,1	-100,0%
IRB	55,4	113,1	57,7	104,1%
Petrobras	2.229,2	0,0	-2.229,2	-100,0%
Demais	452,5	277,6	-185,0	-40,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo percento de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Municípios, em abril de 2014 (Lei nº 12.859/2013), sem contrapartida em 2015.

Por sua vez, as principais elevações no período foram nas transferências no âmbito do Fundeb (R\$ 1,5 bilhão, 16,6%) e do Salário Educação (R\$ 940,0 milhões, 11,6%).

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015				
Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
1. DESPESA TOTAL	728.636,1	713.049,9	-15.586,2	-2,1%
1.1 Despesas do Tesouro	455.882,1	437.619,5	-18.262,6	-4,0%
Pessoal e Encargos Sociais	156.707,1	154.125,6	-2.581,5	-1,6%
Custo de Capital	297.285,7	282.025,9	-15.259,8	-5,1%
Despesa do FAT	36.954,2	31.674,7	-5.279,4	-14,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas	6.730,2	20.974,1	13.294,1	196,1%
Benefícios Assistenciais - LOAS (RMV)	28.414,5	28.925,6	511,1	1,8%
Auxílio à CDE	7.148,7	1.321,9	-5.824,7	-81,5%
Outras Despesas de Custo de Capital	217.990,2	200.029,4	-17.960,8	-8,2%
Outras Despesas de Custo	158.397,5	162.634,4	4.236,9	2,7%
Outras Despesas de Capital	59.592,7	37.395,0	-22.197,8	-37,2%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.859,3	1.408,0	-421,3	-22,3%
1.2 Despesas da Previdência Social (Benefícios)	270.388,3	272.901,1	2.512,8	0,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	207.949,6	211.651,7	3.702,1	1,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	62.438,7	61.249,4	-1.189,3	-1,9%
1.3 Despesas do Banco Central	2.365,7	2.529,2	163,5	6,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As despesas do Governo Central decresceram R\$ 15,6 bilhões (2,1%) em relação ao acumulado até agosto de 2014. Esse decréscimo ocorreu principalmente no âmbito das despesas do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 18,2 bilhões (4,0%), mesmo com o aumento de R\$ 13,3 bilhões (196,1%) em Subsídios e Subvenções Econômicas e de R\$ 5,2 bilhões (41,3%) em Compensação de RGPS. No âmbito das despesas do Tesouro Nacional, merecem destaque as seguintes variações:

- decréscimo de R\$ 19,3 bilhões (41,0%) nas despesas do PAC: conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e suas alterações;
- diminuição de R\$ 12,0 bilhões (8,3%) nas despesas Discricionárias: destaque para os Ministérios da Saúde (5,1%) e da Educação (16,0%), respeitados os limites constitucionais;
- redução de R\$ 5,8 bilhões (81,5%) no Auxílio à CDE: os pagamentos se encerraram em janeiro de 2015, conforme definido na programação financeira do ano;
- redução de R\$ 5,3 bilhões (14,3%) nas despesas do FAT: explicado pelo decréscimo de R\$ 217,3 milhões (0,8%) no Seguro Desemprego e de R\$ 5,0 bilhões (56,2%) no Abono Salarial, este último reflexo do calendário de

pagamento definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;

- diminuição de R\$ 2,6 bilhões (1,6%) em Pessoal e Encargos Sociais, em termos reais, frente a variação de 9,5% de IPCA entre agosto de 2014 e agosto de 2015;
- aumento de R\$ 13,3 bilhões (196,1%) em Subsídios e Subvenções Econômicas: em especial os pagamentos vinculados ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI (incremento de R\$ 7,4 bilhões), ao Pronaf (aumento de R\$ 2,7 bilhões), ao Custeio Agropecuário (crescimento de R\$ 1,1 bilhão), e ao Programa de Investimento Rural (incremento de R\$ 845,9 milhões);
- elevação de R\$ 5,2 bilhões (41,3%) em Compensação de RGPS: devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Lei nº 13.043/2014);
- aumento de R\$ 3,6 bilhões com a Complementação do FGTS (LC nº 110/01): conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e suas alterações; e
- incremento de R\$ 783,9 milhões (43,4%) em Outras Despesas de Custeio e Capital – Outras: (i) R\$ 1,0 bilhão de Proagro em 2015, sem contrapartida em 2014, conforme programação financeira do exercício; (ii) R\$ 501,2 milhões em transferências de multas da Aneel em 2015, uma vez que apenas começaram a ser recolhidas e repassadas via conta única em novembro de 2014; (iii) incremento de R\$ 354,6 milhões em benefícios de participação especial, sobretudo devido ao pagamento, em março de 2015, aos seringueiros beneficiados pela EC nº 78/2014, sem correspondência em 2014; e (iv) pagamento, em agosto de 2014, sem contrapartida em 2015, de R\$ 844,0 milhões em projeto da Transnordestina, com recursos subsidiados do FNDE, conforme programação financeira do exercício.

No que se refere às despesas do FAT, cumpre destacar a dinâmica dos benefícios de seguro desemprego ao pescador artesanal (seguro defeso), instituído pela Lei nº 8.287/1991, alterada pela Lei nº 10.779/2003. O referido benefício visa assegurar a manutenção de renda ao pescador durante o defeso, que corresponde ao período de paralisação das atividades de pesca visando a proteção das espécies durante seu período de reprodução. A duração média do benefício é de 3,5 meses. Em 2015, houve crescimento real de 7,2% nos montantes pagos, evoluindo de R\$ 2,3 bilhões nos primeiros oito meses de 2014 para R\$ 2,5 bilhões no mesmo período de 2015. Vale

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 1.7 Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014 - 2015

Discriminação	Jan Ago 2014	Jan Ago 2015	Diferença	Variação (%)
Precatórios e Sentenças	515,2	812,3	297,0	57,7%
Legislativo	1.202,3	1.177,1	-25,2	-2,1%
Judiciário	5.983,9	6.720,8	736,9	12,3%
Credito Extraordinário	3.433,7	1.878,4	-1.555,3	-44,7%
PAC	46.916,5	27.662,9	-19.253,5	-41,0%
d-q MCMV	14.313,5	10.132,2	-4.181,4	-27,8%
Fundo Constitucional DF	828,5	505,5	-322,9	-39,0%
Outras	1.806,9	2.590,8	783,9	43,4%
Compensação RGPS	12.520,2	17.691,7	5.171,5	41,3%
Complementação do FGTS	439,4	4.012,9	3.573,5	813,3%
Discrecionárias	144.343,6	132.409,1	-11.934,5	-8,3%
Min da Saúde	63.283,4	60.081,6	-3.201,7	-5,1%
Min. do Des. Social	21.155,5	20.719,6	-435,9	-2,1%
Min da Educação	27.116,2	22.765,9	-4.350,3	-16,0%
Demais	32.798,5	28.841,9	-3.956,6	-12,0%
Total	217.990,2	200.029,4	-17.960,8	-8,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 1. Evolução dos Benefícios de Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal
Preços Constantes - Brasil - 2013/2015 - R\$ Bilhões

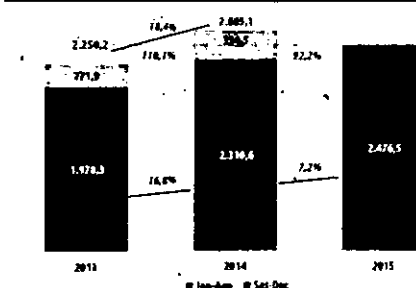


Tabela 3.2. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan Ago	2015 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/15 Jan-Ago/14	Variação (%)
DIVIDENDOS	15.895,0	5.407,6	-10.487,4	-66,0%
Banco do Brasil	1.348,7	1.758,0	409,2	30,3%
BNB	97,5	248,6	151,1	155,0%
BNDES	7.829,7	0,0	-7.829,7	-100,0%
Caixa	3.906,4	3.018,2	-888,2	-22,7%
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobras	230,5	0,0	-230,5	-100,0%
IRB	50,0	110,3	60,3	120,5%
Petrobras	2.012,7	0,0	-2.012,7	-100,0%
Demais	419,5	272,5	-147,0	-35,0%

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)



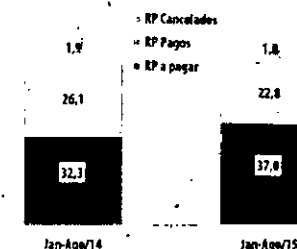
Discriminação	2014	2015	Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto/15 Jul/15	Agosto/15 Agosto/14	Agosto/14
DIVIDENDOS	5.822,4	0,0	2.041,7	2.041,7	-3.781,7	-65,1%
Banco do Brasil	125,4	0,0	0,0	0,0	-125,4	-100,0%
BNB	60,6	0,0	27,1	27,1	-33,5	-55,3%
BNDES	1.285,8	0,0	0,0	0,0	-1.285,8	-100,0%
Caixa	2.348,7	0,0	1.945,4	1.945,4	-403,3	-17,2%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Detran	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Detran	0,0	0,0	21,8	21,8	-21,8	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Demais	91,9	0,0	47,4	47,4	-44,5	-48,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
V. Apurados pelo sistema de caixa, que compreende os pagamentos efetuados na Caixa Única.

ressaltar que os pagamentos até agosto de 2015 correspondem a 92,2% dos valores pagos em todo o exercício de 2014.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até agosto de 2015 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e Inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R\$ 22,8 bilhões, contra R\$ 26,1 bilhões no mesmo período do ano anterior. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,7 bilhões) e da Saúde (R\$ 3,9 bilhões).

Gráfico 2. Execução de Restos a Pagar - Preços de Junho de 2015 (IPCA)
Brasil - 2014/2015 - R\$ Bilhões



R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 1.8 Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil 2014/2015

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	2.306,1	6.747,2	4.441,2	192,6%
Custeio Agropecuário	609,0	1.677,5	1.068,5	175,5%
Investimento Rural	71,2	917,1	845,9	-
Preços Agrícolas	739,9	437,7	-302,3	-40,8%
EGF	8,4	114,7	106,3	-
AGF	403,7	-63,4	-467,1	-
Sustent. de preços	327,7	360,4	32,7	10%
Pronaf	573,7	3.258,3	2.684,6	467,9%
Pesa	309,2	305,8	-3,3	-1,1%
Alcool	0,0	48,6	48,6	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da Terra Incra	-56,3	56,0	112,4	-
FUNCAFE	59,4	43,8	-15,6	-26,2%
Revitaliza	0,0	2,4	2,4	-
Outros	4.474,2	13.327,0	8.852,8	197,9%
PSI	117,2	7.497,4	7.380,2	-
Op. Microcrédito (EQMPO)	133,1	411,4	281,3	216,2%
Op. Microcrédito (EQPCD)	0,9	5,1	4,2	449,8%
FND	0,0	0,0	0,0	-
FSA	87,7	351,9	264,1	301,1%
Exportação - Proex	353,7	297,4	-56,3	-15,9%
Itaipu	316,8	651,7	334,9	105,7%
Subvenções Econômicas	158,1	0,0	-158,1	-100,0%
Subvenções aos Fundos Regionais	3.309,5	4.133,0	843,5	25,5%
Demais Subsídios e Subvenções	0,01	-40,85	-40,9	-
Total	6.780,2	20.074,3	13.294,1	196,1%

Previdência Social

Comparativamente ao acumulado entre janeiro e agosto de 2014, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 37,7 bilhões para R\$ 45,6 bilhões (21,0%) em termos reais. A arrecadação líquida diminuiu em relação ao acumulado do ano anterior em R\$ 5,4 bilhões (2,3%), resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- diminuição de R\$ 10,2 bilhões (4,6%) nas contribuições previdenciárias: resultado influenciado pela inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013). Nesse sentido, é realizada a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013. Acrescente-se ainda a redução real da massa salarial habitual, de 2,7%, apurada pela PME/IBGE, para o período de dezembro de 2014 a julho de 2015 frente a igual período do ano anterior; e
- acréscimo de R\$ 5,2 bilhões (41,3%) no montante de compensações do RGPS: inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial citados anteriormente.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 2,5 bilhões (0,9%) em termos reais, comparativamente ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, à elevação de 828,9 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (3,0%) uma vez que o valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência diminuiu R\$ 72,8 (6,4%). Cumpre destacar que a redução observada em Benefícios Previdenciários se deve ao pagamento, em agosto de 2014, da 1ª parcela do adiantamento do 13º salário aos beneficiários que receberam até um salário

mínimo (Decreto nº 8.292/2014) em um montante de R\$ 3,0 bilhões, enquanto em 2015 essa parcela será paga em setembro (Decreto nº 8.513/2015), com valor estimado de R\$ 3,6 bilhões.

R\$ Milhões - A Preços de Julho de 2015 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	232.693,4	227.302,1	-5.391,4	-2,3%
Urbano	227.821,5	222.656,9	-5.164,6	-2,3%
Rural	4.872,9	4.645,2	-226,8	-4,7%
BENEFÍCIOS	270.388,3	272.901,1	2.512,8	0,9%
Urbano	267.949,6	271.651,7	3.702,1	1,9%
Rural	62.438,7	61.249,4	-1.189,3	-1,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	37.694,8	45.599,1	7.904,2	21,0%
Urbano	19.871,9	11.035,1	-8.836,8	-44,2%
Rural	-57.565,7	56.604,2	113.629,9	-1,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs. 1: Dados sujeitos a alteração.
Obs. 2: A apuração do resultado no RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social seguindo metodologia própria.

Gráfico 3. Benefícios Emitidos pela Previdência Social - 2014/2015

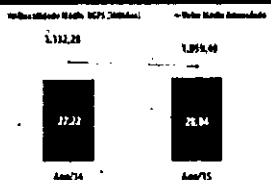


Tabela 3.1. Dividendos pagos à União V - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015	Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto/15 Jul/15	Agosto/15 Agosto/14	Agosto/15 Agosto/14
DIVIDENDOS	5.199,3	8,0	2.041,7	2.041,7	-	-39,5%
Banco do Brasil	114,5	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
BANES	95,4	0,0	27,1	27,1	-	-52,0%
BADES	3.000,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	2.244,4	0,0	1.945,4	1.945,4	-	-86,7%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
FERV	0,0	0,0	21,8	21,8	-	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Demais	84,9	8,0	47,4	47,4	-	-44,1%

Obs: Dados sujeitos a alteração.
V: Apuração pelo método do saldo, que corresponde ao integralizado no Contas Úteis.

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (ÍPCA)



Discriminação	2014	2015	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/15 Jan-Ago/14	
1. RECEITA TOTAL	891.025,3	848.651,3	-42.363,9	-4,8%
Receitas do Tesouro Nacional	655.995,5	619.389,5	-36.605,9	-5,6%
Receita Bruta	668.094,4	637.675,4	-30.419,0	-4,6%
Impostos	313.141,5	307.175,1	-5.966,4	-1,9%
IR	228.850,1	223.211,8	-5.638,3	-2,5%
IR - Pessoa Física	22.601,2	21.364,7	-1.236,6	-5,5%
IR - Pessoa Jurídica	96.397,9	84.489,0	-11.908,9	-12,4%
IR - Retido na Fonte	109.850,9	117.358,2	7.507,2	6,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	63.272,9	63.439,3	166,4	0,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	25.983,5	30.897,9	4.914,4	18,9%
IRRF - Repessas ao Exterior	13.099,1	15.687,2	2.588,1	19,8%
IRRF - Outros Rendimentos	7.495,4	7.333,7	-161,7	-2,2%
IPI	36.102,9	33.433,3	-2.669,7	-7,4%
IPI - Fumô	4.170,8	3.833,8	-337,0	-8,1%
IPI - Bebidas	2.646,3	1.799,0	-847,3	-32,0%
IPI - Automóveis	3.124,0	2.818,0	-306,1	-9,8%
IPI - Vinculado a importação	10.859,5	11.582,9	723,4	6,7%
IPI - Outros	15.302,3	13.399,6	-1.902,7	-12,4%
IOF	21.283,0	23.378,9	2.085,9	9,8%
Imposto de Importação	26.707,8	26.972,5	264,7	1,0%
Outros	187,7	178,6	-9,1	-4,9%
Contribuições	252.145,9	241.224,7	-10.921,2	-4,3%
COFINS	140.936,2	136.057,6	-4.878,6	-3,5%
CPMF	6,2	0,9	-5,2	-84,9%
CSLL	51.378,5	45.283,8	-6.094,7	-11,9%
CIDE-Combustíveis	6,8	1.459,6	1.452,8	
Pis/Pasep	37.701,5	36.557,6	-1.143,9	-3,0%
Salário Educação	13.701,0	13.429,5	-271,5	-2,0%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	2.952,5	3.194,2	241,7	8,2%
Outras	5.465,3	5.243,4	-221,9	-4,1%
Demais	102.807,0	89.275,7	-13.531,3	-13,2%
CPSS ^{2/}	9.115,8	9.228,1	112,3	1,2%
Cota parte de compensações financeiras	30.927,5	20.108,0	-10.819,5	-35,0%
Diretamente arrecadadas	33.446,9	33.467,9	21,1	0,1%
Concessões	3.031,4	5.564,5	2.533,1	83,6%
Dividendos	17.593,7	5.491,5	-12.102,2	-68,8%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	
Outras	8.691,8	15.615,8	6.924,0	77,4%
(-) Restituições	-12.092,0	-18.275,2	-6.183,2	51,1%
(-) Incentivos Fiscais	-7,0	-10,7	-3,7	52,7%
Receitas da Previdência Social	232.693,4	227.302,1	-5.391,4	-2,3%
Urbana	227.821,5	222.656,9	-5.164,6	-2,3%
Rural	4.872,0	4.645,2	-226,8	-4,7%
Receitas do Banco Central	2.336,3	1.960,7	-365,6	-15,7%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{3/}	158.670,4	149.289,2	-9.381,2	-4,7%
Transferências Constitucionais	116.072,7	115.009,2	-1.063,6	-0,9%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}	3.470,3	1.319,9	-2.150,4	-62,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	131,5	121,2	-10,3	-7,8%
Demais Transferências	36.995,9	32.839,9	-4.156,0	-11,2%
Salário Educação	8.114,5	9.054,8	940,4	11,6%
Royalties	17.969,7	13.005,8	-4.963,9	-27,6%
Fundeb/Fundeb	9.007,9	10.505,6	1.497,8	16,6%
Outras	1.903,9	272,7	-1.631,2	-85,7%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	734.354,8	699.372,1	-34.982,7	-4,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ A partir da Lei Complementar de 2001, que corresponde ao Ingresso efetivo na Cesta Única.

2/ Encargos da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) a parcela patrimonial da CPSS de entidade pública federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Aquisição pela entidade de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Cesta Única.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 2002) e Acordo Financeiro e Estímulo decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 2001 e 2006).



Boxe 1 – Relatório de Avaliação do 4º Bimestre de Receitas e Despesas

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (LDO 2015), o Governo publicou, em 22/09/2015, o Relatório de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias do 4º Bimestre de 2015. Os primeiros dois quadrimestres de 2015 foram desafiadores para a economia brasileira e para as contas públicas. A deterioração significativa da atividade econômica doméstica tem afetado intensamente a arrecadação federal.

Os principais parâmetros adotados para a realização da presente avaliação foram elaborados em consonância com os estimados pelo mercado. A previsão para 2015 do crescimento real do PIB foi reduzida de -1,49% para -2,44%, enquanto o índice de inflação (IPCA) passou de 9,00% para 9,29%. A estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo o realinhamento dos preços administrados e a desvalorização cambial. A taxa de crescimento da massa salarial nominal foi elevada de 1,74% para 4,33%. Essa mudança é explicada principalmente pela reversão dos prognósticos em relação ao rendimento real do trabalho com carteira do setor privado.

A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências, apresentou redução de R\$ 11,3 milhões em relação à constante na Avaliação do 3º Bimestre, resultado da frustração observada na maior parte das Receitas Administradas pela RFB/MF, nos Dividendos, na Cota-Parte das Compensações Financeiras e Demais Receitas, compensada pela elevação da Arrecadação Líquida para o RGPS e pela queda das Transferências aos Entes Subnacionais.

Em relação à receita extraordinária contida no item Outras Receitas Administradas pela RFB/MF do último relatório, houve acréscimo de R\$ 5,8 bilhões decorrente da alocação nesse item, em parte, de receita anteriormente estimada nas rubricas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição sobre o Lucro Líquido. Destaca-se que o valor já realizado, em torno de R\$ 4,0 bilhões, foi efetivamente classificado no item Outras Receitas Administradas pela RFB/MF, sendo mantidas as projeções do relatório anterior para esse item.

Cumpra ainda salientar que grande parte das receitas necessárias ao encerramento do exercício são condicionadas ou apresentam consideráveis riscos a sua realização, o que, associado à conjuntura econômica, aumenta a complexidade de sua efetivação, em particular, daquelas que dependam de operações no mercado de capitais, tais como a abertura do capital da Caixa Seguridade e leilão de renovação de UHE. Não obstante, tais receitas permanecem sendo esperadas, uma vez que, no momento, todas as operações estão dentro do cronograma e suportadas por estudos técnicos.

A previsão das despesas obrigatórias para o ano de 2015 foi diminuída em R\$ 11,3 milhões, sendo que os maiores aumentos nas projeções dessas despesas foram observados nas estimativas do Abono e Seguro Desemprego e da Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha; enquanto os maiores decréscimos se verificaram nas projeções de Benefícios da Previdência e nos de Prestação Continuada da LOAS/RMV. A projeção do déficit do RGPS apresentou redução de R\$ 6,7 bilhões, em função da estimativa de elevação da receita previdenciária em R\$ 4,1 bilhões, decorrente do aumento da projeção de crescimento da massa salarial e da revisão da projeção da Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha e da redução na projeção da despesa em R\$ 2,6

RS Minibet

Demonstração da Previsão do Resultado Primário do Governo Central após a 4ª Avaliação Bimestral			
Discriminação	Avaliação 3º Bimestre	Avaliação 4º Bimestre	Diferença
1. Receita Primária Total	1.335.311,1	1.318.230,6	-7.080,5
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	810.877,4	811.012,2	-7.865,2
IPPI	52.968,5	49.208,9	-3.659,7
IR	311.145,6	307.903,1	-3.242,5
COFINS	208.625,5	206.081,3	-2.544,2
CSLL	67.376,9	63.380,3	-3.996,7
Outras Administradas pela RFB/MF	45.937,1	51.782,4	5.845,3
Outras	132.823,7	133.556,3	-267,5
Arrecadação Líquida para o RGPS	349.904,2	354.060,1	4.096,0
Receitas Não Administradas pela RFB/MF	156.469,5	153.158,3	-3.311,2
Dividendos	17.042,8	15.991,6	-1.051,2
Outra Parte de Compensações Financeiras	31.111,8	34.345,5	-1.766,3
Outras	108.314,9	127.821,2	-493,7
2. Transferências aos Entes Subnacionais	213.726,1	206.657,0	-7.069,1
3. Receita Líquida de Transferências (1)-(2)	1.111.585,0	1.111.573,7	-11,3
4. Despesas Obrigatórias (*)	858.839,0	858.839,7	-11,3
Benefícios da Previdência	438.850,5	436.222,3	-2.609,3
Alimo e Seguro Desemprego	45.811,1	46.522,1	2.710,9
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/BR/MV	43.119,9	42.400,9	-719,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	22.660,4	24.233,1	1.566,7
Outras	308.342,0	307.441,3	-900,7
5. Despesas Discricionárias	246.904,0	246.904,0	0,0
Podem Executar	233.919,3	233.919,3	0,0
Damais Podem	12.984,7	12.984,7	0,0
6. Resultado Primário (3-4-5)	5.831,0	5.831,0	0,0

(*) Conforme Art. 153, parágrafo de ceteris, das Disposições Constitucionais relativas ao RGPS, a soma de receitas de arrecadação de recursos próprios.

(*) Considera-se R\$ 15,9 milhões de créditos das Operações Poderes à conta de recursos de arrecadação de recursos próprios.

Para garantir que a meta de superávit primário do Governo Central de R\$ 5,8 bilhões em 2015 seja alcançada, foi adotado um amplo conjunto de medidas para reduzir despesas e para recuperar a arrecadação. O aumento da despesa obrigatória, reconhecidamente rígida, é um elemento de pressão sobre o resultado primário do Governo Central e objeto de preocupação prioritária do governo. Tais medidas têm por objetivo garantir um gradual retorno do superávit primário para um nível que estabilize a dívida pública, em linha com o ajuste perene na política fiscal que está sendo implementado.

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central V - Brasil - Acumulado no Ano

Orçamento	2014		2015		Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago		
1. RECEITA TOTAL	3.903.333,3	6.024.637,6	26.007,1	2.356,3		
Receitas do Tesouro Nacional						
Receita Bruta	601.005,4	622.603,5	20.817,7	2.356,3		
Impostos	282.008,0	299.743,7	17.735,8	6,3%		
IR - Pessoa Física	206.002,6	217.664,5	11.661,9	5,7%		
IR - Pessoa Jurídica	20.430,4	20.932,4	522,0	2,6%		
IR - Retido na Fonte	46.633,3	42.110,7	-4.542,6	-5,2%		
IRRF - Rendimentos do Trabalho	96.934,9	114.621,4	15.686,5	16,0%		
IRRF - Rendimentos do Capital	54.973,1	61.889,6	4.916,3	8,9%		
IRRF - Remessas ao Exterior	23.434,7	30.280,2	6.845,6	29,1%		
IRRF - Outros Rendimentos	11.791,7	15.318,2	3.526,5	29,9%		
IP	6.739,4	7.163,6	404,2	6,0%		
IP - Fumo	32.532,9	32.641,1	108,2	0,3%		
IP - Bebidas	3.762,0	3.716,9	-45,1	-0,3%		
IP - Automóveis	2.313,4	1.751,4	-561,9	-26,5%		
IP - Veículo a Importação	2.373,7	11.327,5	8.953,7	378,1%		
IP - Outros	9.785,9	13.799,7	4.013,7	41,1%		
IOF	19.203,0	22.816,4	3.613,4	19,1%		
Imposto de Importação	24.060,1	26.367,0	2.306,9	9,6%		
Outros	169,4	374,8	205,4	5,4%		
Contribuições	227.114,0	235.480,3	8.366,3	3,7%		
COFINS	127.020,6	132.973,5	5.952,9	4,7%		
CMF	5,6	0,9	-4,7	-81,7%		
CILL	46.186,6	44.003,7	-2.182,9	-4,7%		
CIDE-Combustíveis	6,1	1.433,7	1.441,7	5,1%		
Pig/Pratop	33.972,4	35.718,7	1.746,3	6,1%		
Salário Educação	12.239,6	13.087,5	757,9	6,1%		
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	2.662,3	3.326,1	663,8	17,4%		
Outros	4.920,8	5.316,1	395,3	4,0%		
Demons	82.084,9	87.401,5	5.316,5	6,5%		
CRESS v	4.218,3	9.022,3	4.804,0	5,7%		
Cota parte de compensações financeiras	27.832,0	19.612,3	-8.219,5	-29,5%		
Devedores arcadas	90.129,7	32.702,7	-57.427,0	-63,7%		
Concessões	2.733,9	5.476,9	2.742,9	100,3%		
Dividendos	15.883,0	5.407,6	-10.475,4	-66,0%		
Crédito Direto Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0%		
Outras	7.817,0	15.179,6	7.364,5	92,8%		
f-) Restituições	-10.964,3	-17.987,4	-7.023,1	64,0%		
f-) Incentivos Fiscais	-4,3	-10,6	-6,3	68,7%		
Receita da Previdência Social	209.851,4	222.274,1	12.422,7	5,9%		
Urbanos	205.455,4	217.276,1	12.220,7	6,0%		
Rural	4.396,0	4.998,1	602,1	13,7%		
Receita do Banco Central	2.105,4	1.320,6	-784,8	-37,3%		
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL v	101.004,8	145.818,6	45.814,8	3,2%		
Transferências Constitucionais	104.443,5	112.315,5	7.732,0	7,4%		
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 v	1.087,5	1.300,0	-1.207,5	-57,0%		
Transferências do Cde - Combustíveis	216,1	120,6	-95,5	-3,9%		
Demais Transferências	22.549,7	31.802,5	9.252,7	41,5%		
Salário Educação	7.306,9	8.805,9	1.499,1	20,5%		
Royalties	16.214,2	12.715,7	-3.498,5	-21,6%		
Fundef/funleob	4.116,3	10.193,3	2.079,2	25,0%		
Outras	1.717,5	265,5	-1.452,0	-84,5%		
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1+2)	4.004.338,3	6.170.456,2	21.448,5	3,2%		

Outra Qualidade significa a Melhor

1/4 Aguardiente grado Cincuenta (50%) de Caña, que constituya el 40% del total.

22) Citação do relatório da Comissão de Inquérito ao Parlamento da Segunda Câmara Social (CPS) a respeito da política do CPS no sentido de não permitir poderes legislativos, sem que isso se traduza em qualquer restrição constitucional.

A/Lei Complementar nº 87/1994 (art. 2º) e Rubrica Financeira e Estudos Econômicos da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2002 e 2003).

A/161 (Compendium) no 87/1996 (até 2001) e A/161 (Financas e Estudos) decorentes do Lei Compendiaria no 15/2002 (de 2002 a 2006).

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Discriminação	2014		2015		Diferença		Variação %	
	Agosto	Julho	Agosto	Julho	Agosto/14	Agosto/15	Agosto/14	Agosto/15
1. RECEITA TOTAL	109.586,4	105.864,5	96.492,3	98.173,3	-18.173,3	-18.173,3	-16,6%	-17,2%
Receitas do Tesouro Nacional	78.659,7	77.358,3	67.429,3	68.229,3	-11.230,4	-11.230,4	-14,3%	-14,7%
Receitas Brutas	81.517,6	81.751,1	78.057,7	78.057,7	-3.460,5	-3.460,5	-4,2%	-4,2%
Impostos	75.308,1	77.082,4	71.106,7	71.106,7	-4.201,4	-4.201,4	-5,6%	-5,4%
IR	24.742,9	26.570,1	20.570,1	20.570,1	-4.172,8	-4.172,8	-16,9%	-15,7%
IR - Pessoa Física	2.843,3	2.782,3	2.043,1	2.043,1	-800,2	-800,2	-28,1%	-28,1%
IR - Pessoa Jurídica	5.999,1	11.782,7	6.560,6	6.560,6	-5.422,0	-5.422,0	-90,5%	-80,5%
IR - Retido na Fonte	12.800,5	12.825,1	12.334,8	12.334,8	-465,7	-465,7	-3,6%	-3,6%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.867,9	7.126,4	6.972,9	6.972,9	-895,0	-895,0	-13,0%	-12,6%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.647,6	2.805,5	3.085,2	3.085,2	337,6	337,6	12,7%	11,3%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.493,9	1.756,1	1.484,7	1.484,7	-209,2	-209,2	-14,0%	-11,9%
IRRF - Outros Rendimentos	1.271,6	837,0	792,0	792,0	-479,6	-479,6	-37,7%	-57,7%
IMI	4.520,4	4.087,0	3.944,7	3.944,7	-575,7	-575,7	-12,7%	-14,3%
IMI - Fumo	527,4	418,6	409,0	409,0	-118,4	-118,4	-22,4%	-26,6%
IMI - Bebidas	807,3	746,6	163,4	163,4	-643,9	-643,9	-80,0%	-75,0%
IMI - Automóveis	352,9	372,2	315,9	315,9	-37,0	-37,0	-10,5%	-9,7%
IMI - Vinculado a Importação	1.297,8	1.538,4	1.471,7	1.471,7	-126,1	-126,1	-9,7%	-8,2%
IMI - Outros	2.045,3	1.551,1	1.632,8	1.632,8	-412,5	-412,5	-20,2%	-25,9%
IOF	7.911,0	7.951,1	1.012,7	1.012,7	-6.898,3	-6.898,3	-87,2%	-86,5%
Imposto de Importação	3.191,9	3.486,3	3.191,1	3.191,1	-29,8	-29,8	-0,9%	-0,9%
Outros	479,1	31,9	18,7	18,7	-460,4	-460,4	-96,1%	-99,8%
Contribuições	30.186,5	30.541,8	27.675,9	27.675,9	-2.510,6	-2.510,6	-8,3%	-8,2%
COFINS	17.451,6	16.826,8	16.913,9	16.913,9	-1.537,7	-1.537,7	-8,8%	-9,3%
CPMF	5,1	0,0	0,0	0,0	-5,1	-5,1	-100,0%	-100,0%
CSLL	5.538,9	6.210,5	3.408,8	3.408,8	-2.130,1	-2.130,1	-38,5%	-34,3%
ODI-Combustíveis	0,0	471,7	463,7	463,7	463,7	463,7	100,0%	98,3%
PIS/Pasep	4.542,1	4.408,2	4.386,4	4.386,4	-155,7	-155,7	-3,4%	-3,5%
Salário Educação	1.570,4	1.524,6	1.431,7	1.431,7	-138,7	-138,7	-8,8%	-9,1%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	365,1	394,6	419,4	419,4	54,3	54,3	14,9%	13,8%
Outras	472,4	725,4	602,0	602,0	-170,4	-170,4	-36,3%	-23,5%
Demais	16.072,9	14.102,8	11.875,7	11.875,7	-4.197,2	-4.197,2	-25,9%	-29,6%
CPSS	1.075,7	1.133,1	1.138,4	1.138,4	62,7	62,7	5,8%	5,5%
Cota parte de compensações financeiras	2.101,9	4.342,7	1.532,6	1.532,6	-2.569,3	-2.569,3	-122,2%	-59,2%
Diretamente arrecadadas	3.608,8	3.734,4	3.336,3	3.336,3	-272,5	-272,5	-7,5%	-7,3%
Concessões	82,5	1.419,6	71,8	71,8	-1.347,1	-1.347,1	-1627,3%	-1876,3%
Dividendos	5.913,4	0,0	2.041,7	2.041,7	-3.871,7	-3.871,7	-65,5%	-189,6%
Gestão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Outras	3.240,6	3.471,0	3.762,8	3.762,8	522,2	522,2	16,1%	14,1%
(-) Restituições	-2.857,9	-4.400,5	-3.178,8	-3.178,8	1.279,1	1.279,1	44,8%	29,0%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Receitas da Previdência Social	30.538,9	28.094,0	27.365,7	27.365,7	-3.173,2	-3.173,2	-10,4%	-11,3%
Urbana	29.913,8	27.466,8	27.362,4	27.362,4	-2.551,4	-2.551,4	-8,5%	-9,3%
Rural	617,1	587,2	803,3	803,3	186,2	186,2	30,2%	31,9%
Receitas do Banco Central	195,7	462,1	97,7	97,7	-368,0	-368,0	-188,0%	-77,6%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL	19.069,8	14.629,1	16.086,9	1.977,7	1.977,7	1.977,7	10,4%	-12,9%
Transferências Constitucionais	13.309,8	11.448,8	12.215,4	766,7	766,7	766,7	5,7%	-6,6%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	176,0	162,9	162,5	162,5	-13,5	-13,5	-7,7%	-8,3%
Transferências de Cide - Combustíveis	0,0	113,0	0,0	0,0	-113,0	-113,0	-100,0%	0,0%
Demais Transferências	5.530,4	2.904,6	4.229,0	1.204,4	45,6	45,6	0,8%	-23,5%
Salário Educação	918,3	901,8	913,3	913,3	95,0	95,0	10,3%	10,3%
Royalties	3.811,0	1.198,8	2.507,5	1.710,7	1.096,5	1.096,5	28,8%	63,5%
Fundo/Fundo	751,2	774,8	773,1	773,1	-18,1	-18,1	-2,4%	-2,3%
Outras	29,3	29,2	35,1	35,1	5,8	5,8	19,8%	19,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	90.516,6	91.235,5	80.405,4	96.195,6	-10.111,2	-10.111,2	-11,2%	-10,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1/ Apurados pelo Sistema de Contas, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.
2/ Tributo de receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e parcela patronal da CPSS do servidor público federal, são retirados no resultado primário consolidado.
3/ Apurados pelo sistema de "pagamento efetivo" que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.
4/ Lei Complementar nº 677/1998 (Lei 206/00) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10661/00).

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2015 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015				
Discriminação do Resultado	2014		2015	
	Agosto	Julho	Agosto	Julho
Receitas do Tesouro	78.659,7	67.429,3	67.429,3	68.229,3
Receitas da Previdência Social	30.538,9	27.965,7	27.965,7	27.965,7
Receitas do Banco Central	195,7	97,7	97,7	97,7
Despesas do Tesouro	64.541,9	50.552,7	50.552,7	51.539,3
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	30.950,5	33.119,2	33.119,2	33.119,2
Despesas do Banco Central	270,4	295,8	295,8	295,8
Tesouro Nacional	-4.951,2	-2.918,4	-2.918,4	-3.319,3
Previdência Social (RGPS)	-6.419,6	-5.153,5	-5.153,5	-5.153,5
Banco Central	-74,7	-198,1	-198,1	-198,1
Fundo Tesouro Nacional				
Obs.: Dados sujeitos a alteração.				

A preços de agosto de 2015, o déficit primário do Governo Central diminuiu de R\$ 11,4 bilhões em agosto de 2014 para R\$ 5,1 bilhões em agosto de 2015, o que representou um decréscimo de R\$ 6,4 bilhões. As receitas apresentaram decréscimo de R\$ 13,9 bilhões (12,7%) e as despesas de R\$ 17,8 bilhões (17,5%) quando comparadas a agosto do ano anterior. As transferências a estados e municípios diminuíram em R\$ 2,5 bilhões (12,9%), explicadas principalmente pela dinâmica da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI).

No âmbito das receitas, fator relevante para esse resultado foi a ocorrência de receita extraordinária, em agosto de 2014, no valor de R\$ 7,1 bilhões, decorrente do parcelamento especial instituído pela Lei nº 12.996/2014. Em agosto de 2015 foram recolhidos R\$ 2,2 bilhões em conformidade com a mesma lei. Relativamente aos gastos, as despesas do Tesouro Nacional reduziram R\$ 14,0 bilhões, em especial devido aos decréscimos em: (i) Despesas do FAT; (ii) Outras Despesas de Custeio e Capital e (iii) Benefícios Previdenciários.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação do Resultado	2014	2015	Variação	
	Agosto	Agosto	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	101.425,4	15.474,9	-13.803,6	-12,7%
1.1. Receitas do Tesouro	78.057,7	67.429,4	-11.233,4	-14,3%
Receita Bruta	81.517,6	70.607,3	-10.910,3	-13,4%
Impostos	35.308,1	31.105,7	-4.202,4	-11,9%
IR	24.742,9	20.738,5	-4.004,3	-16,2%
IPI	4.520,4	3.944,7	-575,7	-12,7%
Outros	6.044,8	6.422,5	377,7	6,2%
Contribuições	30.183,5	27.625,9	-2.560,6	-8,5%
COFINS	17.451,6	16.913,9	-537,7	-3,1%
CSLL	5.538,9	3.408,8	-2.130,1	-38,5%
PIS/Pasep	4.582,1	4.386,4	-195,8	-4,3%
CIDE-Combustíveis	0,8	463,7	462,9	
Outras	2.613,1	2.453,1	-160,0	-6,1%
Demais	16.022,9	11.875,7	-4.147,2	-25,9%
Cota parte de compensações financeiras	2.101,9	1.532,6	-569,3	-27,1%
Diretamente arrecadadas	3.603,8	3.336,3	-272,4	-7,5%
Concessões	82,5	71,8	-10,7	-13,0%
Dividendos	5.913,4	2.041,7	-3.871,7	-65,5%
Outras	4.316,3	4.893,2	576,9	13,4%
(-) Restituições	-2.857,9	-3.178,0	-320,1	-11,2%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	
2. Receitas da Previdência Social	21.915,6	27.045,7	2.569,9	8,4%
Previdência Social - Urbana	27.013,8	27.562,4	2.551,4	8,5%
Receitas da Previdência Social - Rural	617,1	656,3	113,8	22,2%
3. Receitas da União Central	1.250,7	17,2	-679,0	-54,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução real de R\$ 10,9 bilhões (13,4%), passando de R\$ 81,5 bilhões para R\$ 70,6 bilhões entre agosto de 2014 e o mesmo mês de 2015. Esse comportamento deveu-se ao decréscimo de R\$ 4,2 bilhões (11,9%) na arrecadação de Impostos, de R\$ 4,1 bilhões (25,9%) nas Demais receitas e de R\$ 2,6 bilhões (8,5%) na arrecadação de Contribuições.

A arrecadação de impostos e contribuições foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- redução de R\$ 5,4 bilhões (35,5%) na arrecadação com IRPJ e CSLL: decréscimo real (87,5%) no item Lançamento de Ofício/Depósitos Judiciais/Acréscimos Legais, devido, predominantemente, ao Parcelamento da Lei nº 12.996/2014, cujo pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2014, bem como à queda de 21,5% na arrecadação da estimativa mensal e à redução de 15,7% na arrecadação do lucro presumido;

- redução de R\$ 800,2 milhões (28,1%) na receita do IRPF, principalmente em função do decréscimo na arrecadação de Lançamento de Ofício (-88,9%) e Acréscimos Legais (-40,1%), os quais referem-se ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014;
- diminuição de R\$ 575,7 milhões (12,7%) na receita do IPI: explicada principalmente pelo decréscimo de R\$ 412,5 milhões no IPI-Outros, influenciado pela redução de 8,8% na produção industrial de julho de 2015 em relação a julho de 2014;
- decréscimo de R\$ 537,7 milhões (3,1%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 195,8 milhões (4,3%) do PIS/Pasep: redução real (6,8%) do volume de vendas de julho de 2015 em relação a julho de 2014, parcialmente compensada pelo aumento das alíquotas incidentes sobre combustíveis, sobre a importação de bens e serviços e sobre a tributação de receitas financeiras (Decreto nº 8.426/15);

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014	2015	Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto/15	Julho/15	Agosto/15
1. RECEITA TOTAL	99.972,7	105.434,2	95.492,8	-18,14%	-9,8%	-4,37%
Receitas do Tesouro Nacional	71.818,4	77.180,7	67.429,3	-9,75%	-12,6%	-4,28%
Receita Bruta	74.427,7	81.571,6	70.607,3	-18,86%	-13,4%	-5,1%
Impostos	32.237,3	37.007,0	31.105,7	-5,80%	-15,9%	-1,11%
IR	22.590,5	26.531,7	20.738,5	-5,79%	-21,8%	-1,85%
IR - Pessoa Física	2.596,0	2.777,3	2.041,1	-234,2	-10,3%	-552,9
IR - Pessoa Jurídica	8.764,2	11.756,8	6.360,5	-43,9%	-45,9%	-2,40%
IR - Retido na Fonte	11.230,7	12.497,6	12.334,8	-162,8	-1,3%	1.104,7
IRPF - Rendimentos do Trabalho	6.270,6	7.110,8	6.972,0	-137,8	-1,9%	702,3
IRPF - Rendimentos do Capital	2.417,3	2.799,4	3.085,2	235,8	10,2%	667,8
IRPF - Remessas ao Exterior	1.363,5	1.752,3	1.484,7	-267,6	-15,3%	121,2
IRPF - Outros Rendimentos	1.179,2	835,2	782,0	-43,2	-6,2%	-387,2
IPR	4.127,3	4.018,1	3.944,7	-73,4	-1,8%	-182,6
IPR - Fumo	481,5	417,7	409,0	-8,7	-2,1%	-72,5
IPR - Bebidas	280,6	146,3	165,4	19,1	13,1%	-115,2
IPR - Automóveis	322,2	371,4	315,9	-55,5	-15,0%	-4,8
IPR - Vinculado a importação	1.175,6	1.535,0	1.421,7	-113,3	-7,4%	246,1
IPR - Outros	1.867,4	1.547,7	1.632,8	85,0	5,5%	-234,6
IOF	2.569,1	2.946,7	3.012,7	64,1	2,2%	443,6
Imposto de Importação	2.915,1	3.478,7	3.391,1	-87,6	-2,5%	474,9
Outros	11,8	18,7	13,2	-13,2	-41,4%	-15,2
Contribuições	27.541,1	30.494,7	27.625,9	-2.868,8	-9,4%	64,8
COFINS	15.933,8	16.789,9	16.913,9	124,0	0,7%	980,1
CNAV	4,7	0,0	0,0	0,0		-4,8
CSLL	5.057,2	6.196,9	3.408,8	-2.788,0	-45,0%	-1.643,3
CIDE-Combustíveis	0,7	470,6	463,7	-6,9	-1,5%	463,0
PIS/Pasep	4.183,6	4.398,5	4.386,4	-12,2	-0,3%	302,7
Salário Educação	1.433,9	1.621,2	1.632,7	-89,5	-5,9%	-2,1
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	333,4	393,7	419,4	25,6	6,5%	86,0
Outras	613,9	723,8	622,0	-121,8	-16,8%	-11,9
Demais	14.628,4	14.062,9	11.875,7	-2.751,1	-19,6%	-2.751,6
CPIS	982,2	1.130,6	1.130,4	-0,3	0,0%	344,2
Cota parte de compensações financeiras	3.919,1	4.331,2	1.532,6	-2.800,6	-64,8%	-186,5
Diretamente arrecadadas	3.294,9	3.726,2	3.336,3	-389,8	-10,5%	41,4
Concessões	75,3	1.416,4	71,8	-1.344,6	-94,9%	-3,3
Dividendos	5.991,1	0,0	2.041,7	2.041,7		-3.357,4
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
Outras	2.918,8	3.463,4	3.762,8	295,4	8,6%	804,1
(-) Restituições	-2.808,3	-4.190,9	-3.178,0	1.212,9	-27,6%	-568,7
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
Receitas da Previdência Social	27.876,6	27.397,4	27.965,7	-76,7	-0,1%	90,3
Urbana	27.312,1	27.466,1	27.562,4	-43,7	-0,2%	50,3
Rural	564,4	586,4	603,3	16,9	2,9%	39,8
Receitas do Banco Central	178,7	461,3	97,7	-183,3	-78,8%	-80,9
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL	17.410,5	14.387,0	16.606,9	2.099,9	13,0%	-803,6
Transferências Constitucionais	12.190,6	12.422,5	12.215,4	791,9	6,9%	16,7
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0
Transferências de CIDE - Combustíveis	0,0	112,8	0,0	-112,8	-100,0%	0,0
Demais Transferências	5.048,6	2.898,7	6.278,0	1.330,8	43,9%	-420,4
Salário Educação	856,7	901,9	913,3	11,4	1,3%	56,6
Royalties	3.478,6	1.194,2	2.507,5	1.313,3	110,0%	-972,0
Fundef/Fundeb	645,8	773,1	773,1	0,0	0,0%	87,3
Outras	27,3	29,1	35,1	6,0	20,6%	7,7
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	82.462,2	91.037,2	78.885,9	-12,15%	-18,3%	-3,97%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) Apólice por quitação de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Caixa Única.

2) Exceção da receita de Contribuição para o Fundo de Seguridade Social (CPIS) do servidor público federal, com efeitos no resultado próprio previdenciário.

3) Assinatura pelo comitê de "pagamento efetivo" que corresponde ao valor de todos os pagamentos na Caixa Única.

4) Lei Complementar nº 87/1996 (LC 87) e Lei Complementar nº 115/2002 (LC 115) e Lei Complementar nº 115/2002 (LC 115) e Lei Complementar nº 115/2002 (LC 115).



1/ Apurados para obtenção de "passaportes eletrônicos", teve correspondência ap. R/R de 14/04/2012 enviada ao Conselho. A partir de 01/07/2012, inicia-se o processo de emissão de "passaportes eletrônicos" e, a partir de 01/08/2012, inicia-se o processo de emissão de "passaportes eletrônicos" e, a partir de 01/09/2012, inicia-se o processo de emissão de "passaportes eletrônicos".

2/ Cálculo do retorno da Contribuição para o Plano de Longo Prazo (CPLP) e da despesa de pessoal e provisões previdenciárias: CPLP ao Unipar, pública federal, taxa de 10% no 2º período; previdência privada

M. J. Soares, Universidade de Brasília e T. S. Azeiteiro, Universidade de Brasília, Departamento de Física, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 70910-900, Brasil

4J Ley Complementaria nº 82/1996 (de 2008) e Leyes Orgánicas e Estudios de Impacto de la Ley Complementaria nº 74 (15/2002) (de 2003) e 2009.

1/ Inclui despesas com subvencões em fundos regionais e, a partir de 2008, despesas com repasseamento de gentios.

[illegible][illegible]

...a respeito da "nova" interpretação da "regra da caixa de correio".

U. Kretz et al. / Journal of Macroeconomics 24 (2002) 611–628

18/ Despesas administrativas relativas às receitas próprias, exceto transferência de Tesouro Nacional

11/ Exatidão transcrita referente à verificação de contratos de Seguro com o Tesouro Nacional.

1.2/ Foto mostra "seculo-da-terra", com desenvolvimento comercial, Pólo Banco Central do Brasil



- O comportamento das demais receitas é explicado, predominantemente, por:

- decréscimo de R\$ 3,9 bilhões (65,5%) em dividendos, devido, sobretudo, ao recolhimento de R\$ 3,3 bilhões relativos ao BNDES em agosto de 2014, sem contrapartida em agosto de 2015; e
- decréscimo de R\$ 569,3 milhões (27,1%) no recolhimento da cota parte de compensações financeiras: explicado em maior parte pela redução do preço internacional do petróleo.

RS Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Obs.: Dados sujeitos a alteração

- | | Fundeb(Fundeb) | 751,2 | 773,1 | 71,9 | 2,9% |
|---|----------------------------------|-------|-------|------|-------|
| redução de R\$ 1,3 bilhão (34,2%) na rubrica | Outras | 29,9 | 35,1 | 5,1 | 17,2% |
| Royalties: diminuição das participações especiais | Fonte: Tesouro Nacional | | | | |
| pela exploração de petróleo e gás natural, decorrente, predominantemente, da queda no preço internacional do petróleo; e | Obs.: Dados sujeitos a alteração | | | | |
| diminuição de R\$ 1,1 bilhão (8,6%) nas Transferências Constitucionais: reflexo da redução da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI). | | | | | |

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação	2014 Agosto	2015 ¹ Agosto	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	101.742,9	83.962,2	-17.780,7	-17,5%
1.1 Despesas do Tesouro	64.541,9	50.552,7	-13.989,2	-21,7%
Pessoal e Encargos Sociais	18.524,5	17.945,4	-579,1	-3,1%
Custeio e Capital	45.880,0	32.557,0	-13.323,0	-29,0%
Despesa do FAT	10.641,8	4.357,1	-6.284,8	-59,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas	619,4	1.403,1	783,8	126,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.528,7	3.510,4	-18,3	-0,5%
Auxílio à CDE	1.259,5		-1.259,5	
Outras Despesas de Custeio e Capital	29.830,6	23.286,4	-6.544,2	-21,9%
Outras Despesas de Custeio	22.590,3	19.091,3	-3.499,0	-15,5%
Outras Despesas de Capital	7.240,3	4.195,1	-3.045,2	-42,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	137,5	50,3	-87,2	-63,4%
1.2 Despesas da Previdência Social (Benefícios)	36.950,3	33.119,2	-3.831,1	-10,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	27.488,3	25.690,9	-1.797,4	-6,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.462,2	7.428,3	-2.033,9	-21,5%
1.3 Despesas do Banco Central	270,4	299,8	29,4	9,4%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

suas alterações:

- diminuição de R\$ 1,3 bilhão (100,0%) em Auxílio à CDE: despesas em 2015 encerradas no mês de janeiro, conforme definido na programação financeira do Tesouro Nacional;
- redução de R\$ 1,2 bilhão (7,1%) nas Despesas Discricionárias, explicada predominantemente pelo decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (38,4%) no Ministério do Desenvolvimento Social; e
- decréscimo de R\$ 907,6 milhões (88,6%) em Outras Despesas de Custeio e Capital - Outras: sobretudo, devido à diminuição de R\$ 924,4 milhões (100%) nas despesas do FDA/FDNE, em projeto vinculado à Transnordestina (Decreto nº 6.952/2009), executados em agosto de 2014 conforme programação financeira do exercício.

Houve um decréscimo de R\$ 14,0 bilhões (21,7%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esta variação é explicada pelos seguintes fatores:

- redução de R\$ 6,3 bilhões (59,1%) nas Despesas do FAT, devido à diminuição de R\$ 3,3 bilhões (54,6%) dos gastos com Seguro Desemprego e de R\$ 3,0 bilhões com Abono Salarial, este último reflexo da programação financeira do exercício e do calendário de pagamento definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;
- decréscimo de R\$ 5,5 bilhões (59,5%) em despesas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.5 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	2014 Agosto	2015 Agosto	Diferença	% Real (IPCA)
Precatórios e Sentenças	137,3	62,7	-74,5	-54,3%
Legislativo	137,3	131,7	-5,6	-4,1%
Judiciário	765,3	821,6	56,3	7,4%
Crédito Extraordinário	271,1	209,2	-61,9	-22,8%
PAC	9.253,7	3.746,5	-5.507,2	-59,5%
d/q MCMV	2.870,0	1.963,8	-906,2	-31,6%
Fundo Constitucional DF	120,4	623,2	502,8	417,6%
Outras	1.024,3	116,7	-907,6	-88,6%
Compensação RGPS	1.682,1	1.884,5	202,4	12,0%
Complementação do FGTS	109,5	519,4	409,8	374,2%
Discricionárias	16.329,6	15.171,1	-1.158,5	-7,1%
Min. da Saúde	7.734,4	7.090,1	-644,3	-8,3%
Min. do Des. Social	4.221,8	2.602,5	-1.619,2	-38,4%
Min. da Educação	3.562,2	2.484,1	-1.078,1	-30,3%
Demais	811,3	2.994,4	2.183,0	269,1%
Total	29.830,6	23.286,4	-6.544,2	-21,9%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014 Jan. Ago.	2015 Jan. Ago.	Diferença Jan-Ago/15	Variação (%) Jan-Ago/14
1. RECEITA TOTAL	802.790,1	828.839,3	26.049,1	3,2%
Receitas do Tesouro Nacional	580.833,3	604.627,8	23.794,5	4,1%
Receita Bruta	601.805,8	627.625,5	25.819,7	4,3%
Impostos	282.008,0	299.743,7	17.735,8	6,3%
Contribuições	227.114,0	235.480,3	8.366,3	3,7%
Demais	92.683,9	87.401,5	-5.282,4	-5,7%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	
(-) Restituições	-10.966,3	-17.987,4	-7.021,1	-64,0%
(-) Incentivos Fiscais	-4,3	-30,6	-26,3	-60,7%
Receitas da Previdência Social	209.851,4	222.274,1	12.422,7	5,9%
Receitas da Previdência Social - Urbano	205.455,4	217.726,1	12.270,7	6,0%
Receitas da Previdência Social - Rural	4.396,0	4.548,0	152,0	3,5%
Receitas do Banco Central	-24.06,9	1.830,8	1.854,8	-74,8%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	161.041,8	169.618,6	8.576,8	5,3%
Transferências Constitucionais (PIR, IR e outras)	106.482,5	112.713,5	6.231,0	5,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	3.067,5	3.800,8	733,3	23,9%
Transferências de Cide - Combustíveis	116,1	120,6	4,5	3,9%
Demais Transferências	22.544,7	21.883,7	-661,0	-2,9%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	641.748,3	659.219,6	17.471,3	2,7%
4. DESPESA TOTAL	657.855,8	697.226,6	39.370,8	6,0%
Despesas do Tesouro Nacional	411.048,7	427.932,7	16.884,0	4,1%
Pessoal e Encargos Sociais	141.273,8	150.718,7	9.444,9	6,7%
Custeio e Capital	268.072,9	275.768,9	7.696,0	2,9%
Despesa do FAT	33.378,4	30.967,8	-2.410,6	-7,2%
Abono e Seguro Desemprego	33.065,9	30.742,3	-2.323,6	-7,0%
Demais Despesas do FAT	313,5	245,5	-68,0	-21,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas	6.108,1	19.793,1	13.685,0	224,0%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.125,2	15.717,5	12.592,3	402,3%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.982,8	4.063,6	1.080,7	36,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	25.430,8	28.278,8	2.848,0	10,3%
Capitalização da Petróleo	0,0	0,0	0,0	
Auxílio à CDE	6.451,8	1.250,0	-5.201,8	-80,6%
Outras Despesas de Custeio e Capital	196.502,7	195.448,9	-1.053,8	-0,5%
Outras Despesas de Custeio	142.840,3	158.989,3	16.149,0	11,3%
Outras Despesas de Capital	53.662,4	36.459,6	-17.202,8	-32,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.701,9	1.438,7	-263,2	-15,5%
Benefícios Previdenciários	243.872,8	266.838,7	22.965,9	9,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	187.533,5	206.956,2	19.422,7	10,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	56.339,3	59.882,5	3.543,2	6,3%
Despesas do Banco Central	2.134,4	2.475,7	341,3	16,0%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	4.682,5	-1.613,0	-6.295,5	-134,9%
6. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	-1,107,5	-1.413,0	-3.305,5	-298,5%
Tesouro Nacional	32.742,8	31.886,8	-856,0	-2,6%
Previdência Social (RGPS)	-34.021,3	-64.566,8	-30.545,5	-89,8%
Previdência Social (RGPS) - Urbano	17.921,9	10.768,9	-7.153,0	-39,9%
Previdência Social (RGPS) - Rural	-51.943,3	-55.334,4	-3.391,2	-6,5%
Banco Central	-28,0	-545,3	-517,3	-1.847,5%
7. AJUSTE METODOLÓGICO	0,0	2.219,3	2.219,3	
8. DESPESA LÍQUIDA TOTAL	657.855,8	697.226,6	39.370,8	6,0%
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 - 8)	1.107,5	-1.413,0	-2.520,5	-227,3%
10. JUROS NOMINAIS	-128.619,2	-128.619,2	0,0	0,0%
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)	-127.511,7	-128.619,2	-1.107,5	-0,9%
Memo:				
Parcela patronal da CPSS	9.896,3	10.848,8	952,5	9,6%
RGPS	1.140,4	1.140,4	0,0	0,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Ajuste para efeitos de "base de cálculo" de impostos, que compreende os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco.

2/ Lei da Recuperação Judicial e da Lei da Recuperação Extrajudicial e da Lei da Recuperação Extrajudicial e da Lei da Recuperação Extrajudicial e da Lei da Recuperação Extrajudicial.

3/ Fundo de Reserva da Previdência Social: A aplicação do resultado do RPPS por estados, municípios e DF é realizada pelo Fisco da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 8080) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833).

5/ Inclui despesas com subsídios e subvenções econômicas e com fundos regionais e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico.

6/ Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP).

7/ Ajuste para efeitos de "base de cálculo" de impostos, que compreende os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco e os valores de liquidação em favor do Fisco.

8/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 8080) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833).

9/ Inclui despesas com subsídios e subvenções econômicas e com fundos regionais e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico.

10/ Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP) e Lei Orgânica da Administração Pública (LOAP).

11/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 8080) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 10.833).

12/ Inclui despesas com subsídios e subvenções econômicas e com fundos regionais e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico e com fundos de desenvolvimento econômico.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Discriminação	2014		2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto				
1. RECEITA TOTAL	109.386,4	105.866,6	95.492,8	-10.373,8	-9,8%	-11.893,6	-12,7%	
Receitas do Tesouro Nacional	78.659,7	77.350,5	67.429,3	-8.921,2	-12,8%	-11.230,4	-14,3%	
Receita Bruta	81.517,6	81.751,1	70.607,3	-11.143,7	-13,6%	-10.910,3	-13,4%	
Impostos	35.308,1	37.088,4	31.105,7	-5.982,7	-16,1%	-4.202,4	-11,9%	
Contribuições	30.186,5	30.561,8	27.525,9	-2.935,9	-9,6%	-2.560,6	-8,5%	
Demais ^{2/}	16.022,9	14.100,8	11.875,7	-2.225,1	-15,8%	-4.147,2	-25,9%	
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
(-) Restituições	-2.857,9	-4.400,5	-3.178,0	1.222,5	-27,8%	-120,1	11,2%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Receitas da Previdência Social	30.530,9	28.054,0	27.965,7	-88,3	-0,3%	-2.565,3	-8,4%	
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	29.913,5	27.466,3	27.362,4	-103,9	-0,4%	-2.551,4	-8,5%	
Receitas da Previdência Social - Rural ^{4/}	617,1	587,7	603,3	15,6	2,7%	-13,8	-2,2%	
Receitas do Banco Central	195,7	462,1	97,7	-394,3	-78,8%	-97,9	-50,1%	
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.069,0	18.629,1	16.606,9	1.977,7	13,5%	-2.462,1	-12,9%	
Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	13.360,6	11.448,5	12.215,4	766,7	6,7%	-1.145,3	-8,6%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	178,0	162,9	162,5	-0,4	-0,2%	-15,5	-8,7%	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	113,0	0,0	-113,0	-100,0%	0,0	0,0	
Demais Transferências	5.530,4	2.906,6	4.229,0	1.324,4	45,6%	-1.301,4	-23,5%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	90.317,4	91.237,5	78.885,9	-12.351,6	-13,5%	-11.411,5	-12,7%	
4. DESPESA TOTAL	101.782,9	98.347,7	83.967,7	-14.380,0	-14,6%	-17.793,2	-17,5%	
Despesas do Tesouro Nacional	64.541,9	64.322,3	50.552,7	-13.769,6	-21,4%	-13.999,3	-21,7%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{6/}	18.524,5	23.560,1	17.945,4	-5.614,7	-23,8%	-5.791,1	-23,1%	
Custeio e Capital	45.980,0	40.427,9	32.557,0	-7.870,9	-19,5%	-13.323,0	-29,0%	
Despesa do FAT	10.641,8	4.976,4	4.357,1	-619,4	-12,4%	-6.284,8	-59,1%	
Abono e Seguro Desemprego	10.572,5	4.934,5	4.314,7	-619,8	-12,5%	-6.257,8	-59,2%	
Demais Despesas do FAT	69,3	41,9	42,3	0,4	1,0%	-27,0	-38,9%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{7/}	619,4	7.088,5	1.403,1	-5.685,4	-90,2%	783,8	125,5%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	225,4	6.665,8	782,6	-5.833,2	-88,3%	557,3	247,3%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	394,0	422,7	820,3	197,8	46,8%	226,5	57,5%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{8/}	3.528,7	3.569,0	3.510,4	-58,6	-1,6%	-18,2	-5,0%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Auxílio à CDE	1.259,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-1.259,5	-100,0%	
Outras Despesas de Custeio e Capital	29.830,6	24.794,0	23.286,4	-1.507,6	-6,1%	-6.544,2	-21,9%	
Outras Despesas de Custeio	22.590,3	20.318,5	19.091,3	-1.227,2	-6,0%	-3.499,0	-15,5%	
Outras Despesas de Capital ^{9/}	7.240,3	4.475,5	4.195,1	-280,4	-6,3%	-3.045,2	-42,1%	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	137,5	334,2	50,3	-284,0	-85,0%	-87,2	-63,4%	
Benefícios Previdenciários	36.950,5	33.738,1	31.119,2	-2.618,9	-7,8%	-3.831,3	-10,4%	
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	27.428,3	26.146,3	25.690,9	-455,4	-1,7%	-1.797,4	-6,5%	
Benefícios Previdenciários - Rural ^{4/}	9.462,2	7.591,8	7.428,3	-163,5	-2,1%	-2.033,9	-21,5%	
Despesas do Banco Central	270,4	287,3	295,8	8,5	3,0%	25,4	9,4%	
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{10/}	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	-11.465,5	-7.110,2	-5.081,8	2.028,4	-28,5%	6.363,7	-55,0%	
Tesouro Nacional	-4.951,2	-1.609,9	289,9	1.870,7	11,7%	5.221,0	-19,7%	
Previdência Social (RGPS) ^{11/}	-6.419,6	-5.684,1	-5.153,5	535,5	-8,3%	1.266,0	-31,1%	
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{12/}	2.425,5	1.320,1	1.671,5	351,4	26,6%	-754,1	-22,8%	
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{13/}	-8.845,1	-7.004,1	-6.825,0	179,1	-2,6%	2.020,1	-22,8%	
Banco Central ^{14/}	-74,7	174,7	-198,1	-372,8	-21,3%	-123,3	165,1%	
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{15/}	0,0	353,4	380,3	26,9	7,5%	380,3	0,0%	
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.643,7	703,6	n.d.	-	-	-	-	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{16/}	-13.089,2	-6.053,2	n.d.	-	-	-	-	
10. JUROS NOMINAIS ^{17/}	-18.760,5	-54.786,0	n.d.	-	-	-	-	
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{18/}	-31.249,7	-60.839,2	n.d.	-	-	-	-	
Memó.								
Parcela patronal da CPSS ^{19/}	1.335,4	1.351,3	1.322,9	-28,5	-2,1%	-12,5	-0,9%	
RMV ^{20/}	148,9	133,4	129,4	-4,0	-3,0%	-19,6	-13,1%	

Obs.: Dados sujeitos a alteração

^{1/} Ajustado pelo critério de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/02/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto no Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Mps, da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Anexo Financeiro e Estatístico decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2009).

^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{6/} Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal (Vital) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças, judiciais e precatórios.

^{7/} Ajustado pelo critério de "despesa paga", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Saí, após a liquidação dos resumos, inclui Dóctas Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caso de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caso de "pagamento efetivo" adotado para a apuração da receita primária. Os dados correspondem ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa investimento (GND 4) e investimentos financeiros (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Assistência Social - FAS, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{8/} Em 2008 corresponde a despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.711/2008. Em 2012 corresponde a receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Resolução CFSB nº 9/2012.

^{9/} Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

^{10/} Despesas administrativas líquidas de recursos próprios (inclui transferências do Tesouro Nacional).

^{11/} Recursos transferidos referentes à amortização de contratos de taxa com o Tesouro Nacional.

^{12/} Pelo critério "base-da-reta", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 6,4 bilhões em agosto de 2014 para R\$ 5,2 bilhões (19,7%) em agosto de 2015, devido aos seguintes fatores:

- redução de R\$ 3,8 bilhões (10,4%) no montante de benefícios previdenciários: pagamento, em agosto de 2014, de adiantamento do 13º salário para os beneficiários que ganham até um salário (impacto de R\$ 3,0 bilhões), conforme Decreto nº 8.292/2014. Em 2015 esse pagamento será feito em setembro; e
- decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (8,4%) na arrecadação líquida: resultado, principalmente, do decréscimo de R\$ 2,1 bilhão (7,4%) na Contribuição Previdenciária, explicado, predominantemente, pela redução real da massa salarial habitual (5,9%) de julho/2015 em relação a igual período do ano anterior.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 2.6 Resultado Primário da Previdência Social - Brasil 2014/2015				
Discriminação do Resultado	2014		2015	
	Agosto	Agosto	Agosto	Agosto
Arrecadação Bruta	33.788,0	30.949,9	-2.798,1	-8,3%
Contribuição Previdenciária	28.023,1	25.940,8	-2.082,3	-7,4%
Simples	3.872,1	3.006,6	-865,5	-22,4%
CFR				
Depósitos Judiciais	200,3	148,2	-52,1	-26,0%
Refis	10,5	10,0	-0,5	-4,8%
Compensação RGPS	1.682,1	1.884,5	202,4	12,0%
Restituição/Devolução	-119,1	-122,2	-3,1	-2,6%
Transferências a Terceiros	-1.137,9	-2.846,5	-1.708,6	-50,8%
RESULTADO PRIMÁRIO	6.419,6	5.153,5	-1.266,1	-19,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2015 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Discriminação do Resultado	2015 Julho	2015 Agosto	Diferença	Variação % Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	105.866,6	95.492,8	-10.373,8	-9,8%
Receitas do Tesouro	77.350,5	67.429,3	-9.921,2	-12,8%
Receitas da Previdência Social	28.054,0	27.965,7	-88,3	-0,3%
Receitas do Banco Central	462,1	97,7	-364,3	-78,8%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.629,1	16.606,9	1.977,7	13,5%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	91.237,5	78.885,9	-12.351,6	-13,5%
4. DESPESA TOTAL	98.367,7	93.967,7	-4.400,0	-4,5%
Despesas do Tesouro	64.322,3	50.552,7	-13.769,6	-21,4%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	33.738,1	33.119,2	-618,9	-1,8%
Despesas do Banco Central	287,3	295,8	8,5	3,0%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3-4)	-7.130,2	-5.081,8	2.048,4	-28,5%
Tesouro Nacional	-1.600,9	-269,8	1.331,1	-83,1%
Previdência Social (RGPS)	-5.684,1	-5.153,5	530,5	-9,3%
Banco Central	174,7	198,1	23,4	13,4%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em agosto de 2015, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 5,1 bilhões, contra déficit R\$ 7,1 bilhões em julho de 2015, a preços constantes de agosto. Essa diferença é explicada pela redução na despesa total, que passou de R\$ 98,3 bilhões para R\$ 84,0 bilhões, representando queda de R\$ 14,4 bilhões (14,6%), devido em parte ao decréscimo nas despesas com Subsídios e Subvenções (R\$ 5,7 bilhões) e com Pessoal (R\$ 5,6 bilhões).

Essa redução na despesa total foi parcialmente compensada pela queda na receita líquida, explicada, principalmente, pelo efeito de fatores sazonais nas receitas do Tesouro e nas transferências a Estados e Municípios.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014 Agosto	2015 Julho	2015 Agosto	Diferença Ago/15 Jul/15	Variação (%) Ago/15 Jul/15	Diferença Ago/15 Ago/14	Variação (%) Ago/15 Ago/14
1. RECEITA TOTAL	99.872,7	105.034,2	95.492,8	-10.141,4	-9,6%	-4.375,9	-4,1%
Receitas do Tesouro Nacional	71.818,4	77.180,7	67.429,3	-9.751,4	-12,6%	-4.385,1	-4,1%
Receita Bruta	74.427,7	81.571,6	70.607,3	-10.964,3	-13,4%	-3.820,4	-5,1%
Impostos	32.737,3	37.007,0	31.105,7	-5.901,3	-15,9%	-1.131,5	-3,3%
Contribuições	27.561,1	30.494,7	27.625,9	-2.868,8	-9,4%	64,8	0,2%
Demais	14.629,4	14.069,9	11.875,7	-2.194,1	-15,6%	-2.753,6	-18,8%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
(-) Restituições	-2.609,3	-4.390,9	-3.178,0	1.212,9	-27,6%	-588,7	21,8%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas da Previdência Social	27.875,6	27.992,4	27.965,7	-26,7	-0,1%	90,1	0,3%
Receitas da Previdência Social - Urbano	27.312,1	27.406,1	27.362,4	-43,7	-0,2%	50,3	0,2%
Receitas da Previdência Social - Rural	563,4	586,4	603,3	16,9	2,9%	39,8	7,1%
Receitas do Banco Central	174,7	462,1	97,7	-364,3	-78,8%	-80,9	-45,3%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	17.410,5	14.591,0	16.606,9	2.009,9	13,8%	-803,6	-4,6%
Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	12.158,6	11.423,5	12.213,4	791,9	6,9%	16,7	0,1%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	112,8	0,0	-112,8	-100,0%	0,0	-
Demais Transferências	5.049,4	2.896,2	4.228,0	-1.330,8	-45,9%	-820,4	-16,2%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	82.462,2	91.037,2	78.885,9	-12.151,3	-13,3%	-3.576,3	-4,3%
4. DESPESA TOTAL	92.912,2	98.131,8	93.967,7	-4.164,1	-4,2%	-8.944,5	-9,1%
Despesas do Tesouro Nacional	56.928,5	64.181,1	50.552,7	-13.628,4	-21,2%	-8.375,9	-14,2%
Pessoal e Encargos Sociais	16.913,3	23.508,4	17.945,4	-5.563,0	-23,7%	1.032,0	6,1%
Custeio e Capital	41.889,6	40.339,2	32.557,0	-7.782,2	-19,3%	-9.332,6	-22,3%
Despesa do FAT	9.716,3	4.965,5	4.957,1	-60,4	-1,2%	-5.359,2	-55,2%
Abono e Seguro Desemprego	9.653,0	4.923,7	4.914,7	-608,9	-12,4%	-5.338,2	-55,3%
Demais Despesas do FAT	63,3	41,8	42,3	0,5	1,2%	-21,0	-33,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas	565,5	7.072,9	1.403,1	-5.669,8	-80,2%	837,6	14,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	205,8	6.651,1	782,6	-5.865,5	-88,2%	576,9	280,3%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	359,7	421,8	620,5	198,7	47,1%	260,8	72,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	3.221,8	3.561,1	3.510,4	-50,7	-1,4%	288,7	9,0%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio à CDE	1.150,0	0,0	0,0	0,0	-	-1.150,0	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.236,1	24.739,6	23.286,4	-1.452,7	-5,9%	-3.949,7	-14,5%
Outras Despesas de Custeio	20.625,5	20.273,9	19.091,3	-1.182,6	-5,8%	-1.534,3	-7,4%
Outras Despesas de Capital	6.610,6	4.465,7	4.195,1	-270,6	-6,1%	-2.415,5	-36,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	125,5	333,5	50,3	-283,2	-84,9%	-75,3	-60,0%
Benefícios Previdenciários	33.738,1	33.664,0	33.119,2	-544,8	-1,6%	-617,6	-1,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	25.097,6	25.088,9	25.690,9	602,0	2,4%	593,4	2,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.639,2	7.575,1	7.428,3	-146,8	-1,9%	-1.211,0	-14,0%
Despesas do Banco Central	246,9	286,7	295,8	9,1	3,2%	48,9	19,8%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3-4)	-10.450,0	-7.094,6	-5.081,8	2.012,8	-28,4%	5.368,1	-51,4%
Tesouro Nacional	-5.270,4	-1.597,3	-269,8	1.857,2	-11,5%	4.790,4	-12,1%
Previdência Social (RGPS)	-5.861,2	-5.671,6	-5.153,5	518,1	-9,1%	707,7	-12,1%
Previdência Social (RGPS) - Urbano	2.214,6	1.317,2	1.671,5	354,3	26,9%	-543,1	-24,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural	-8.075,8	-6.988,8	-6.825,0	163,8	-2,3%	1.250,8	-15,5%
Banco Central	-68,2	174,3	198,1	27,7	7,9%	-129,8	-190,3%
7. AJUSTE METODOLÓGICO	0,0	352,6	380,3	27,7	7,9%	380,3	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.500,7	702,1	n.d.	-	-	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)	-11.950,8	-6.039,9	n.d.	-	-	-	-
10. JUROS NOMINAIS	-16.581,1	-54.665,7	n.d.	-	-	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)	-28.531,9	-60.705,6	n.d.	-	-	-	-
Memo:	-	-	-	-	-	-	-
Parcela patronal da CPSS	1.219,3	1.348,4	1.321,9	-26,5	-1,9%	103,6	8,5%
RMV	136,0	133,1	129,6	-3,5	-2,6%	-6,6	-4,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Ajustado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Caixa Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 13/04/2012.

2/ Cálculo da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e de despesa de pessoal e parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeito no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Instituto de Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 2003) e Anexo Financeiro e Estatístico decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 e 2004).

5/ Inclui despesas com subvenções aos Fundos Regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Ajustado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no SIAF após a liquidação dos empréstimos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto na conta no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caso do período seguinte. Oferece o conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque este último corresponde ao valor do saque efetivado na Caixa Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa investimento (GND 4) e operações financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Amortamento Municipal - FAM, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do regime de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Resolução CPSS nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições em nome de fundos previdenciários.

10/ Despesas administrativas e liquidação de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transferidos referentes à amortização de contratos de fidejussão com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo conceito "base de fidejussão", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	25.700,3	138.131,8	11,3
Alagoas	AL	115.110,0	192.295,8	126,1
Amazonas	AM	74.105,4	128.983,0	2.394,1
Amapá	AP	18.891,9	157.715,7	672,5
Bahia	BA	450.300,9	434.328,4	16.734,3
Ceará	CE	239.886,7	339.139,7	2.976,3
Distrito Federal	DF	8.171,2	31.903,2	461,6
Espírito Santo	ES	83.744,3	69.335,8	17.153,3
Goiás	GO	177.286,5	131.419,0	6.999,4
Maranhão	MA	200.701,4	333.652,9	2.432,5
Minas Gerais	MG	633.878,2	205.904,1	43.547,0
Mato Grosso do Sul	MS	71.798,2	61.570,2	5.800,9
Mato Grosso	MT	88.203,4	106.680,0	4.880,3
Pará	PA	173.232,9	282.521,1	19.074,7
Paraíba	PB	156.224,0	221.361,3	319,5
Pernambuco	PE	237.218,4	318.953,7	4.507,7
Piauí	PI	128.200,1	199.751,7	69,4
Paraná	PR	325.647,6	133.272,6	24.074,9
Rio de Janeiro	RJ	142.221,2	70.616,2	45.727,3
Rio Grande do Norte	RN	119.674,2	193.118,6	245,5
Roraima	RO	41.001,7	130.147,8	1.088,2
Roraima	RR	23.984,9	114.667,5	6,8
Rio Grande do Sul	RS	327.104,7	108.847,9	33.568,8
Santa Catarina	SC	168.671,2	39.157,3	16.633,6
Sergipe	SE	72.123,0	192.073,9	101,6
São Paulo	SP	644.107,1	46.223,8	62.504,0
Tocantins	TO	68.687,8	200.611,5	357,5
TOTAL		4.837.378,4	4.622.583,9	312.519,9

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2014, foi publicada a Portaria STN nº 692, de 9 de dezembro de 2014, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2015, disponível no endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legis>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Fone: (61) 3412-3051
Email: coint.dfi@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br

Receitas do Governo Central

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 11,1 bilhões (13,6%), passando de R\$ 81,8 bilhões, em julho de 2015, para R\$ 70,6 bilhões em agosto do mesmo ano. Merecem destaque as seguintes variações:

- redução da receita de impostos em R\$ 6,0 bilhões (16,1%): resultado principalmente da concentração de recolhimentos tributários em julho, sem contrapartida em agosto, em especial o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, que registrou uma diminuição de R\$ 5,4 bilhões (46,0%) devido ao pagamento em julho da 1ª cota ou cota única referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, sem correspondente em agosto;
- diminuição de R\$ 2,9 bilhões (9,6%) em contribuições: provocado, em especial, pelo decréscimo de R\$ 2,8 bilhões (45,1%) nas receitas referentes à CSLL, em decorrência, principalmente, do pagamento, em julho/2015, da 1ª cota ou cota única referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, sem contrapartida em agosto;
- decréscimo de R\$ 2,2 bilhões (15,8%) nas demais receitas: (i) diminuição de R\$ 2,8 bilhões (64,7%) na Cota Parte de Compensações Financeiras, devido ao recolhimento em julho da arrecadação trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural; (ii) redução de R\$ 1,3 bilhão na receita de concessões (94,9%), referente ao recebimento em julho da parcela anual relativa à contribuição fixa de outorga de serviços de infraestrutura aeroportuária sem contrapartida em agosto, compensados parcialmente por (iii) aumento de R\$ 2,0 bilhões na receita de dividendos referente principalmente a pagamentos provenientes da Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 1,9 bilhão; e
- redução de R\$ 1,2 bilhão (27,8%) nas restituições pagas: pagamento do 2º lote de restituições do imposto de renda no mês de julho superior ao 3º lote, ocorrido no mês de agosto.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015				
Discriminação do Resultado	2015		Variação	
	Julho	Agosto	Diferença	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	105.866,6	95.492,8	-10.373,8	-9,8%
1.1 Receitas do Tesouro	77.350,5	67.429,3	-9.921,2	-12,8%
Receita Bruta	81.751,1	70.607,3	-11.143,7	-13,6%
Impostos	37.988,4	31.105,7	-5.982,7	-16,1%
IR	26.590,1	20.738,5	-5.851,5	-22,0%
IPI	4.027,0	3.944,7	-82,2	-2,0%
Outros	6.471,4	6.422,5	-48,9	-0,8%
Contribuições	30.561,9	27.625,9	-2.935,9	-9,6%
COFINS	16.826,8	16.913,9	87,1	0,5%
CSLL	6.210,5	3.408,8	-2.801,7	-45,1%
Pis/Pasep	4.408,2	4.386,4	-21,8	-0,5%
CIDE-Combustíveis	471,7	463,7	-8,0	-1,7%
Outras	2.644,6	2.453,1	-191,5	-7,2%
Demais	14.100,8	11.875,7	-2.225,1	-15,8%
Cota parte de compensações financeiras	4.342,7	1.532,6	-2.810,1	-64,7%
Diretamente arrecadadas	3.734,4	3.336,3	-398,0	-10,7%
Concessões	1.419,6	71,8	-1.347,8	-94,9%
Dividendos	0,0	2.041,7	2.041,7	
Outras	4.604,2	4.893,2	289,0	6,3%
1.2 Restituições	-4.400,5	-3.178,0	1.222,5	-27,8%
1.3 Incentivos Fiscais				
1.2 Receitas da Previdência Social	28.054,0	27.965,7	-88,3	-0,3%
Receitas da Previdência Social - Urbana	27.466,3	27.362,4	-103,9	-0,4%
Receitas da Previdência Social - Rural	587,7	603,3	15,6	2,7%
1.3 Receitas do Banco Central	462,1	97,7	-364,3	-78,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alterações.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (NPCA)

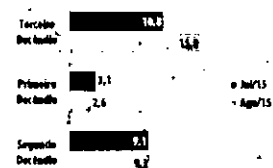
Discriminação do Resultado	2015		Variação	
	Julho	Agosto	Diferença	Real (PCA)
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	14.629,1	16.606,9	1.977,7	13,5%
Transferências Constitucionais	11.448,6	12.215,4	766,7	6,7%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	162,9	162,5	-0,4	-0,2%
Transferências da Cide - Combustíveis	113,0	0,0	-113,0	-1,0%
Deman Transferências	2.904,6	4.229,0	1.324,4	45,6%
Salário Educação	903,8	913,3	9,4	1,0%
Royalties	1.196,8	2.507,5	1.310,7	109,5%
Fundef/Fundeb	774,8	773,1	-1,7	-0,2%
Outras	29,2	35,1	5,9	20,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Em agosto de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 2,0 bilhões (13,5%), totalizando R\$ 16,6 bilhões, contra R\$ 14,6 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

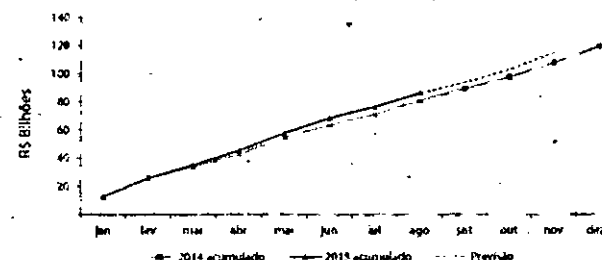
- aumento de R\$ 1,3 bilhão (109,5%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em agosto, de recursos provenientes da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural, arrecadados em julho;
- aumento de R\$ 766,7 milhões (6,7%) nas transferências constitucionais explicado, principalmente, pelo impacto do pagamento da 1ª cota ou cota única relativa à apuração trimestral do IRPJ em julho, com transferências para os entes em agosto; e
- redução de R\$ 113,0 milhões em Transferências da Cide-Combustíveis (100%) devido ao repasse trimestral realizado em julho.

Gráfico 4. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014/2015

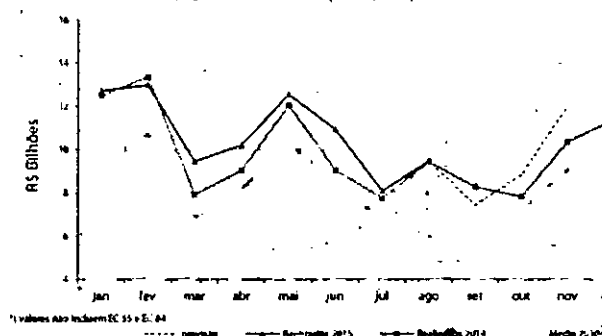


Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2015 a 20/08/2015, conforme demonstrativo abaixo:

me demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Lançamento	Transferências		
	PI	IR	IPI - IR		FPE	FPM	TOTAL
Jul/3º - Dec	2.344,8	12.626,5	15.015,4	AGO/1º - DEC	2.582,6	2.702,8	191,1
AGO/1º - DEC	872,3	1.704,8	2.577,1	AGO/2º - DEC	443,3	463,9	69,8
AGO/2º - DEC	645,3	8.436,5	9.281,8	AGO/3º - DEC	1.596,5	1.870,7	51,6
TOTAL	3.862,4	22.967,8	26.874,3	TOTAL	4.622,4	4.837,4	312,5

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEF;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em agosto de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 4,7% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 9,5 bilhões, ante R\$ 9,0 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Milhões

Origem	2014			2015			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Até Agosto	Julho	Agosto	Até Agosto	Agos/15 - Jul/15	Agos/15 - Até Ago/15	Agos/15 - Até Ago/15
FPM	3.968,8	4.821,4	41.472,8	5.082,1	4.837,4	45.128,6	-4,8%	0,3%	-8,9%
FPE	3.792,4	4.607,1	39.629,5	3.952,2	4.622,4	42.218,9	17,0%	0,3%	6,5%
IPI - Exp	320,5	330,4	2.484,6	293,7	312,5	2.614,1	6,4%	-5,4%	5,2%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (1,20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPM		FPE		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	5,7%	17,0%	5,7%	17,0%	9,0%	6,4%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Setembro	Outubro	Novembro
FPM	-21,6%	19,0%	36,0%
FPE	-21,6%	19,0%	36,0%
IPI - EXP	1,8%	15,0%	16,0%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Despesas do Governo Central

R\$ Bilhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Descrição	2014	2015	Variação	
	Julho	Agosto	Diferença	% Real (IPCA)
Despesas do Tesouro	64.342,3	50.352,7	-13.989,6	-21,4%
Pessoal e Encargos Sociais	23.580,1	17.945,4	-5.634,7	-23,8%
Custeio e Capital	40.427,9	32.557,0	-7.870,9	-19,5%
Despesa do FAT	4.976,4	4.357,1	-619,4	-12,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas	7.019,5	1.403,1	-5.616,4	-80,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.569,0	3.510,4	-58,6	-1,6%
Auxílio à CDE				
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.794,0	23.204,4	-1.589,6	-6,1%
Outras Despesas de Custeio	20.318,5	19.091,3	-1.227,2	-6,0%
Outras Despesas de Capital	4.475,5	4.195,1	-280,4	-6,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	334,2	50,3	-283,9	-85,0%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	12.723,1	33.119,2	20.396,1	160,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	10.146,3	25.690,9	15.544,6	153,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	2.591,8	7.428,3	4.836,5	186,6%
Despesas do Banco Central	287,3	295,8	8,5	3,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 50,6 bilhões, representando redução de R\$ 13,8 bilhões (21,4%) em relação a julho de 2015. A variação deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- redução de R\$ 5,6 bilhões (23,8%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais: adiantamento sazonal em julho de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo, sem equivalente em agosto; e
- decréscimo de R\$ 7,9 bilhões (19,5%) nas despesas de Custeio e Capital, causado principalmente por: (a) redução de R\$ 5,7 bilhões (80,2%) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas, ocasionado pela diminuição de R\$ 2,7 bilhões (99,8%) no âmbito do Programa de Sustentação ao Investimento – PSI, de R\$ 1,9 bilhão referente ao Pronaf (85,1%), e de R\$ 1,4 bilhão (96,9%) nas operações de equalização de custeio agropecuário e de investimento rural e agroindustrial; (b) redução nas Outras Despesas de Custeio e Capital em R\$ 1,5 bilhão (6,1%) devido, principalmente à redução de R\$ 1,7 bilhão (10,3%) nas despesas discricionárias; e (c) redução de R\$ 619,4 milhões (12,4%) nas despesas do FAT;

RS Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 3.5 - Outras Despesas de Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	2015 Julho	2015 Agosto	Varição Diferença	% Real (IPCA)
Precatórios e Sentenças	91,2	62,7	-28,5	-31,3%
Legislativo	156,1	131,7	-24,4	-15,6%
Judiciário	905,6	821,6	-84,1	-9,3%
Credito Extraordinário	187,2	209,2	22,0	11,7%
PAC	3.319,8	3.746,5	426,7	12,9%
d/q MCMV	1.068,4	1.963,8	895,3	83,8%
Fundo Constitucional DF	498,2	623,2	125,0	25,1%
Outras	180,0	116,7	-63,3	-35,2%
Compensação RGPS	2.054,6	1.884,5	-170,1	-8,3%
Complementação do FGTS	494,8	519,4	24,5	5,0%
Discionárias	16.906,5	15.171,1	-1.735,4	-10,3%
Min. da Saúde	7.295,6	7.090,1	-205,5	-2,8%
Min. do Des. Social	2.567,5	2.602,5	35,1	1,4%
Min. da Educação	2.901,9	2.484,1	-417,8	-14,4%
Demais	4.141,5	2.994,4	-1.147,2	-27,7%
Total	29.794,0	33.298,9	3.504,9	11,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Em agosto de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,2 bilhões, contra déficit de R\$ 5,7 bilhões em julho. Os principais fatores que contribuíram para essa diferença foram:

- redução de R\$ 618,9 milhões nas despesas com benefícios (1,8%); parcialmente compensada por
- redução de R\$ 88,3 milhões (0,3%) na arrecadação líquida de julho: resultado proveniente do decréscimo de R\$ 240,6 milhões (0,8%) na arrecadação bruta, do aumento de R\$ 42,3 milhões (31,2%) nas restituições/devoluções e do acréscimo de R\$ 194,6 milhões (6,4%) nas Transferências a Terceiros.

RS Milhões - A Preços de Agosto de 2015 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2015 Julho	2015 Agosto	Varição Diferença	% Real (IPCA)
ARRECAÇÃO LÍQUIDA	28.954,8	27.907,7	-1.047,1	-3,6%
Arrecadação Bruta	31.230,6	30.989,9	-240,6	-0,8%
Contribuição Previdenciária	26.046,7	25.940,8	-105,9	-0,4%
Simplex	2.941,1	3.006,6	65,5	2,2%
CFT				
Depósitos Judiciais	180,7	148,2	-32,5	-18,0%
Refs	7,6	10,0	2,4	31,7%
Compensação RGPS	2.054,6	1.884,5	-170,1	-8,3%
(-) Restituição/Devolução	-135,5	-177,7	-42,3	-31,2%
(-) Transferências a Terceiros	-3.041,1	-2.846,5	194,6	6,4%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	33.738,1	33.119,2	-618,9	-1,8%
RESULTADO PRIMÁRIO	-5.683,3	-5.153,5	529,8	9,3%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEF - Caixa Econômica Federal
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea - Empresa Gestora de Ativos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE - Fundo de Participação de Estados
FPM - Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI - Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
I - Imposto de Importação
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
Paes - Parcelamento Especial
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
POOC - Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex - Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH - Programa de Subsídio à Habitação
PSJ - Programa de Sustentação do Investimento
Refs - Programa de Recuperação Fiscal
RFB - Receita Federal do Brasil
RGPS - Regime Geral da Previdência Social
RMV - Renda Mensal Vitalícia

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

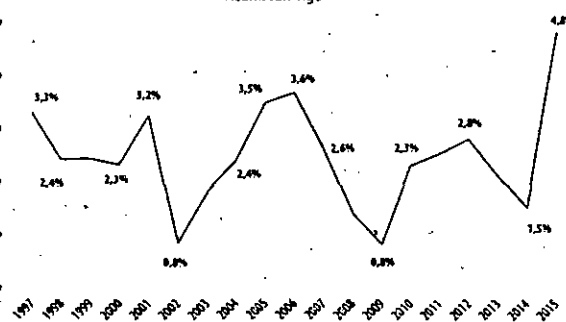
Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

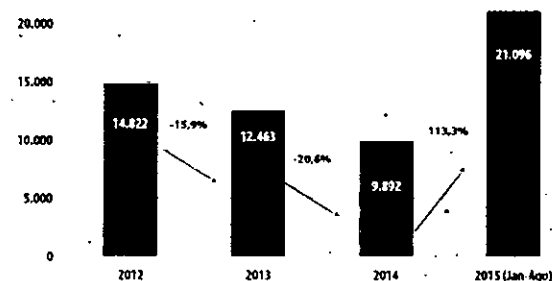
Boxe 2 - Análise da Evolução Recente dos Subsídios e Subvenções do Governo Central

A elevação dos gastos com Subsídios, Subvenções e Proagro¹ em 2015 tem gerado pressão adicional ao ajuste fiscal em curso, uma vez que o volume de pagamentos nos primeiros oito meses do ano alcançou relevância inédita, se tomado como proporção do gasto primário do Tesouro Nacional, cuja série se iniciou em 1997 (Gráfico 1). No entanto, o Gráfico 2 em conjunto com o Gráfico 3, permitem extrair alguns achados sobre a dinâmica dessa rubrica no período recente. O primeiro ponto a se destacar - Gráfico 2 - é que os pagamentos vinham numa trajetória declinante, e que os pagamentos acumulados até agosto de 2015 superam o total executado em qualquer exercício do triênio anterior. O segundo ponto - Gráfico 3 - é que os pagamentos realizados em 2015 se referem em sua grande maioria a "Restos a Pagar" (RAP), ou seja, desembolsos referentes a gastos contratados até 2014.

Gráf. 1 - Part. % de Subsídios, Subvenções e Proagro sobre Despesas do TN - Acum. Jan-Ago



Gráf. 2 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Execução Total - R\$ Milhões

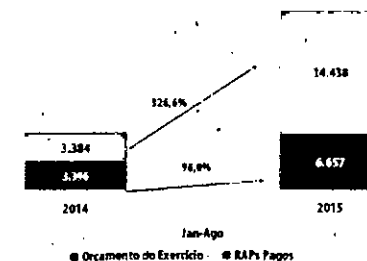


conforme se verificará a seguir.

Para entender essa dinâmica, é necessário compreender a natureza dos programas e operações em análise e os fatores relevantes para sua execução. Esta análise está subdividida para os períodos 2012-2014, em bases anuais, e 2014-2015, somente o montante acumulado nos dois primeiros quadrimestres.

1- No Relatório do Tesouro Nacional a rubrica Proagro encontra-se dentro de Outras Despesas Obrigatórias de Custeio.

Gráf. 3 - Subsídios, Subvenções e Proagro - R\$ Milhões



Descrição dos principais programas e operações e sua execução no período 2012-2014

A tabela 1 descreve a execução total com Subsídios, Subvenções e Proagro destacando-se os principais programas do governo.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Execução Total - Subsídios, Subvenções e Proagro (IPCA Ago/2015)							
Discriminação	2012	2013	2014	Jan-Ago 2014	2015	Dif.	Var. %
Subsídios e Subvenções Econômicas (Total)	14.073	11.959	9.892	6.780	20.074	13.294	196,1%
Custeio Agropecuário	1.656	149	707	609	1.677	1.069	175,5%
Investimento Rural e Agroindustrial	83	390	79	71	917	846	
Política de Preços Agrícolas	702	326	1.005	740	438	-302	-40,8%
Pronaf	2.136	1.914	561	574	3.258	2.685	467,9%
Proex	452	267	687	354	297	-56	-15,9%
PESA	482	923	399	309	306	-3	-1,1%
PSI	946	143	122	117	7.497	7.380	
EQMPO	283	557	400	130	411	281	216,2%
FSA	66	294	137	88	352	264	301,1%
Capitalização à Emgea	814	868	0	0	0	0	
Subv. Itaipu	456	554	448	317	652	335	105,7%
Subv. aos Fundos Regionais	5.317	5.409	5.010	3.310	4.153	844	25,5%
Demais	680	167	337	162	115	-47	-29,0%
Proagro ^{1/}	749	504	0	0	1.022	1.022	

Fonte: Sisti

1/ No Acórdão do TCU nº 2012/001-1, o Proagro passou a rubrica "Outras Operações de Crédito e Capital - Outras Despesas Desagregadas".

As operações de custeio agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas com o objetivo de custear as despesas do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Entre 2012 e 2014 a execução anual nesta rubrica reduziu-se em 57,3% passando de um montante de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 706,6 milhões.

As operações de crédito de investimento rural e agroindustrial têm a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária, cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio associado. No período analisado (2012-2014) a execução anual para pagamento de subvenção em operações de investimento rural e agroindustrial mantiveram-se relativamente estáveis, em torno de R\$ 80,0 milhões.

Os programas de Política de Preços Agrícolas compõem operações de compra e formação de estoques públicos de produtos agropecuários, subsídios para sustentação de preços ou crédito rural para estocagem com objetivo de sustentação de preços agrícolas mínimos. Compreendem equalização de operações de financiamento à estocagem (FEPM), de equalização de aquisições do Governo Federal e de Garantia à Sustentação de Preços. Este grupo de programas obteve um incremento em sua execução de 43,3% entre 2012 e 2014 saindo de R\$ 701,7 milhões em 2012 para R\$ 1,0 bilhão em 2014. Em 2013, a execução da política de preços agrícolas totalizou R\$ 326,3 milhões.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais

2. Proagro

Atualmente existem duas formas de funcionamento do Proagro: o "Proagro Tradicional" e o "Proagro Mais" (para agricultores familiares).

Em relação ao "Proagro Mais", foi introduzido o chamado "Bonus-Malus", por meio da Resolução nº 4.418, de 22 de junho de 2015. Após um ano-haverá desconto de 0,25 p.p. para os beneficiários que não solicitaram a cobertura, e acréscimo de 0,5 p.p. caso tenha solicitado.

Da mesma forma como no Plano Safra, a principal medida adotada para a redução de despesas com subvenção foi a elevação das alíquotas do adicional (prêmio).

3. PSI

A partir de 01 de janeiro 2015, as taxas de juros nos diversos subprogramas do PSI foram ajustadas, de forma que a taxa de juros média para as operações contratadas a partir dessa data, passasse de 3,93% para 7,93%, não havendo, assim, impacto financeiro adicional com pagamento de subvenção neste programa para contratos firmados a partir da referida data.

Cumpra-se, dessa forma, que os pagamentos de Subsídios, Subvenções Econômicas e Proagro realizados no exercício de 2015 refletem notável esforço de redução do estoque de RAPs desses programas. Adicionalmente, indicam o pagamento de forma tempestiva dos programas e operações do próprio exercício, em linha com o princípio de anterioridade de cada operação e com a programação financeira do exercício corrente.

Medidas adotadas para redução das despesas futuras com Subsídios, Subvenções e Proagro

1. Plano Safra 2015/2016

A principal medida adotada para a redução de despesas com subvenções para a safra 2015/2016 foi a adequação nas taxas de juros dos mutuários.

Tabela 3 - Tx. De Juros Média do Plano Safra			
Taxa de Juros Média	2014/2015	2015/2016	Variação %
Agricultura Empresarial	5,4% a.a.	8,1% a.a.	2,7
Agricultura Familiar	2,1% a.a.	3,9% a.a.	1,8

Além disso, houve movimento no sentido de alocar maior quantidade de recursos equalizáveis nas linhas de prazo mais curto (custeio e comercialização) e menor custo de equalização em relação às linhas de prazo mais longo (investimento) e maior custo.

Tabela 4 - Limites de Programa - Plano Safra				
Limites de Programas	2014/2015		2015/2016	
	R\$ Milhões	Part. %	R\$ Milhões	Part. %
Custeio Total Equalizável	36.432	52,4%	43.845	60,7%
Custeio e Comercialização Empresarial	28.062		33.316	
Custeio e Comercialização Familiar	8.370		10.529	
Investimento Total Equalizável	33.045	47,6%	28.408	39,3%
Investimento Empresarial	23.945		20.025	
Investimento Familiar	9.100		8.383	
Total Limite Equalizável	69.477	-	72.253	-

Com as medidas adotadas o custo financeiro para a safra 2015/2016 será o seguinte:

Tabela 5 - Custo Total - Plano Safra				
Custo Total	R\$ Milhões			Variação %
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	
Agricultura Empresarial	11.213	9.919	5.190	-47,7%
Agricultura Familiar	6.719	8.882	5.317	-40,2%
Total	17.932	18.802	10.505	-44,1%

Como é possível inferir das tabelas 4 e 5, embora os limites do Plano Safra tenham aumentado em 2015/2016 em relação à safra anterior, o custo da subvenção se reduzirá em 44,1%.

agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Atualmente, o apoio governamental no âmbito do Pronaf se baseia em três modalidades básicas: financiamento de empréstimos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU); equalização de taxa de juros e outros encargos financeiros; e Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF.

Os produtores rurais enquadrados no PRONAF e suas cooperativas podem contratar, junto às instituições financeiras oficiais ou aos bancos cooperativos, operações de crédito de investimento rural e agroindustrial com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN) e com direito a bônus e rebates, através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

A subvenção de equalização de taxas de juros ficará limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais, e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. A execução relativa ao Pronaf diminuiu 73,7%, de R\$ 2,1 bilhões em 2012 para R\$ 560,9 milhões em 2014. Conforme ver-se-á adiante, em 2015 a execução desta rubrica voltou a subir, determinada, principalmente pela execução dos restos a pagar.

O Programa de Financiamento às Exportações - Proex tem por objetivo conceder financiamento às operações vinculadas à exportação de bens ou serviços nacionais com encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional (Proex-Financiamento) ou conceder ao financiador equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional (Proex-Equalização). Seu Órgão Gestor é o Tesouro Nacional e o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC aprova o nível de equalização a ser concedido. Entre 2012 e 2014, a execução com essa rubrica se manteve em torno de R\$ 468,7 milhões anuais.

O Programa de Securitização Agrícola (PESA) está vinculado à Resolução CMN nº 2.471/1998, a qual autoriza a renegociação de dívidas originárias de crédito rural sob condições especiais, vedada a equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional. Esta renegociação está condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais devem ser entregues ao credor em garantia do principal. A execução relativa ao PESA manteve-se relativamente estável entre 2012 e 2014. Em 2012 a execução foi da ordem de R\$ 482,3 milhões e alcançou R\$ 922,5 milhões e R\$ 399,1 milhões em 2013 e 2014, respectivamente.

O Programa de Sustentação do Investimento - PSI foi criado com o intuito de estimular a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital e a inovação tecnológica. Trata-se de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxas de juros, concedida pela União ao BNDES e à FINEP. As medidas de estímulo no âmbito do programa se iniciaram com a Lei nº 12.096/2009, que autorizou a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, posteriormente, à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

No triênio 2012-2014 os valores de execução associados ao PSI sofreram redução de 87,1%, saindo do valor de R\$ 946,0 milhões para R\$ 122,5 milhões. Da mesma forma que ocorreu com o Pronaf, em 2015 esta tendência de queda sofre inflexão e os desembolsos crescem significativamente. Atualmente, o valor total dos financiamentos subvencionados pela União é limitado ao montante de até R\$ 452,0 bilhões e a subvenção econômica será concedida nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2015.

O Programa de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO) é um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de facilitar, através de concessão de subvenção econômica, o acesso de micros e pequenos negócios ao crédito orientado como forma de incentivo ao crescimento desses empreendimentos, à sua formalização e à geração de trabalho e renda. Houve aumento de 41,6% na execução das despesas com subvenção associadas às operações de microcrédito entre 2012 e 2014, sendo gastos R\$ 282,8 milhões em 2012 e R\$ 400,4 milhões em 2014.

O Fundo Setorial Audiovisual (FSA) é um fundo destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil. Criado pela Lei nº 11.437/2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299/2007, o FSA é uma categoria de programação específica do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Os gastos com o FSA apresentaram elevação de 106,4% entre 2012 e 2014. A mudança nos níveis de despesas de R\$ 66,2 milhões em 2012 para R\$ 136,7 milhões em 2014 justifica-se pela criação do fundo em 2012.

A rubrica de Capitalização à Emgea refere-se ao aumento de capital na Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, por meio de cessão de créditos detidos perante a Itaipu Binacional e Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, tendo como fundamento legal a Medida Provisória nº 2.196/2001, art. 286 e seguintes do Novo Código Civil, Decreto s/nº de 19 de maio de 2004, e Decreto s/nº 28 de dezembro de 2006. Os gastos com este programa foram significativos dentro da conta de subsídios e subvenções para os anos de 2012 e 2013 com volume anual de execução em torno de R\$ 800,0 milhões, relativos às parcelas do fluxo de recebíveis de Itaipu cedidas em aporte de capital. Cabe destacar que o fluxo cedido à EMGEA previa o repasse de parcelas apenas até 2013, não havendo mais previsão de gastos dessa natureza a partir de 2014.

A rubrica de Subvenção Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu corresponde aos repasses à Itaipu Binacional de recursos financeiros para Remuneração por Cessão de Energia, regulamentado pelo Decreto nº 7.506/2011 e pela Portaria Interministerial MME/MF nº 420/ 2011. A dinâmica das subvenções a este programa é bastante estável. Para o triênio 2012-2014 a execução foi, respectivamente, de R\$ 456,2 milhões, R\$ 553,5 milhões e R\$ 447,7 milhões.

As despesas com Subvenções aos Fundos Regionais correspondem aos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional que subsidiam os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO). O valor mensal das despesas com subvenção aos fundos regionais é a diferença entre o patrimônio líquido registrado em balanço do mês anterior, corrigido pela TJLP vigente no mês, e o patrimônio líquido do mês corrente, subtraindo-se ainda, os valores transferidos pelo Tesouro aos fundos, em cumprimento ao artigo 159, I, c da Constituição Federal. Entre 2012 e 2014, a execução com subvenções nesse item flutuaram em torno de uma média de R\$ 5,2 bilhões ao ano.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) foi instituído em 1973, por meio da Lei nº 5.969, com o objetivo de exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo CMN. Além de ser custeado pelas receitas próprias provenientes da contribuição dos beneficiários, a Medida Provisória nº 2.162-72/2001, autorizou o Poder Executivo a pagar a diferença entre os valores recolhidos a título de adicional e as importâncias devidas como indenizações e demais despesas relativas ao Proagro.

Por meio da Resolução nº 3.234, de 2004, foi instituído o Proagro Mais, como um subprograma do Proagro original, com o objetivo de atender produtores vinculados ao Pronaf nas operações de custeio agrícola. A Lei nº 12.058/2009 (que alterou a Lei nº 8.171/1991), reconheceu formalmente o Proagro Mais e, a partir da safra 2009/2010, tornou-se obrigatória a sua contratação por esses produtores, pois a obtenção do crédito só é possível com a adesão do mutuário ao Programa (ou a outro seguro agrícola para o empreendimento). A execução total com o Proagro foi

de R\$ 749,3 milhões e R\$ 504,2 milhões em 2012 e 2013, respectivamente. No ano de 2014 não houve pagamento relacionado ao Proagro.

Dessa forma, a dinâmica geral de Subsídios e Subvenções para o período segue a tendência identificada no Pronaf, PSI e Proagro, ou seja, redução gradual entre 2012 e 2014 com execução de R\$ 14,1 bilhões, R\$ 12,0 bilhões e R\$ 9,9 bilhões respectivamente. Assim, entre 2012 e 2014, observa-se uma redução real de 33,1% na execução total com Subsídios, Subvenções e Proagro.

Embora significativa dentro dos subsídios e subvenções econômicas, as "Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais", que responderam em média por 43,8% dos desembolsos do período, não têm muita importância para a análise de composição da execução total que se realizará a seguir. Isto se deve a própria natureza desta conta que não é passível de inscrição em restos a pagar. Isto é, toda execução de subvenções com fundos regionais encontra-se no orçamento do exercício.

Comparativo da execução da despesa com subsídios e subvenções nos dois primeiros quadrimestres de 2014 e 2015

A análise da execução para o acumulado de 2015 indica um crescimento de R\$ 14,3 bilhões nas rubricas relativas a Subsídios, Subvenções e Proagro vis-à-vis 2014. Note-se, porém, que a Tabela 2, que desagrega os programas por despesas provenientes do Orçamento do Exercício e despesas executadas como RAPs pagos, esclarece que o maior responsável por este crescimento foi o volume de pagamentos de RAPs.

Entre janeiro e agosto de 2015, foram pagos R\$ 21,1 bilhões em Subsídios, Subvenções Econômicas e Proagro, dos quais R\$ 13,4 bilhões como RAPs e R\$ 1,0 bilhão de Proagro, integralmente executados como restos a pagar. Apenas os RAPs pagos relativos aos programas PSI, Pronaf, Custeio Agropecuário, Proex, Proagro e Investimento Rural e Agroindustrial respondem por 62,1% de todos os pagamentos de subsídios, subvenções e Proagro, totalizando R\$ 13,1 bilhões.

Em outros programas como "Operações de Microcrédito Produtivo Orientado – EQMPO" e "Fundo Setorial Audiovisual – FSA" os RAPs responderam pela totalidade das execuções dos anos 2014 e 2015 havendo aumento de pagamentos, respectivamente, 216,2% e 301,1% entre os anos. O programa de "Preços Agrícolas" foi a única exceção expressiva a esta tendência de alta dos pagamentos dos RAPs. Entre janeiro e agosto de 2014 os pagamentos de RAPs totalizaram R\$ 852,2 milhões contra R\$ 182,0 milhões para o mesmo período de 2015, implicando em uma redução de 40,8% na execução total entre os anos.

R\$ Milhões

Tabela 2 - Execução Total - Subsídios, Subvenções e Proagro (IPCA Ago/2015)

Discriminação	Jan-Ago 2014			Jan-Ago 2015		
	Total	O.E.	RAPs Pagos	Total	O.E.	RAPs Pagos
RAPs Pagos Jan-Jun						
Subsídios e Subvenções Econômicas (Total)	5.780	3.396	3.384	20.074	6.658	13.416
Custeio Agropecuário	609	104	505	1.677	197	1.480
Investimento Rural e Agroindustrial	71	-39	110	917	370	547
Política de Preços Agrícolas	740	-112	852	438	256	182
Pronaf	574	80	494	3.258	306	2.953
Proex	354	-487	841	297	-643	940
PSI	117	108	9	7.497	1.338	6.159
EQMPO	130	0	130	411	0	411
FSA	88	0	88	352	0	352
Demais	4.098	3.741	357	5.226	4.834	392
Proagro	0	0	0	1.022	0	1.022

Fonte: Siall

M/ No Resultado do Tesouro Nacional, o Proagro contribui a rubrica "Outras Despesas de Cultura e Capital - Outras Despesas Obrigatórias"

Aviso nº 193 - C. Civil.

Em 19 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US\$ 32,480,000.00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP”.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS